

Ana Maria da Costa Evangelista

**SEDE DE LEITURA: MEMÓRIAS DA BIBLIOTECA POPULAR DO
SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAPS) NO
COTIDIANO DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck.

**Juiz de Fora
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

À memória de meus pais, José Honório e Carmem que me legaram, essencialmente, amor.

Ao José Luiz, por comungar comigo, amorosamente, o difícil exercício da vida a dois.

À memória de Josué de Castro, por suas qualidades como ser humano.

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA MARIA DA COSTA EVANGELISTA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Dalva Carolina de Menezes Yazbeck
(Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF

Prof.^a. Dr.^a. Maria Teresa de Assunção Freitas
Programa de Pós-Graduação em Educação,

Prof.^a. Dr.^a. Lucilia de Almeida Neves Delgado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-MG

Juiz de Fora, 15 de março de 2007.

Caros amigos,

Considero pertinente chamar amigo a quem compartilhou e compartilhará, no futuro, das idéias contidas nesse estudo. Adélia Prado diz, em uma referência aos livros que, neles “a vida está pulsando”. Para Adélia, “o livro faz parte da casa, da comida, da experiência, da maternidade, do cotidiano”. Foi por pensar como Adélia e por meu amor pela leitura, desde muito pequena, que abracei a árdua tarefa de rememorar uma política pública de leitura. Apesar de todas as dificuldades e das contradições históricas do período em que essa ação se efetivou no Brasil, acredito, firmemente, na necessidade e no poder da leitura. O médico Dráuzio Varella, em recente reportagem, destacou três quesitos a serem seguidos para se alcançar a longevidade: comer pouco; caminhar trinta minutos por dia; exercitar a leitura. Dos três quesitos apontados, interessa-me assinalar a validade da leitura para o desenvolvimento do ser humano. Parafraseando José Mindlin, espero que seja essa, uma oportunidade de inocular possíveis leitores com o vírus do amor ao livro. Mas, sobretudo, espero da sociedade organizada e dos detentores de cargos públicos, ações denotativas da compreensão acerca da eficácia das políticas públicas de leitura no combate ao fosso da desigualdade social no Brasil.

Não estive sozinha nesse exercício acadêmico e preciso contar da minha gratidão por todos que dele comungaram. A lista é grande e maior, ainda, o receio de esquecimento.

Vou começar pelos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da FAGED/ UFJF, tão preparados e dedicados.

Necessito, entretanto, nomear aqueles que tiveram ligação direta comigo no período dos créditos: Diva, divanamente preparada; Soninha, a meiguice em pessoa; Paulo, cabedal de conhecimentos.

Dentre os agradecimentos especiais, destaco três pessoas.

À querida Lola por ter sido muito mais que uma orientadora. Tive em você o esteio científico dessa jornada. Nós nos tornamos amigas e espero cultivar essa amizade.

Maria Tereza, com quem mantive diálogos sempre prazerosos. Dela recebi conhecimento e amizade. Dividimos dias inesquecíveis no Congresso de pesquisa autobiográfica em Salvador.

Acrescento às duas anteriores, a pessoa de Lucília Neves, da UFMG e PUC/BH. Por sua disponibilidade, por seu conhecimento e pelo ser humano especial que é: obrigada amiga, especialmente, por você ter me ouvido.

Ainda, no plano da docência, agradeço ao Mário Roberto, a impecável revisão feita nesse trabalho. Agradeço, também, às professoras Ângela Castro Gomes e Diva Sarmiento, que aceitaram ser suplentes em minha banca de defesa, e se disponibilizaram à leitura de minha dissertação.

Aos funcionários Getúlio, Valmir, Tereza, Cláudio, Alessandro e Enigmar, sempre, solícitos.

Aos colegas de outras turmas, com quem encontrava na sala do PPGE, ou como companheiros de disciplinas: as palavras trocadas foram textos de ajuda no processo.

Às meninas do NESCE: pela convivência agradável nesse período, pelas brincadeiras descontraídas. Vocês estão em meu coração.

A todos os companheiros e amigos da minha turma de mestrado: vocês não entraram por acaso em minha vida e espero cultivar nossa amizade.

Ao meu marido José Luiz, pela versão para o inglês do resumo, pelo companheirismo de todas as horas, pelo amor incondicional.

A minha querida família e amigos que se tornaram parte dela: o difícil aprendizado da convivência, em que compartilhamos bons e maus momentos me permitiu crescer como pessoa. Minha gratidão à Flávia pela ajuda nas fotos dessa pesquisa. Gratidão especial, ao Sérgio e Ondina.

Ao pessoal da Divisão do Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, pela solicitude. Heliane Cazarin da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, pelo carinho com que me atendeu.

Às pessoas que, mesmo distantes, se sensibilizaram com esse estudo e me foram de grande valia. Adriana Thomazzotti Claro, que me enviou sua tese de doutorado. Anna Maria de Castro, que disponibilizou o material sobre seu pai, Josué de Castro e, também, sua tese de Livre Docência. Sueli Reis pelo interesse e colaboração.

Sem as falas de Fuad, Affonso, Osvaldo, Leila, José Sinfrônio, Riani, Élzio, Laiz, Geraldo, Mello e Itamar esse trabalho não se completaria. Por isso, a eles o agradecimento é infinito. A alegria com que me receberam e, o tratamento carinhoso que deram a essa pesquisa, tornaram-se sua relevância. Suas palavras, imbricadas às minhas, formaram um intertexto. Nele, convido(mos) o leitor a adentrar.

Um livro deve ser o machado que partirá os mares congelados dentro de nossa alma.

Franz Kafka

RESUMO

A idéia nuclear do presente estudo é revisitar a política estatuída pelo governo Vargas em 1942 e traduzida como Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). A proposta dessa autarquia era fornecer alimentação digna e barata para a classe trabalhadora através de Restaurantes Populares. Agregadas a esses restaurantes, nasceram as Bibliotecas e Discotecas Populares também destinadas às camadas mais baixas da população. Esses serviços foram extintos pelo governo ditatorial militar em 1967. Juiz de Fora, por sua característica de cidade de economia industrial, foi aquinhoadada com uma unidade do SAPS, em 1948. A rememoração feita por essa pesquisa tem como objetivo compreender o sentido dado pela classe trabalhadora e comunidade juizforense a esse espaço de alimentação e cultura. O recorte histórico enfocado é justificável pelo interregno de existência da Instituição. Os fundamentos teóricos de E. P. Thompson, em sua interpretação da história como um processo dinâmico e dialético, entretidos ao dialogismo bakhtiniano e à teoria do desenvolvimento humano de Vygotsky forneceram o necessário fulcro para análise dos dados. Devido às especificidades do tema enfocado optou-se por uma abordagem qualitativa de cunho histórico-cultural. O itinerário seguido pautou-se, substantivamente, pela metodologia da história oral complementada por fontes escritas e iconográficas obtidas em pesquisas arquivísticas. Pode-se inferir, após análise dos dados coletados que, o Restaurante do SAPS, ao acoplar uma Biblioteca Popular e uma Discoteca tornou-se relevante espaço de socialização e propiciou o incremento de atividades educativas e culturais para Juiz de Fora.

PALAVRAS-CHAVE: memória – alimentação - biblioteca popular – comunidade juizforense

ABSTRACT

The central idea of the present study is revisiting the politics established by the government Vargas in 1942 well known as Social Secure Feeding Service. The proposition of this autarchy was providing worth and cheap food for the working class people through Popular Restaurants. It was created in association to these restaurants the Popular Library and Popular Music Hall whose destiny were also attending the poor side of the population. This service was extinguished during the military dictatorial government in 1967. Because of its characteristic of industrial economy Juiz de Fora was contemplated with one unity of the Social Secure Feeding Service in 1948. The remembrance of this research has as objective trying to understand the meaning of this cultural and feeding space for the working class people and also for the Juiz de Fora community. The historical period and its focus are justifiable by the interregnum of the institution during its existence. The theoretical fundamentals of E. P. Thompson on his interpretation of the history as a permanent dialectical movement interweaved with the dialogism by Bakhtin and the human development theory by Vygotsky provide the necessary fulcrum of the data analysis. Because of the specifics of the theme in focus it has been opted for a historical and cultural approach. The itinerary that has been followed was guided by the methodology of oral history complemented by written and iconographic sources available from files research. It can be concluded after data analysis that the Popular Restaurant of the Social Secure Feeding Service because of the addition to its structure of a Popular Library and a Popular Music Hall had turned into a relevant space of socialization and had also promoted the increment of educational and cultural activities in Juiz de Fora.

Keywords: memory - feeding - Popular Library - Juiz de Fora community

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – UM EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO	17
1.1. Entendendo o governo Vargas	17
1.1.1. A Revolução de 1930: a re-fundação da República.....	17
1.1.2. O Estado Novo.....	21
1.1.3. A legislação social.....	22
1.1.4. O período Vargas e as políticas públicas de leitura.....	24
1.1.5. Sindicalismo e corporativismo.....	39
1.1.6. As ações varguistas e o populismo.....	42
1.2. Entrecendo dados da história de Juiz de Fora ao contexto da chegada do SAPS na cidade	44
1.2.1 Por que um SAPS em Juiz de Fora?.....	44
1.2.2.Origem da cidade.....	45
1.2.3.O desenvolvimento da economia cafeeira.....	46
1.2.4.O surto industrial em Juiz de Fora.....	48
1.2.5. O início da estagnação econômico-industrial.....	49
CAPÍTULO II – A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA	51
2.1. O SAPS: um legado da legislação getulista... Um bandejão onde também se lia e ouvia música	51
2.2. Tributo a Josué de Castro: um cidadão do mundo	58
CAPÍTULO III – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	67
3.1. Uma visão não reducionista do marxismo	67
3.2. A fala no contexto social da memória: quem detém a hegemonia?	76
3.3. O relembrar em uma perspectiva histórico-cultural	86
3.4. Políticas públicas, memória e Biblioteca Popular	92
3.4.1.Trabalhando o espaço da Biblioteca Popular do SAPS/JF como locus de incentivo à leitura e escrita.....	92
3.4.2. Políticas públicas de leitura e cidadania.....	94
3.5. Os caminhos percorridos	97
3.5.1. A abordagem do SAPS como Instituição Educacional.....	98
3.5.2. Os substratos de uma abordagem de cunho sócio-histórica.....	100

3.5.3. O suporte da história oral.....	101
3.5.4. Especificação dos instrumentos metodológicos.....	102

CAPÍTULO IV – POR ENTRE RASTROS E PEGADAS: A BIBLIOTECA

POPULAR DO SAPS/JF.....	106
4.1. ...e o SAPS é instalado em Juiz de Fora.....	107
4.1.1. Solenidade de alta significação.....	109
4.1.2. As comemorações.....	119
4.1.3. O incentivo à leitura e escrita.....	123
4.1.4. A visita do governador Juscelino Kubitschek ao restaurante do Largo do Riachuelo.....	124
4.1.5. Para além das refeições, discos e livros... O relacionamento entre o SAPS e a comunidade de Juiz de Fora.....	132
4.2. Um cabedal de recordações.....	137
4.2.1. Fuad Yazbeck, a paixão pela leitura.....	139
4.2.2. Affonso Romano, um poeta.....	143
4.2.3. Osvaldo Silva e a vida dos grandes homens.....	146
4.2.4. José Sinfrônio, um leitor saxofonista.....	148
4.2.5. Leila Barbosa, uma voz feminina.....	150
4.2.6. Os funcionários do SAPS.....	154
4.2.6.1. Laiz Velloso: recreação e cultura.....	155
4.2.6.2. Geraldo Jacometti: comandando o Posto de Subsistência.....	157
4.2.7. A visão administrativa.....	160
4.2.7.1. O ex-prefeito Mello Reis.....	160
4.2.7.2. O ex-presidente e ex-prefeito de Juiz de Fora Itamar Franco.....	162
4.2.8. Os representantes da classe trabalhadora.....	164
4.2.8.1. Riani, um líder nato.....	164
4.2.8.2. Élzio Bruni, lucidez e paixão pelo ser humano.....	168
FINALIZANDO.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	179

INTRODUÇÃO

Meu envolvimento na questão dessa pesquisa se deve a uma junção de profícuos fatores. A começar por meu itinerário como professora e estudiosa de história que tem sido motivado por estudos que contemplam a “questão social”¹. Nesse sentido, no curso de Especialização em História do Brasil República, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, optei por refletir sobre a resistência e participação da mulher trabalhadora no movimento operário relativo ao período de 1889-1930.

Outro incômodo que provocou esse estudo relaciona-se ao exercício de mais de duas décadas, como professora de História, atuando no segundo grau do ensino fundamental, nas redes pública e privada. Nessa militância, a carência de livros e leitura apresentou-se, sempre, como embate para a efetivação da aprendizagem. É notório saber que o brasileiro lê pouco, que livro não é prioridade no parco orçamento de nossas famílias, cuja renda mal supre as necessidades vitais. Por outro lado, tem-se consciência de que o acesso ao livro e à leitura contribui para o desenvolvimento de uma sociedade crítica, capaz de interpretar e reinventar o mundo. Sabe-se, ainda, que a implantação de uma política pública de leitura e escrita como estratégia de cidadania, contribui para diminuir o fosso da desigualdade e exclusão social. As respostas a tais inquietações deveriam vir, a meu ver, de meu próprio *lócus* de atuação como docente: a cidade de Juiz de Fora² e sua

¹ Expressão usada pela historiografia para se referir aos frutos do capitalismo industrial, caracterizados como a acumulação de capitais pelos detentores dos meios de produção e a existência de trabalhadores com baixos salários, fatos geradores da grande distância entre as classes sociais que compõem nossa sociedade.

² Pesquisas sobre a história de Juiz de Fora já faziam parte de meu cotidiano pedagógico. Nessa direção desenvolvi com os alunos da EE Batista de Oliveira a reconstituição da história do Bairro Costa Carvalho local onde a escola – e grande parte dos alunos – estava inserida.

pertinência quanto à forma de organização social, propiciadora (ou não), de ambientes e práticas de leitura e escrita.

Aos fatores explicitados, somou-se a notícia de que havia no grupo de pesquisa do NESCE/FACED³ uma professora interessada no trabalho de revisitar a memória do Serviço de Alimentação da Previdência Social, especialmente, no que tange ao seu caráter aglutinador de alimentação e cultura. Essa professora, Dra. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck abraçou meu anteprojeto e foi a guia norteadora de meus desassossegos iniciais. Uma feliz coincidência unindo pessoas imbuídas do mesmo ideal.

Inicialmente dotada de um Restaurante Popular, a autarquia intitulada SAPS, acoplava uma Biblioteca Popular e uma Sala de Música destinadas à classe trabalhadora e à população, em geral. Esses espaços, anexos ao Restaurante Popular, foram estatuídos como órgãos atrelados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, criado no governo Vargas (1930 – 1945). O interregno de existência dessas instituições é de 1942-67 no Brasil e de 1948-67 em Juiz de Fora.

Esses foram os dados iniciais que me projetaram nessa pesquisa. Ao mesmo tempo, deixei-me envolver por um matizado de sentimentos geradores de algumas questões. Encontraria dados suficientes para desenvolver esse projeto? Haveria pessoas em número suficiente para reconstruir a memória do SAPS/JF? Em se tratando de uma Instituição extinta, ela estaria viva no relembrar das pessoas? Por outro lado, havia em mim uma certeza: eu queria compreender o significado do SAPS e sua existência em Juiz de Fora. Iniciei o trabalho com um garimpo por entre arquivos e pré-entrevistas com pessoas da comunidade. A tentativa era compartilhar, por entre falas e escritos, o teor da existência desse espaço e o vácuo

³ Núcleo de Estudos Sociais e Conhecimentos em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora

deixado por sua interrupção. Também buscava cotejar o interstício de sua existência com a situação atual da cidade de Juiz de Fora, no que tange a políticas públicas de leitura e escrita, e à implantação de espaços culturais, bibliotecas, ou programas, que permitam fortalecer estratégias de cidadania para a maior parte da população local, excluída do acesso ao desenvolvimento humano. A reconstrução da memória desse espaço cultural tem como escopo compreender o sentido dado pela comunidade de Juiz de Fora, à política instituída pelo SAPS. Dessa forma, procura-se entender como os juizforenses viam e vêem esse espaço aglutinador de incentivo à leitura, à música e demais atividades culturais. Essa questão central é gerativa de algumas outras indagações que nortearam o trajeto da pesquisa. O que revela a política pública de implantação de bibliotecas populares no período de 1942-1967? De que forma a classe trabalhadora e comunidade juizforense se apropriaram (ou não) dessa política de incentivo à leitura? O recorte do período histórico focado se justificou pelo interregno de existência da instituição pesquisada.

Com o objetivo de responder a tais proposições e na tentativa de dar uma contribuição à História de Juiz de Fora – rica em fatos e pessoas – o presente estudo segue a estrutura explicitada a seguir.

No capítulo um realiza-se um exercício historiográfico através de dois movimentos. O primeiro envolvendo reflexões sobre o período de implantação dos Restaurantes e Bibliotecas Populares, mais precisamente, o período do governo Vargas compreendido entre 1930-1945. Permeando essas reflexões, nesse primeiro movimento, com base em recorrências historiográficas (Fausto; Ferreira; Gomes; Werneck Vianna; Oliveira) faz-se algumas pontuações a respeito: do sentido da República brasileira em seus anos iniciais; da Revolução de 1930; do período varguista, denominado Estado Novo; da legislação trabalhista estatuída nesse

contexto histórico; da atuação do sindicato no governo Vargas e de alguns questionamentos sobre populismo. O segundo movimento desse exercício historiográfico consiste em contextualizar, historicamente, o espaço social de Juiz de Fora, palco da instalação de um Restaurante Popular do SAPS.

O segundo capítulo enfoca o nascimento do SAPS no Brasil, tomando como parâmetro o arcabouço legislativo para esse fim. Também se fez uso da bibliografia pertinente ao tema, grande parte dela, encontrada em teses de doutoramento acerca da nutrição no Brasil. Complementa essa seção, um tributo ao idealizador desse serviço de combate à fome no Brasil, Josué de Castro. A intenção é ampliar os conhecimentos dos brasileiros acerca desse médico pernambucano tão reverenciado, internacionalmente, e tão pouco conhecido em seu país natal.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre o cimento teórico que deu os fundamentos para o desenvolvimento das idéias centrais contidas nesse estudo. À tessitura da teoria histórica de Edward Palmer Thompson, entrelaçou-se conceitos como a ideologia do cotidiano e o dialogismo de Bakhtin, complementados pela teoria do desenvolvimento humano de Vygotsky. Ainda nessa parte, descreve-se o itinerário metodológico dessa pesquisa, falando-se da importância do suporte da história oral e justificando-se a escolha de uma abordagem qualitativa de cunho histórico-cultural.

No capítulo quatro, apresenta-se a análise de dados oriundos de fontes arquivísticas, escritas e iconográficas, e dos relatos orais. Objetiva-se, aqui, compreender a apropriação e o sentido que os trabalhadores e comunidade de Juiz de Fora deram à proposta do Restaurante Popular, da Biblioteca e Discoteca Popular em seu breve interstício de vida.

As considerações feitas na seção intitulada “Finalizando” pretendem dar conta de responder às instigações do presente estudo. Não se tem a pretensão, entretanto, de esgotar essas indagações e outras que surgirão. A tarefa fica para estudos realizados a *posteriori*.

CAPÍTULO I

UM EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO

Entende-se como crucial para o desenvolvimento dessa pesquisa, contextualizá-la historicamente. O fundamento histórico fornece o necessário fulcro para a compreensão das especificidades de uma época e seu contexto social. Assim, nessa primeira parte, procurou-se caracterizar o governo criador do Serviço de Alimentação da Previdência Social, qual seja, o de Getúlio Vargas. Aliadas a essa preocupação surgiram outras: falar sobre as relações governo/classe trabalhadora e sobre a pecha de populista atribuída a Vargas. Por fim, buscou-se mostrar um pouco da história de Juiz de Fora.

1.1. Entendendo o governo Vargas

1.1.1. A Revolução de 1930: a re-fundação da República

Para tornar mais completa a presente reflexão, acerca do processo da Revolução de 1930, é recomendável rever de forma sucinta o percurso dos anos iniciais da história da República brasileira. A guisa de fornecer ao leitor uma maior compreensão, consideram-se cabíveis algumas colocações sobre a chamada República Velha. A deflagração do regime republicano no Brasil assenta-se em bases, instituições e práticas da doutrina liberal. O movimento vitorioso em 1889 traz em seu cerne o jogo de alianças das elites, especificamente, as paulistas - não sem antes pactuarem uma aliança com o exército e alguns representantes da

intelligentzia civil⁴ – no intento de reverter a política econômica do Império, considerada nociva à expansão da vida mercantil. Além disso, os condutores do processo republicano não tinham pretensão de incorporar, política e socialmente a esse movimento, as camadas média e baixa da população.

Nos anos que se seguem à implantação do regime republicano, a Constituição de 1891 viabiliza as bases de uma democracia representativa, qual seja, governados escolham os governantes e estabelecia-se um legislativo soberano. Tais pressupostos poderiam ser traduzidos como uma ruptura com a política imperial. Na prática, porém, observa-se um distanciamento desses preceitos republicanos pela imposição do Coronelismo⁵ e da Política dos Governadores⁶, bem como do patrimonialismo agrário e fortalecimento do Executivo, em detrimento do Legislativo. O embrião do processo revolucionário de 1930 desenvolve-se a partir das considerações supracitadas e seu intuito era virar as costas às velhas práticas re-fundando a República sobre o cimento de princípios legitimamente republicanos e de um ideário de nacionalismo, de modernidade e de justiça. Na esteira desse processo, despontam movimentos afirmativos dessa insatisfação, principalmente, a partir de década de 1910. No período em questão, o quadro social modifica-se pela via da introdução do movimento sindical operário e pelo crescimento das classes empresarial e média. Nessa linha de raciocínio, destacam-se as greves gerais

⁴ Rui Barbosa era um deles.

⁵ O Coronelismo consistia no poder dos grandes proprietários de terra que possuíam influência nas eleições municipais através do chamado “voto de cabresto”, ou seja, como o voto era aberto se votava em quem os coronéis indicassem. Também era comum que fraudassem as eleições modificando as Atas Eleitorais.

⁶ A Política dos Governadores iniciou-se no governo de Prudente de Moraes e foi oficializada por Campos Sales. Consistia no apoio dos governadores ao Presidente da República efetivado através das bancadas federais representantes dos Estados no sentido de aprovar no Congresso os projetos que interessassem ao governo central. Em troca, o governo central apoiava os governadores em suas bases para que elegessem quem os interessava.

operárias de 1917, 1918, 1919⁷ ; o movimento tenentista da década de 1920⁸; a Semana de Arte Moderna⁹. Essas insatisfações serão coroadas com a crise econômica de 1929 – que afetou, profundamente, o setor agrário-exportador de café representado por São Paulo - e o processo sucessório do presidente Washington Luís¹⁰. As eleições presidenciais para o pleito que se iniciaria em 1930, ocorrem como estopim da Revolução, visto ter sido rompido o acordo entre Minas e São Paulo de alternarem-se na presidência.

Há consenso na visão de Werneck Vianna (2001), Fausto (2000) e Gomes (1988), quanto à incorporação do alargamento e democratização do pacto republicano, capitaneado por um estado nacional moderno, porém dentro dos preceitos da ordem. Assim, o governo revolucionário deveria representar o fim do anacronismo das oligarquias da Primeira República. Cumpre, entretanto, ressaltar que as forças revolucionárias - tanto a facção representante da elite política, quanto a referente à jovem oficialidade do exército - eram defensoras do papel do Estado como condutor da modernização, através do desenvolvimento de uma indústria nacional soberana e do estabelecimento de uma legislação protetora do trabalho (urbano). Para tal, haveria que se instituir a intervenção do Estado na economia, cabendo ao governo a regulação do mercado e da vida social e o abandono da

⁷ O movimento da classe trabalhadora na Primeira República foi conduzido por lideranças operárias e era combativo, reivindicando uma série de direitos dos trabalhadores. Nesse sentido ver Gomes, A Invenção do Trabalhismo, 1988; Fausto, B. em Trabalho Urbano e Conflito Social, 1976.

⁸ O tenentismo foi um movimento de insatisfação da jovem oficialidade do exército contra as oligarquias que comandavam a Primeira República. Ver Fausto, História do Brasil, 2000.

⁹ A historiografia destaca a Semana de Arte Moderna pela crítica que faz à influência estrangeira na produção artística brasileira. Dela resultou a expressão tupi *or not* tupi, parodiando a expressão inglesa *to be or not to be* e significando um movimento de antropofagia artística: ou comemos a arte estrangeira ou ela nos engole.

¹⁰ A crise de 1929 originou-se nos Estados Unidos da América tendo sido engendrada por uma superprodução originária do livre mercado capitalista e afetando a economia mundial dependente. O Brasil portador de uma economia agrário-exportadora e monocultora é duramente afetado pela crise. O ano seguinte, 1930, seria de eleições e na lógica da política dos governadores os Estados mais ricos da federação Minas e São Paulo, passaram a indicar o candidato à presidência da República, fato alcunhado com o nome de “Política do Café-com-leite” – São Paulo, café, Minas, leite. Os candidatos indicados pelos governos mineiro e paulista alternavam-se na presidência.

orientação advinda do liberalismo – idéia que a crise de 1929 veio reforçar¹¹. Segundo Werneck Vianna (2001) o pensamento moderno, representado pelas facções supracitadas, não significava a eliminação do anacrônico, mas “uma solução de compromisso com ele”, conquanto propalava a modernização industrial, a regulação do mercado, a legislação social, o antiliberalismo, sem tocar na ferida da estrutura agrária do país, fato denunciante do caráter conservador da Revolução de 1930. Em seu dizer, a bandeira do liberalismo defraudada em 30, pela Aliança Liberal, é convertida em corporativismo como uma denúncia do ideário liberal anacrônico.

Os anos iniciais do regime varguista se vêem marcados por fortes oposições. A começar pelas elites políticas paulistas que deflagram, em 1932, a Revolução Constitucionalista. Em consequência, ter-se-á a Carta de 1934, mesclada pelo compromisso entre os ideais das antigas elites liberais e os do corporativismo representado pelos revolucionários de 30. A culminância é a eleição indireta de Vargas à presidência. À oposição corporativismo/liberalismo, por si só insustentável, acrescentam-se os movimento do Partido Integralista (direita) de orientação fascista e da Aliança Nacional Libertadora (esquerda). A ANL era formada por fração do tenentismo, liderada por Luiz Carlos Prestes, por setores sindicais independentes, por parte da intelectualidade e tinha como mote a defesa do marxismo. Acusando o governo Vargas de fascista, preparam a Intentona Comunista no intento de derrubar o poder. Fracassam e sofrem dura repressão.

Era previsão da Carta de 1934 que, em 1938, houvesse eleições presidenciais. O ano de 1937 seria definidor do quadro sucessório. Diante do

¹¹ A crise de 1929 provocara a reorientação do Estado em relação ao intervencionismo estatal na economia e na vida social. Nos EUA Roosevelt, ao instituir o *New Deal* opta por uma economia planejada pelo Estado em detrimento do liberalismo. Na Alemanha e Itália fascistas prevalece o capitalismo dirigido pelo Estado.

crescimento do Integralismo – tendo como agravante o prenúncio de guerra na Europa marcada pelos fascismos alemão, italiano e espanhol – e do boato de um plano dos comunistas para derrubar o governo (Plano Cohen), Vargas desfecha o golpe de 1937, implantando o Estado Novo.

1.1.2. O Estado Novo

As reflexões precedentes pretenderam demonstrar o Estado Novo como uma etapa do movimento revolucionário de 1930, qual seja, um movimento de retorno aos propósitos da revolução, desviada por percalços do contexto político. Há convergência historiográfica (Fausto, Werneck Vianna, Gomes op. cit.) que permite tal lógica. Werneck Vianna (2001) afirma que “com o Estado Novo se resolvem impasses acumulados desde a Revolução de 1930, a qual mantivera até a Intentona Comunista de 1935, um compromisso entre os princípios da ordem liberal e da ordem corporativa”. Comes (1988, p. 210) destaca que, o processo revolucionário, iniciado em 30 e completado em 37, tinha em seu cerne “a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de nossa nacionalidade”. Fausto (op. cit. p. 365) afirma que, “Seria enganoso pensar que o Estado Novo representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930-1937.” As reflexões demonstram estar em curso o projeto nacional engendrado em 1930 e completado em 1937, contemplando um pacto harmonioso entre as elites e a massa da população e tendo o Estado como condutor do processo. O veículo condutor da Revolução de 1930, desviado de seus trilhos, fora recolocado em seu percurso em 1937, refutando o caráter liberal, oligárquico e não incorporador das massas, existente na República Velha. Esse teor

é referendado em artigo da Revista Cultura Popular (apud GOMES, 1988, p. 211) ao explicitar que, **até 1930 “o governo no Brasil não era para o povo, mas para seus representantes¹²”** e estes, por sua vez, não se interessavam em chamar as classes operárias para opinarem nos destinos do país, tampouco, se esforçavam em tentar caminhos para a emancipação econômica do Brasil.

1.1.3. A legislação social

As práticas da política trabalhista de Vargas funcionaram desde o início da Revolução de 30 em duas direções: efetivação de leis sociais e construção da imagem simbólica do presidente como “Pai dos Trabalhadores”. Em 1937, estatuiu-se sob inspiração fascista da *Carta del Lavoro*, a legislação trabalhista. Nos anos seguintes, alguns de seus principais aspectos foram a proibição de greve, tanto de empregados quanto de patrões. Em 1939, um decreto-lei determina a dependência do sindicato em relação ao Estado e o estabelecimento de uma estrutura vertical (federações, confederações) e também cria a Justiça do Trabalho. Em 1940, é criado o Imposto Sindical¹³ e em 1943 a legislação é sistematizada através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Sobre o Imposto Sindical faz-se necessária a abertura de parênteses para destacar a aplicabilidade de seus recursos a cargo da Comissão do Imposto Sindical, criada pelo Decreto-Lei nº. 4. 298, de 14 de maio de 1942. O referido decreto previa (apud Werneck Viana, op. cit. 2001) que seu uso recaísse nas seguintes atividades:

- a) em agências de colocação, na forma das instruções que fossem expedidas pelo Ministério do Trabalho; b) na assistência à

¹² Grifos meus

¹³ Pelo imposto sindical todo empregado, sindicalizado ou não, pagaria compulsoriamente um imposto anual ao seu sindicato no valor de um dia de trabalho: Decreto-Lei nº 2. 377, de 6 de julho de 1940 (apud Werneck Vianna op. cit.)

maternidade; c) na assistência médica e dentária; d) na assistência judiciária; e) em escolas de alfabetização e pré-vocacionais; f) em cooperativas de crédito e de consumo; g) em colônias de férias; h) em bibliotecas; i) em finalidades esportivas; j) nas despesas decorrentes de encargos criados pela lei (WERNECK VIANNA, 2001, p.138).

A inferência que se faz é no sentido de destacar que o papel do sindicato, pela via do recolhimento do Imposto Sindical, tem caráter previdenciário e educacional. Assim, atividades propulsoras de ganhos materiais para os trabalhadores eram concretizadas com recursos da própria classe.

No campo da política salarial, desde a Constituição de 1934, previa-se a instituição de um salário mínimo condizente com as necessidades do trabalhador de cada diferente região do país. No dizer de Fausto (2000, p. 375), no momento de sua implantação, o salário mínimo cumpriu sua função, mas com o correr do tempo, deteriorou-se deixando de prover as necessidades dos trabalhadores. A explicação de Werneck Vianna (2000, p.140-41) merece destaque, conquanto esclarecedora de como o salário mínimo favoreceu a acumulação industrial. Sua fala mostra a gênese da instituição do salário mínimo que decorre da constituição de 1934, só regulamentada em lei em 1936, tendo sua fixação em tabela, ocorrido em 1940. O estabelecimento dessa tabela levou em conta o “Censo do Salário Mínimo” realizado pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho subsidiado por Comissões de Salário-Mínimo compostas de representantes do Estado, dos empregadores e dos empregados. Apesar de restrito ao meio urbano, no cálculo da média do salário mínimo, levou-se em conta a remuneração do trabalho agrícola que, sendo aviltante, puxou para baixo o índice a ser estabelecido. Sua análise desvela para o operário industrial o registro de um salário muito próximo do que já percebia e, por conseguinte, não eleva seu padrão de vida. Nesse sentido, o salário-mínimo funciona como acumulação industrial. Entretanto, para as demais ocupações

urbanas das classes subalternas, que percebiam uma remuneração aquém do mínimo fixado pela lei, a situação funcionou de forma reversa. Na prática isso representava o aquecimento do mercado interno através do aumento do consumo e favorecia, ainda mais, a acumulação. A espinha dorsal do financiamento dessa acumulação era o operariado industrial qualificado, na medida em que, se depreciou sua força de trabalho. Em “Crítica à razão dualista – o ornitorrinco¹⁴” Francisco Oliveira (2003, p. 130-2), ao comentar as contradições e singularidades do subdesenvolvimento ou capitalismo tardio, intervém com a tese de que se deveria aproveitar a “riqueza da iniquidade” de ser periferia. Defende a idéia de se aproveitarem os meios técnicos advindos de etapas modernizadoras como as da era Vargas e Kubitschek buscando sim, a inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, mas aliando a ela alguns pontos: organização dos trabalhadores como forma de liquidar a exploração e o rebaixamento do custo da força de trabalho; reforma agrária como meio de estancar o exército de reserva das cidades e distribuição patrimonial. Para que isso ocorresse a burguesia nacional precisaria compartilhar com o Estado um projeto emancipador e não voltar as costas às classes subordinadas conforme aconteceu¹⁵.

1.1.4. O período Vargas e as políticas públicas de leitura

A pesquisa realizada por Adriana Thomazotti Claro, em função de sua tese de doutorado “Textos e contextos das políticas públicas para leitura no Brasil: o lugar

¹⁴ Oliveira (2003, p.132-3) chama metaforicamente o estágio de evolução capitalista no Brasil contemporâneo ironizando sobre o fato de já ser quase um “homo sapiens” conquanto seguidor dos passos das economias centrais. Nesse sentido enumera as contradições entre setores avançados da economia e gastos perdulários de uma pequena elite, em detrimento das condições de vida primitivas dos extratos mais pobres da população.

¹⁵ Cardoso (apud Oliveira op.cit., p. 132) reconhece que a burguesia nacional prefere a aliança com o capital internacional. Nesse sentido Oliveira alerta que o próprio Cardoso como Presidente da República tomou o caminho indicado pela burguesia nacional ao conduzir o Brasil à globalização.

da literatura infantil” (2005), é o fio condutor das reflexões seguintes. Bebendo de sua fonte no que se refere à leitura - sem restringi-la à questão da literatura infantil – tomam-se algumas das pontuações de seu estudo sobre políticas públicas de leitura na era Vargas, procurando cotejá-las aos postulados de Gomes (1988); Thompson (1990); Ferreira (1991); Werneck Vianna (2001); Guimarães (2001).

Como já foi relevado, anteriormente, o período Vargas encerra o cerne da modernização pela via da derrubada das oligarquias agro-exportadoras e banimento do modelo liberal. O Estado, em contrapartida, assume a condução do processo industrializante, tendo a seu cargo a regulamentação do mercado. Dando luz a essa assertiva Ianni (apud Thomazotti, 2005, p.65) toma como exemplo o discurso de Getúlio, em Volta Redonda, *lócus* da primeira siderúrgica brasileira. O ano é 1943 e o presidente diz:

"O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O País semicolonial, agrário, importador de manufaturas exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas necessidades de defesa e aparelhamento. Já não é mais adiável a solução. Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho" (IANNI apud THOMAZOTTI, 2005, p.65).

Ocorre que, entre 1930 e 1945, concentram-se investimentos no plano econômico no sentido de acelerar a industrialização e abandonar a pecha de país mono-exportador de café e importador de bens manufaturados. Todo esse esforço de industrialização, em parte decorrente da Crise de 1929, resulta em mudanças refletidas em crescente urbanização, aumento do movimento imigratório e do deslocamento demográfico, colocando à nu, a necessidade de preparar uma sociedade para os efeitos de tais transformações. Tomando para si a tarefa de

construção do estado nacional, as elites dirigentes se vêem diante de uma sociedade que perde gradativamente sua vocação agrícola, adequando-se ao crescimento manufatureiro.

As transformações, por que passa o país no pós-30, são refletidas e refratadas pela/na cultura. Uma espécie de efervescência, já iniciada nos anos 20, eclode na forma de valorização das atividades culturais. Na visão de Antonio Cândido, após a vitória da Revolução de 1930 ocorreu “Um eixo catalisador: um eixo em torno do qual girou, de certo modo, a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los em uma configuração nova” (Cândido, apud Thomazotti, 2005, p. 68).

As considerações de Candido (ibidem) remetem à constatação de um crescimento no campo cultural que abarcou variados setores como “instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio”. Ainda que não ocorresse uma socialização da cultura, haja vista as restritas manifestações e o pequeno público consumidor, as novas condições sócio-econômicas e a tomada de consciência de artistas e intelectuais justificam o que Cândido afirma: “os anos trinta foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura. Mesmo os que não se definiam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara do fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica, que dá contorno especial à fisionomia do período” (Cândido, ibidem).

Os ecos das mudanças sócio-econômico-culturais tangenciam a literatura trazendo modificações de estilo e conteúdo. As obras literárias deixam o academicismo buscando novas formas menos artificiais, incorporando novos temas e posicionamento ideológico. A visão renovadora do modernismo rejeita

velhos padrões, aceitando estilos peculiares evidenciando menor rigidez gramatical e maior liberdade no uso das palavras, o que representa uma ruptura com os padrões estéticos vigentes. O grande mérito das mudanças embutidas no modernismo foi, segundo Passiani,

“A estratégia adotada pelos integrantes do grupo modernista – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Sérgio Milliet, entre outros – foi autoproclamar-se momento fundante na história da arte brasileira, uma espécie de divisor de águas a partir do qual seria possível reconhecer uma ‘verdadeira’ arte nacional. Era preciso transformar o modernismo em história – e não numa história qualquer, mas num momento particularmente importante da nossa história cultural, em que a Semana de Arte Moderna de 1922 representasse uma espécie de sete de setembro artístico e cultural – para lhe conferir a legitimidade necessária. Com sua incrível experimentação estética, a nova linguagem artística – poética, musical, pictórica – rompia com o tradicionalismo no campo das artes – principalmente o naturalismo-realismo – e incorporava a oralidade na literatura, o jeito de falar ‘típico’ dos brasileiros, resgatava os elementos de nosso folclore, tudo isso para romper com o Brasil arcaico, colonizado política e culturalmente, e recuperar um Brasil genuíno, absolutamente original em suas manifestações artísticas. Esse foi o estupendo feito que os modernistas arrogaram para si mesmos” (PASSIANI, apud THOMAZOTTI, 2005, p. 69).

A despeito da valorização da cultura nacional e do empenho na formação de uma elite dotada de seu próprio capital cultural, o país não escapa da influência de uma indústria cultural massificada, oriunda dos centros hegemônicos, retratada por Adorno como impeditiva da “formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente” (Adorno, apud Thomazotti, 2005, p. 70). Essa indústria cultural não inova porque, de posse das preocupações e interesses do público-alvo, transmuda-as através de novas roupagens. Às mazelas dessa influência, acrescenta-se a debilidade de comunicação e difusão do produto literário: faltam editoras, distribuidores, bibliotecas. Um outro fator agravante é a ausência de um público leitor - restringido aos alfabetizados, sendo estes, também, em número diminuto. Coroando as dificuldades, estão os fatores político-econômicos que, somados aos anteriores, tornam a tarefa dos escritores uma atividade

amadorística ou até mesmo marginal. Tantas condições adversas trazem à tona uma indagação: a quantas andava a literatura nacional dos anos 30? O estudo de Thomazotti desvela que a produção literária nacional no período teve força e propulsão para atrair leitores em grau maior do que se possa imaginar. Ressalta, nesse empreendimento o papel dos editores se empenhando em investir em um mercado de risco, que aparentemente, não teria futuro.

Outra observação importante feita por Thomazotti diz respeito ao caráter de busca da cultura nacional impresso ao movimento modernista. A autora adverte que o nacionalismo não foi característica exclusiva do movimento modernista, ao contrário, em períodos anteriores da história do Brasil, intelectuais e literatos, já lutavam por legitimá-lo. Tomando de empréstimo as idéias de Lafetá (apud Thomazotti, op.cit. p.72), a tese de Thomazotti demonstra como a produção modernista dos anos 30 muda seu curso de estético para ideológico. Nos anos 20 o projeto modernista era ideológico na medida de atualização das estruturas propostas por facções de classe dominantes, enquanto que, nos anos 30, o projeto perpassa a burguesia adentrando as concepções tanto da esquerda – males sociais; cotidiano do operário e do camponês - quanto da direita – literatura espiritualista; definições políticas tradicionalistas ou integralistas. O substrato retirado por Thomazotti de Ângela Gomes, em sua análise sobre os discursos dos intelectuais nas publicações do Estado Novo, em especial a revista Cultura Política, reflete essa mudança de curso e retrata a posição dos modernistas como:

“mediadora da transição que se iniciava nos anos 20 e se completava nos anos 40. Os modernistas adequavam-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo” (GOMES, apud THOMAZOTTI, ibidem p. 72).

Essa ligação entre intelectuais e Estado é vista por Bomeny por meio da crença existente entre os intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do XX de que o processo modernizador locupletar-se-ia pelas mãos do Estado como mediador das forças sociais. É nesse sentido sua explicação: “Isso talvez explique que mesmo os liberais, como Anísio Teixeira, tendo como inspiração os Estados Unidos, com forte tradição de desconfiança em relação ao papel do Estado interventor, tenham condicionado a renovação brasileira à ação estatal” (Bomeny, apud Thomazotti, *ibidem*, p. 72). Da mesma forma, Bomeny justifica o abrigo dos intelectuais no ninho do governo, através da condenação aos desmandos existentes na República Velha, período, de tutela das oligarquias. Assim, a intelectualidade abre mão da democracia e deposita em um Estado forte e centralizador, as esperanças de construção de um novo tempo em que:

“As noções de progresso e democracia não caminharam necessariamente juntas. A ciência poderia trazer a chave, e através dela, seriam mais previsíveis e bem sustentadas as noções de racionalidade de procedimentos de criação de sistemas sociais nas áreas de política social – saúde, educação, cultura, patrimônio, relações de trabalho, previdência. Assim, a crença na intervenção do Estado e a fé no progresso da ciência sedimentaram o projeto intelectual de parte significativa da geração do pós-1930 no Brasil” (BOMENY, apud THOMAZOTTI, *ibidem* p.72).

O que se depreende dos dizeres de Gomes (op. cit.) e de Bomeny (op. cit.), quanto à presença de segmentos da intelectualidade nacional na máquina de um governo intervencionista, assenta-se na justificativa de que, se o faziam, era em nome da modernização e do progresso da ciência.

Destacando esse momento, como o da participação dos intelectuais em projetos de ação política nas mais diversas áreas – educação, cultura, patrimônio – Thomazotti (op. cit.) retrata o imbricar cultural e político como uma faceta

doutrinária da legitimação do governo Vargas, traduzida na propaganda, através da imprensa, rádio, cinema e teatro. Considera importante alertar para a

“contradição na ligação entre um movimento que pregava a brasilidade, o retorno aos elementos da tradição, e um Estado que se colocava como promotor do desenvolvimento e da transformação social – lembrando que o governo Vargas escolheu para representá-lo símbolos que pertenciam ao domínio da tradição. As origens desse desconforto podem ser encontradas na própria figura de Capanema que, embora se tivesse cercado de figuras como Mário de Andrade e Portinari, homens de vanguarda e visão socialista, nunca escondeu suas posições de extrema-direita e sua admiração pelos regimes de Mussolini e Hitler” (THOMAZOTTI, 2005, p.72).

Na sua visão está em curso um projeto hegemônico em que o Estado brasileiro, através de uma lógica elitista e autoritária, buscava legitimidade e consenso nos planos da cultura e da política. Mas, como a própria autora ressalta, existem as contradições e, para dar conta delas, recorre-se a Ferreira (1990) e aos questionamentos explicitados a seguir. Teria, o projeto hegemônico dominante, sido tão eficaz a ponto de subordinar as camadas populares e obstaculizar toda e qualquer forma de organização que pudessem engendrar? Os estratos mais pobres da população estariam tão subordinados intelectualmente às elites de forma que não pudessem ter um projeto próprio e alternativo ao poder? Tomando de empréstimo a Ferreira, o desenvolvimento de sua teoria, ressalta-se não ser intenção negar a importância do conceito gramsciano de hegemonia, mas, relativizá-lo em nome de uma abordagem não reducionista. Na linha do pensamento thompsoniano, procura-se lembrar que o processo de hegemonia não impede as pessoas de defenderem seus direitos e interesses e buscar saídas para os limites autoritários através das fendas abertas nas contradições da vida social.

Na assunção do projeto modernizador, o Estado varguista se torna o principal investidor nos campos da produção cultural e da educação. Na esteira do

programa político-ideológico do Ministério da Educação e Saúde, o Ministro Gustavo Capanema abre várias frentes: implantar uma reforma do ensino, incrementar as atividades artísticas e culturais. Aos intelectuais, como apontado por Scharzman (2000, p. 81), o Ministério abria a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento e divulgação do conteúdo de seus trabalhos.

A existência de cerca de 80% da população, imersa no analfabetismo, gerou a iniciativa governamental de seu combate, através das reformas de ensino, o que foi empreendido por diversos estados¹⁶ sob forte influência do movimento da Escola Nova¹⁷.

O mineiro Francisco Campos colocado à frente do recém criado Ministério da Educação e Saúde representa a concretização na prática dos ideais escolanovistas. Sua experiência como secretário de Educação em Minas Gerais referendava esse posicionamento. O modelo inspirado nos ideais da Escola Nova colocava o aluno no centro da atividade pedagógica, propondo práticas de ensino e aprendizagem mais dinâmicas. Relacionando o ideário escolanovista à questão do livro e da leitura, a pesquisa de Thomazotti (op. cit., p. 80) destaca a utilização do livro como instrumento formativo dos hábitos de leitura e a proposta de formação de bibliotecas escolares. O ensino ativo, parte crucial da reorganização das práticas pedagógicas, pretende que os professores estimulem os estudantes a recriarem o conhecimento através de experiências desenvolvidas em sala de aula ou em

¹⁶ Em Minas Gerais o movimento reformista situa-se entre 1925-30 o que coloca o estado na vanguarda em termos de escolanovismo (Ver a esse respeito Faria Filho "Para entender a relação escola-família - uma contribuição da história da educação". São Paulo Perspectiva. v.14 n.2 São Paulo abr./jun. 2000).

¹⁷ É recorrente na história da educação brasileira destacar o papel dos Pioneiros da Educação Nova e sua luta pela "escola para todos". O nome de pioneiro foi à autodenominação do grupo de intelectuais que, em 1932, lançou o Manifesto dos Pioneiros sintetizando propostas e diretrizes de uma política de educação. Essas diretrizes vinham se constituindo desde os anos 20 e objetivavam a ampliação do ensino público, a co-educação e a laicidade. A ação desses intelectuais também é conhecida como movimento de Escola Nova.

excursões. A leitura é uma dessas experiências e várias ações devem ser desenvolvidas nesse sentido. Assim afirma Thomazotti:

“Em lugar de conteúdo a ser repetido, o livro poderia ser transformado em pretexto de recriação, proporcionando tanto prazer na leitura individual, silenciosa, quanto na coletiva, em voz alta ou não. Cabia ao professor estimular a leitura, cuidando do acervo não apenas no sentido da preservação das peças, mas também na constante avaliação e acréscimo de títulos” (THOMAZOTTI, 2005, p. 80).

A pesquisa registra o aumento de bibliotecas infantis, alertando, entretanto, não ser esse um fato representativo da democratização do acesso à leitura, ainda muito distante da maioria da população. Em contrapartida, ressalta a abertura de espaço para intensos debates sobre livro e leitura, não sem o “cuidadoso olhar do Estado que, por exemplo, viria a fechar, em agosto de 1937 a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco, criada em 1934, e dirigida por Cecília Meireles neste período” (ibidem p.80). A alegação do governo Vargas para o fechamento recaiu no perigo propalado por uma literatura comunista travestida na obra “As aventuras de Tom Sawyer”, de Mark Twain.

Ainda que sob os auspícios de um governo centralizador e vigilante, no cerne dos debates do direito de acesso à educação inerente a todos os cidadãos, livro e leitura galgam posição de destaque como parte do processo pedagógico-cultural. O período de nascimento do Ministério da Educação e Saúde e da difusão dos ideais da Escola Nova é marcado pelo desenvolvimento de métodos alternativos de ensino; surgimento de escolas experimentais; idéia de ensino centrado no aluno; expansão da rede pública. Ilustrando essas pontuações, cita-se trecho de uma Ata de Reunião de Leitura ocorrida no Grupo Escolar José Rangel, em Juiz de Fora,

Minas Gerais, em 01 de setembro de 1932¹⁸ quando a palavra é dada pelo diretor à professora encarregada de ler e comentar um artigo¹⁹:

“a professora Ernestina de Carvalho que leu e comentou um trecho de João Toledo sobre a Escola tradicional e a Escola educativa estabelecendo um paralelo entre ambas concluindo por demonstrar que o defeito da escola tradicional repousa no princípio errôneo do professor se preocupar mais com a matéria a ensinar do que com a creança; ao passo que a escola educativa visa principalmente o aluno; quer que este trabalhe, que o professor sirva apenas para facilitar-lhe os meios, devendo mesmo preparar o aluno para a vida social” (Livro de Atas de Reuniões de Leitura do Grupo Escolar José Rangel em Juiz de Fora, ARQUIVO NESCE).

A expansão da rede pública de ensino traz para a educação formal um número maior de alunos egressos das camadas populares. Muitas escolas, a exemplo do que foi inferido na citação acima, adotam novas posturas quanto à aprendizagem e a experiência da leitura é valorizada. Isso não quer dizer que não tenha havido estabelecimentos de ensino onde os processos de leitura tenham permanecido antiquados, temidos e desagradáveis. Não sem tristeza, ainda hoje, observam-se práticas anacrônicas em relação ao processo de leitura. Thomazotti registra que, “nesse período, aumentaram também os meios de acesso à leitura: bibliotecas populares, inclusive ambulantes, foram criadas em muitas cidades do país e o número de livrarias também aumentou significativamente”. E acrescenta: “Assistia-se no Brasil a um crescimento expressivo das editoras”. As casas editoriais, segundo Thomazotti, se especializavam na edição de livros didáticos, que representavam uma fatia, cada vez mais, desejada pelo mercado. Assim, a autora conclui que, “o público leitor cresceu e se diversificou” (ibidem, p. 81). Crescimento também verificado quanto à produção literária brasileira, revelando uma parcela de leitores acima da suposta. Tais verificações não significam uma retrospectiva da

¹⁸ As atas e documentos relativos aos Grupos Escolares Centrais de Juiz de Fora fazem parte do acervo do arquivo do NESCE/FACED/UFJF.

¹⁹ Normalmente, tirado da Revista de Ensino publicada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais.

história da leitura no Brasil, isenta do difícil acesso à leitura e aos livros para os estratos mais baixos da população. Ao contrário, o que ainda hoje se constata como crise da leitura decorre de uma situação reproduzida ao longo da história do país, em que se pese, o analfabetismo, a falta de políticas públicas eficientes de leitura, a ausência de bibliotecas, os poucos recursos financeiros das classes trabalhadoras.

O período relativo ao chamado Estado Novo muda o foco das políticas culturais na medida em que cria instituições destinadas a conduzir a produção cultural. Surgem, nesse período, o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional do Livro. A Campanha Nacional do Folclore é oficializada.

Continuando a trajetória de análise das políticas públicas de leitura do governo Vargas, Thomazotti (op. cit. p. 84) destaca a criação do Instituto Nacional do Livro estatuída pelo Decreto-Lei no. 93, no dia 21 de dezembro de 1937.

Sua inferência sobre a criação desse organismo redonda em uma análise bifurcada. Em um ângulo, suas lentes enxergam uma resposta do governo federal aos intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922 que denunciavam a inércia administrativa quanto às políticas culturais. Em outro ângulo, reconhece a necessidade do governo em contemplar o operariado em suas premências de alfabetização e qualificação de mão-de-obra, conforme as exigências do mercado. Ao justificar esse segundo prisma, Thomazotti (2005) diz:

Tratava-se de um projeto que visava a criação de uma cultura nacional e a obtenção do apoio da população para o regime - a cultura era utilizada pelo Estado, assim, como instrumento patriótico e disciplinador. O INL surge, então, no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que consolidava os debates ocorridos entre os anos de 1920 e 1930 sobre o sistema educacional brasileiro. Estes debates objetivavam ampliar o acesso da população à educação, definir as responsabilidades da União, estados e municípios em assuntos educacionais, propor currículos e métodos de ensino. Enfim, dotar o país de uma política nacional de educação, até então inexistente (THOMAZOTTI, 2005, p. 84-5).

Elaborado a partir da consulta a diversos segmentos da sociedade, o PNE recebe críticas do Legislativo e é implantado na vigência do Estado Novo com modificações feitas pelo Ministério da Educação e Saúde. Ao estabelecer os parâmetros da educação extracurricular, o Plano delegava sua prática aos poderes públicos, à família e à outras instituições ou grupos idôneos. O referido planejamento enfatizava a publicação de livros e outros materiais de interesse educativo, a edição de textos inéditos ou esgotados, a expansão de bibliotecas públicas permanentes e circulantes, mantidas por estados, municípios e particulares. Essas bibliotecas seriam dotadas pela União de publicações culturais e de auxílio técnico para formação de seus acervos. A esses dados correlaciona-se a criação do Instituto Nacional do Livro, destinado a organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, a editar obras de interesse nacional e criar bibliotecas públicas. O INL é criado por Decreto-lei em 21 de dezembro de 1937 e traz, na exposição de seu projeto publicada no Diário Oficial da União, a palavra do ministro da educação, Gustavo Capanema, apresentando o livro como importante instrumento de transformação social, devendo o governo conduzir sua produção, distribuição e orientação:

“Sr. Presidente – O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. Encontramos sempre um livro no fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas” (DOU, 21/12/1937 apud THOMAZOTTI, op. cit, 2005, p. 85-6).

Thomazotti (ibidem, 2005, p. 85) argumenta que: “a exposição de motivos do ministro da educação, Gustavo Capanema, para a criação do INL (Brasil, 1937)

apresentou o livro como um poderoso instrumento de transformação pessoal, capaz de produzir no leitor sentimentos positivos ou negativos”. E acrescenta: “O Estado Novo detectou no livro um potencial desestabilizador da ordem na sociedade, o qual deveria ser controlado, por meio da proteção do Estado, ou seja, através da produção e divulgação deste veículo impresso do trabalho intelectual”. Também este é o cerne do fundamento que a autora busca em Oliveira (1994): “No quadro ideológico do Estado Novo, as medidas implementadas na área de bibliotecas públicas centravam-se no uso das bibliotecas para a preservação e divulgação da cultura oficial e para a formação de cidadãos talhados conforme esta cultura”. (Oliveira, apud Thomazotti, 2005, p.86). Porém, quando a autora ressalta a opinião de Mário de Andrade sobre o ato do governo de criação de bibliotecas, o que vem à tona, não é a imposição governamental de um projeto cultural hegemônico e, sim, a disseminação do hábito da leitura:

“A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação” (ANDRADE, apud ibidem, 2005, p. 86).

O Instituto Nacional do Livro foi alvo de críticas no que tange a sua viabilização, haja vista, a dificuldade de meios para a produção e aprimoramento do livro.

No ano de 1938, a premência de altos índices de analfabetismo, e no intuito atribuir ao ensino primário um caráter nacional e uma política unificadora, o governo cria a Comissão Nacional de Ensino Primário. Na esteira dessas ações também

seria criada a Comissão Nacional do Livro Didático cuja função era “examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para tradução” e “sugerir a abertura e concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país”, bem como organizar exposições nacionais dos livros didáticos. Em 1944 é atribuída ao INL pelo decreto-lei nº. 6.339 de 11 de março, a tarefa de “publicação oficial de livros didáticos para uso nos estabelecimentos de ensino no país”, denotando uma presença cada vez maior do Estado.

Outro importante aspecto a ser destacado refere-se ao crescimento das camadas médias da população e do operariado em virtude do crescimento urbano-industrial. Esses estratos sociais (Romanelli, 1991; Thomazotti, 2005) empreenderam uma campanha em prol da expansão do ensino público laico, gratuito e de qualidade. Para além da universalização do ensino primário, seus reclamos compreendiam o estabelecimento de uma política nacional de educação. Azevedo (apud Thomazotti, 2005, p.90) atribui às classes médias o papel “da articulação dos interesses educacionais da população e da constituição da própria educação como setor, garantindo, com isso, possibilidades de influência na política setorial estabelecida pelo Estado a partir dos anos 30²⁰”.

Os anos finais do Estado Novo (1940-46) são marcados pelo processo de redemocratização.²¹ O estudo de Thomazotti traz a inferência sobre a forma como, “o pacto populista²², articulador dos interesses das massas urbanas”, permitiu “que estas expressassem seus anseios educativos, o que parecia estar diretamente relacionado à questão democrática, e à formação do cidadão”. Outro ponto relevante é a observação de Arruda (apud ibidem) sobre a afirmação da arte como produto,

²⁰ Nesse sentido, a autora esclarece que ações provenientes dos setores médios da sociedade já vinham sendo empreendidas no decorrer da Primeira república e visavam, especialmente, o combate ao analfabetismo (Liga de Defesa Nacional e Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, ambas de 1915).

²¹ Processo já abordado mais detalhadamente no item 1.1.6.

²² Sobre o conceito de populismo ver as reflexões do item 1.1.6.

permitindo a emergência das artes gráficas, da publicidade, do *design* industrial, da decoração arquitetônica numa clara correlação entre artistas e empresariado. Isso ocorre mais nitidamente em São Paulo que, no interregno 1920-1940, suplantara o Rio de Janeiro e tornara-se o centro hegemônico da economia brasileira. Não sem razão, afirma Arruda:

“A fração mais moderna da burguesia industrial da cidade esteve intimamente ligada à promoção da cultura, quer construindo instituições, como o MAM de São Paulo, criado por Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccilo, o MASP, por Assis Chateaubriand, o TBC, por Franco Zampari, engenheiro das indústrias Matarazzo, e a Vera Cruz, novamente por Ciccilo Matarazzo, quer através do exercício do mecenato, apoiando artistas, doando obras, comprando peças artísticas (...). é fundamental reter, no entanto, que as transformações no âmbito da cultura não ganhariam essa dimensão sem a atuação dos mecenas” (ARRUDA, apud THOMAZOTTI, 2005, p. 96).

O caminho tomado pelo primeiro governo Vargas no sentido de efetivar um projeto nacional modernizador engendrou ações no campo das políticas públicas de leitura consubstanciadas por um projeto nacional de educação. Pode-se traduzir tais ações, através do incentivo às bibliotecas públicas, da criação do Instituto Nacional do Livro, do incentivo ao mercado editorial, ainda que por trás dessas iniciativas, para além do crescimento do número de leitores, estivesse embutida a formação de um ideal nacionalista. O cenário dos anos 20 e 30 foi marcado pelos ideais de um projeto educacional brasileiro e a intelectualidade que o presidiu pôs em marcha um movimento que redundou no “Manifesto dos Pioneiros”. Os anos finais do Estado Novo e o período de redemocratização que marca o curso de uma nova constituição para o país terão, como emergência, o retorno das reivindicações presentes no “Manifesto dos Pioneiros”. Tal retorno pode ser identificado pela defesa da escola pública e pela busca dos dispositivos educacionais de orientação liberal e descentralizadora presentes na Carta de 1934, como suporte para o capítulo sobre

educação vigente na Constituição promulgada em 1946. Pode-se atentar para a inserção da política representada pelo SAPS, no contexto sócio-histórico das transformações desse período.

1.1.5. Sindicato e corporativismo

A construção da imagem de Getúlio, como símbolo de proteção à classe trabalhadora, toma ímpeto a partir dos anos finais do Estado Novo. Gomes (op. cit. p. 197) faz um recorte histórico a partir de 1942 chamando o período de “Estado Novo em segundo movimento” no intuito de justificar a série de acontecimentos que reorientam politicamente o regime de Vargas. Nesse prisma avalia a mudança da conjuntura internacional e o envolvimento do Brasil na Segunda Grande Guerra ao lado dos Aliados, significando seu alinhamento com os Estados Unidos. Os outros eventos se dão internamente e reportam às mudanças ocorridas no Ministério do Trabalho, traduzidas pelas inovações na condução política das relações governo / classe trabalhadora. Antes, porém, da análise de quão importantes foram essas mudanças de rumo, far-se-á um retrospecto das relações entre o Ministério do Trabalho, criado no governo Vargas e a organização sindical nesse período.

A criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio se dá no mesmo ano da chegada de Vargas ao poder, isto é, em 1930. A lei de sindicalização de 1931²³ estabelece a unicidade sindical, mas torna facultativo o ato do trabalhador de sindicalizar-se. A tática do Ministério na conquista pela liderança junto aos sindicatos assentava-se em dois pilares. Por um lado, a composição de uma equipe com origens político-ideológicas diversas, mas convergente no que tange à necessária

²³ A lei de Sindicalização de 1931, segundo Werneck Vianna (op. cit. p. 126) é decretada em 1932, ratificada pela Carta de 1934, confirmada pela Carta de 1937 e consagrada pela CLT.

elaboração e efetivação de um conjunto de leis sociais que regulamentassem a relação capital-trabalho. Por outro lado, a atuação de uma equipe de fiscais, destinada a realizar um trabalho pedagógico de convencimento do empregador - quanto ao benefício da aplicação das referidas leis - e do empregado - a quem se mostrava o apoio do Ministério àqueles que se sindicalizassem. Em 1933, a criação da Carteira de Trabalho traduz-se como eficaz instrumento de controle da classe trabalhadora e solapa as pretensões de resistência e autonomia dos sindicatos. Na lógica do só quem for sindicalizado pode ter a carteira e recorrer aos órgãos da Justiça do Trabalho e aos benefícios sociais, o governo incentivou a sindicalização. Além desses benefícios, os sindicatos poderiam ter representantes na bancada de deputados classistas (empregadores e empregados) que comporia a Assembléia Nacional Constituinte, desde que, sindicalizados. Tornava-se inviável sustentar a postura de associação independente e constata-se, a partir daí, a crescente oficialização dos sindicatos.

Em dezembro de 1941 a chefia do Ministério do Trabalho passa a ser exercida por Alexandre Marcondes Filho²⁴ É recorrente na historiografia (Fausto, 2000; Gomes, 1988) de que sua escolha como ministro tem longo alcance político. Em 1942, o governo Vargas enfrenta a contradição de ser autoritário e, ao mesmo tempo, participar de uma guerra contra o autoritarismo dos regimes fascistas. Pairava na atmosfera do Estado Novo a necessidade de afrouxar a ditadura e ao mesmo tempo não perder as posições de poder. Urgia que se fizesse a transição, buscando manter na nova ordem democrática, a continuidade política. Marcondes Filho inaugura um tipo de comunicação entre governo e classe trabalhadora, através do programa radiofônico “Hora Do Brasil” em um quadro que tinha o título “Falando

²⁴ Bem sucedido advogado paulista, especializado em direito comercial. Amigo de Assis Chateaubriand dos Diários Associados. Pertencera ao PRP (Partido Republicano Paulista) e, afastara-se da política desde a Revolução de 1930.

aos Trabalhadores do Brasil”. Também é assente na historiografia a importância da condução pedagógica dada por Marcondes Filho ao esclarecimento da legislação social, feito através de seu programa à classe trabalhadora. Ao se referir a essa ação pedagógica de Marcondes Filho junto aos trabalhadores, Gomes analisa:

(...) “O conteúdo das palestras abarcaria predominantemente o novo direito social, diagnosticado como uma matéria ainda desconhecida pelo próprio trabalhador, seu beneficiário. As causas dessa situação eram muitas e distintas, As dificuldades de comunicação entre as regiões do país constituíam apenas a faceta geográfica do problema. Na verdade, a ela se somava, como causa da ignorância de nosso povo, o tipo de processo histórico que presidira a elaboração da legislação social. Por não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia divulgação e esclarecimentos” (GOMES, 1988, p 231).

Além de fazer todo um histórico das leis sociais, implementadas por Vargas, as palestras de Marcondes Filho eram uma forma de aproximar poder público e povo. Por essas palestras radiofônicas, todos os benefícios “outorgados” pelo estado varguista aos trabalhadores, eram anunciados sempre com muita pompa e comemoração. Desde o ano de 1939, a comemoração do 1º de maio era feita em grande estilo em estádios de futebol, abertos para a massa popular. Foi, assim, o anúncio do salário mínimo, perpassando ao ato a idéia de presente para o povo. A saudação do presidente refletia seu papel de líder das classes trabalhadoras encerrando o jargão inicial: “Trabalhadores do Brasil”. A política pública intitulada SAPS é instituída no bojo das medidas varguistas que contemplavam a classe trabalhadora na fase final do Estado Novo.

No período 1945-1964, após a queda da ditadura Vargas, o sindicalismo atuará diante da peculiaridade de coexistência entre estrutura sindical corporativista e democracia representativa. É inegável, a crescente influência dos sindicatos na vida política nacional. Isso se mede pela sua capacidade de afetar decisões,

especialmente, as que interessam à classe trabalhadora (Rodrigues, 1997, p. 533-534).

A implementação da política do tipo SAPS, em Juiz de Fora, ocorre no governo Dutra subsequente à queda de Vargas. Entretanto, faz-se necessário pontuar uma observação: quer pela voz da imprensa, quer pela dos trabalhadores e da comunidade juizforense, as instalações do SAPS são vistas como uma obra do governo Vargas.

1.1.6. As ações varguistas e o populismo

O udenista²⁵ Afonso Arinos, ao avaliar pejorativamente a política do governo Vargas em uma conferência na Escola Superior de Guerra no ano de 1953, descreve-a como corrupta, decadente e a denomina de populismo. Essa é a sua fala:

“O populismo é o amor da plebe pela aparência de plebeísmo, aparência que na grande maioria das vezes, não passa de propaganda de quem a exhibe, e, depois, não corresponde a realidade. O populismo é, também, uma reação das massas contra o estilo das elites, contra as aparências de compostura, discrição e polidez que, antigamente, traduziam superioridade moral, mas que hoje só provocam o sentimento – ou ressentimento – da superioridade social. Como movimento político parece-me que se acha em declínio, depois do desmascaramento que vai sofrendo a pretendida eficiência da corrupção” (BENEVIDES, apud GUIMARÃES, 2001, p. 162).

O termo populismo, no decorrer da História do Brasil, apresenta diferentes significados. Contemporaneamente, a conotação de Afonso Arinos parece ser aceita por muitas pessoas que o concebem como característica de políticos manipuladores, que, prometem... prometem... prometem... e sabem que não vão cumprir. Também

²⁵ A UDN (União Democrática Nacional) era um partido político criado em fins do Estado Novo e representava a oposição a Vargas.

abarca a idéia de um povo atônito que não sabe votar e acredita em promessas vãs. Essa acepção tem como crucial a idéia de populismo como algo cristalizado em que o Estado (ou os governantes) têm sempre culpa e o povo (manipulado) é sempre a vítima. Olhando-se através dessas lentes, estabelece-se uma relação desigual e não recíproca em que o povo é colocado como incapaz de se conduzir e está preso às artimanhas de um Estado repressor e manipulador. Quando o termo populismo aparece ligado ao governo Vargas, entretanto, outras interpretações se fazem presentes. Na análise de Wefford (1980, p. 61), o populismo, quer como estilo de governo, quer como manipulação de massas, só pode ser compreendido na forma inextricável em que se dão os laços do contexto histórico e da política. Nesse sentido sua gênese encontra-se imbricada à crise eclodida na Revolução de 1930, em que se tratava de exorcizar as velhas oligarquias e o liberalismo. É a instauração “do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45) seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do após-guerra (1945-64)” (WEFFORT, 1980, p.61). Nesse processo de democratização, os grupos dominantes, no intento de substituir as oligarquias e de comandar um desenvolvimento nacional capitalista, incorporam as massas, compondo com elas o que Weffort chama de “Estado de compromisso”. A lógica do autor é presidida pela idéia de que houve “manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta” (ibidem, p.62). Referendando a manipulação como absoluta, estar-se-ia assumindo uma postura liberal elitista em que a massa seria vista de forma anacrônica e os líderes velhacos, paternalistas e manipuladores. Instala-se, aqui, uma visão reificadora do conceito de populismo sem que se pesem os inextricáveis laços do contexto histórico e da política. Uma outra pontuação a ser

apreciada em relação ao Estado varguista remete, segundo (Neves, 2001), ao trabalhismo e às relações por ele estabelecidas entre Estado, sociedade civil e sindicatos. Apesar das contradições suscitadas pelo trabalhismo não se pode fugir ao fato de que se estabeleceu no governo Vargas um Estado de Compromisso em que os trabalhadores são incorporados como atores políticos e como possuidores de direitos. Disso redonda a origem do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, em fins de 1945. O PTB defendia, dentre outras, as bandeiras: da ampliação dos direitos trabalhista; da manutenção do emprego; da qualificação do trabalhador; do estabelecimento de cooperativas; do fim do latifúndio improdutivo. Na esteira desses postulados alerta-se para o perigo de um conceito de populismo cristalizado, em que não se leve em conta, as contradições e as especificidades, características de cada momento histórico e as singularidades dos grupos sociais nele inseridos.

1.2. Entretecendo dados da história de Juiz de Fora ao contexto da chegada do SAPS na cidade

Juiz de Fora tinha casas e fábricas de tijolo vermelho. Era chamada a Manchester Brasileira. Anos depois fui parar na Manchester verdadeira e reconheci ali as casas e as fábricas tão familiares à minha juventude.
(Rachel Jardim)

1.2.1. Origem da cidade

A origem de Juiz de Fora está ligada ao desenvolvimento da lavoura cafeeira na Zona da Mata mineira e à abertura da Rodovia União e Indústria, cuja

construção foi autorizada em 1835. A partir daí, o povoado transformou-se em entreposto comercial e a produção cafeeira foi dinamizada. A construção da rodovia era reivindicação dos fazendeiros da região que, diante do incremento do cultivo do café, constatavam a precariedade do Caminho Novo.²⁶

1.2.2. O desenvolvimento da economia cafeeira

A capitania das Minas Gerais sofre processo de decadência econômica, quando o ouro começa a escassear e o final do ciclo se aproxima, por volta do último quartel do século XVIII. Em busca de novo rumo econômico, levando-se em conta a existência de fazendas de lavoura por todo o território mineiro e a existência de abundante mão-de-obra escrava, opta-se pela produção de café. O produto era caro e seu consumo era restrito às elites.

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, traz a necessidade de abastecer o Rio de Janeiro de gêneros alimentícios, inclusive daqueles considerados mais sofisticados. Esse era o caso do café que, em decorrência, terá sua produção aumentada em Minas Gerais e, especificamente, na Zona da Mata. Juiz de Fora confirmaria, nessa época, sua base econômica como produtora de café. No dizer de Maraliz Christo:

“(...) Durante as últimas décadas do século XIX, a Zona da Mata, onde se situa a cidade de Juiz de Fora, se destaca como a principal região produtora de café, transformando-se em pólo econômico e contrastando com outras regiões principalmente o Centro e o Norte do Estado (...)” (CHRISTO, 1994, P.10).

²⁶ Caminho Novo era o nome da antiga estrada que ligava o Rio de Janeiro à região aurífera mineira e Juiz de Fora se localizava em seu ponto central.

O dinamismo econômico de Juiz de Fora, no período em foco, está intimamente ligado à construção da União e Indústria inaugurada em 1861. Giroletti, ao analisar a industrialização e a urbanização em Juiz de Fora até 1930, relaciona a importância da construção da rodovia como alavanca econômica e afirma:

“Por ser terminal da Rodovia que servia a uma importante região cafeeira e ter-se transformado em pólo econômico da Zona da Mata, Juiz de Fora começou a aglutinar grandes interesses, tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de capital. Constituiu-se em pólo de atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais: mão-de-obra especializada, imigrantes, comerciantes, industriais” (GIROLETTI, 1988, p. 46,47).

Na segunda metade da década de 70, do século XIX, a estrada de ferro Pedro II chega a Juiz de fora. Deste período até 1880, a expansão do cultivo de café é acelerada. Na última década do século, a despeito de ser o café o eixo da economia local, inicia-se o processo de decadência da sua produção. Os fatores que contribuíram para este declínio foram, em parte, a transição para o trabalho assalariado e a concorrência da economia cafeeira paulista fundada nos moldes do capitalismo.

1.2.3. O surto industrial de Juiz de Fora

O surgimento da industrialização, em Juiz de Fora, está ligado à economia cafeeira e à construção da União e Indústria. Os estudos de Giroletti (1988) permitem relacionar a cafeicultura, o comércio e o desenvolvimento dos transportes, como agentes propiciadores da urbanização e do surgimento da indústria local. Juiz de Fora, por sua posição privilegiada, – próxima do Rio de Janeiro, central na Zona da Mata, ligação para outras regiões de Minas e para o Estado de Goiás – torna-se

um empório comercial, armazenando produtos oriundos do porto e redistribuindo-os aos consumidores finais. A leva de imigrantes trazida ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava ocasionou, em Juiz de Fora, a construção da Hospedaria dos Imigrantes, espécie de centro de triagem, que os abrigava até conseguirem trabalho. Daqui deveriam seguir para as lavouras adjacentes. Muitos deles, entretanto, preferiam ficar na cidade e engrossavam a camada de mão-de-obra disponível para a indústria. Estes fatores são algumas das explicações plausíveis, para que Juiz de Fora ocupasse, a partir de fins do século XIX e início do XX, uma posição de destaque no cenário industrial mineiro e brasileiro. Posição esta, que lhe rendeu o cognome de Manchester Mineira.

No processo do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora até 1930, Giroletti (1988, p. 73-4), caracteriza duas fases. A primeira é referente à implantação e acontece em paralelo com o desenvolvimento da produção de café, estendendo-se até 1890. Caracteriza-se pela preponderância de pequenas fábricas e oficinas, baixa produção e produtividade, tecnologia rudimentar. Não há grande investimento de capital, nem de mão-de-obra (geralmente, o dono é o produtor direto, é ele quem tem a habilidade quase artesanal da fabricação). A segunda fase reporta-se ao início do século XX, quando, ao lado das pequenas indústrias, surgem as sociedades anônimas, as médias e grandes indústrias locais. Esse período perdura até 1930. Aqui, importou-se tecnologia, empregou-se maior contingente de mão-de-obra, usou-se a energia elétrica como força motriz. Os setores têxtil, metalúrgico, tipográfico e de construção implementam o uso de novas tecnologias. Em ambas as fases, iniciativas relevantes denotam o progresso econômico e a conseqüente melhoria urbanística da cidade: implantação do sistema de ferrovias (1875); telefone urbano (1883); telégrafo (1885); Banco Territorial Mercantil de Minas Gerais (1887); Banco

de Crédito Real de Minas Gerais (1888); geração de energia elétrica (1889). O autor ressalta a criação de escolas primária e secundária no primeiro período e das escolas de ensino superior no segundo período. Todas essas medidas propiciaram a consolidação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial em curso no município.

Observa-se que, de 1908 a 1920, a indústria de Juiz de Fora teve seu maior índice de crescimento e que a cidade destacou-se como o mais importante centro industrial de Minas Gerais. O setor têxtil despontava como predominante entre as atividades industriais. O crescimento industrial juizforense insere-se na história econômica do Brasil, em conformidade com o que ocorreu nas demais regiões brasileiras, no interregno da Primeira Guerra Mundial. O país, tradicionalmente importador, via-se na contingência de solucionar internamente o déficit de importações provocado pelo conflito.

1.2.4. O início da estagnação econômico-industrial

Até 1930, Juiz de Fora apresenta crescimento da atividade industrial. De 1930 a 1935, o setor cresce, mas já apresenta algumas crises. Daí em diante, inicia-se a fase da estagnação e decadência da cidade como pólo industrial.

Essa decadência merece um estudo aprofundado daqueles que se interessam pela história de Juiz de Fora. Maria Carlota de Paula (1976), ao analisar em sua dissertação de mestrado “As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora”, aponta alguns fatores responsáveis por esse declínio. Um deles é a questão da dependência de Juiz de Fora em relação aos centros externos

para o suprimento de máquinas e acessoria tecnológica (Inglaterra e Estados Unidos). Essa dependência transfere-se para São Paulo, com o crescimento da indústria mecânica paulista. Também, havia dependência de matéria-prima (o algodão e o amianto eram importados). Outro fator negativo foi o concentracionismo industrial gerador de aporte de investimentos em centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Juiz de Fora não conseguiu superar esse processo. A iniciativa privada, grande responsável pelo desenvolvimento ocorrido anteriormente, diante da crise, não é capaz de debelá-la. O crescimento urbano-industrial, antecipado pelos industriais paulistas e cariocas através do investimento no avanço tecnológico, não é acompanhado pelos juizforenses. A diversificação de setores industriais, que talvez fosse uma alternativa, também não é implementada. Por fim, a atuação do aparelho estatal do governo de Minas, que trabalhou no sentido de fortalecer Belo Horizonte, como pólo centralizador da economia, política e administração das Minas Gerais.

1.2.5. Por que um SAPS em Juiz de Fora?

Juiz de Fora, pela característica de cidade industrial e por abarcar substancial classe operária, também foi contemplada com um SAPS. Ele foi instalado na cidade em 1947, no governo Dutra, quando sua pujança industrial passava por um período de estagnação. Paulino Oliveira, em sua História de Juiz de Fora, narra que o presidente Dutra, passando pela cidade em campanha, prometera examinar com carinho todos os pedidos que lhe foram endereçados. E continua:

“Mas é certo que a de olhar com carinho para as coisas de Juiz de Fora êle (sic) a tem cumprido tanto quanto possível. Logo no início de seu Governo, recebeu a cidade dois grandes benefícios – as casas populares e o Restaurante SAPS, para consecução dos quais, contando com o apoio do então ministro do trabalho, dr. (sic)

Otacílio Negrão de Lima, muito trabalhou o deputado Jarbas de Lery Santos” – (...) (OLIVEIRA, 1966, p. 293-4).

É explícita, através da opinião do cronista, a idéia de que o restaurante SAPS era um benefício reivindicado pela comunidade local. Alguns dados da História de Juiz de Fora são balizadores para o entendimento da evolução econômica do município.

CAPÍTULO II

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA...

Nesse capítulo, o objetivo é mostrar de que forma a legislação do governo Vargas criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social. Para tanto, buscou-se na legislação específica de sua implementação e nas referências bibliográficas sobre o tema em questão dados que servissem de norte para as análises e reflexões a seguir. Tendo como baliza a grande contribuição de Josué de Castro, no que tange à busca por uma sociedade menos desigual no Brasil, tomou-se como pertinente mostrar os fundamentos históricos desse seu legado.

2. 1. O SAPS: um legado da legislação getulista... Um bandeirão onde também se lia e se ouvia música

As concessões da legislação social implementada no governo Vargas restringiam-se aos trabalhadores urbanos, sindicalizados. Isso nos leva a afirmar que a cidadania social não era para todos e que o governo definia quem tinha esses direitos. O cientista social, Wanderley Guilherme dos Santos, afirma que havia uma “cidadania regulada” Mas, o que não se pode negar é o novo olhar do governo Vargas para a “questão social” do trabalhador urbano e a competência com que a máquina administrativa fez cumprir a legislação trabalhista (o empresariado brasileiro reagiu e relutou em cumpri-las) (D’ARAUJO, 1997, p.84-5). Assim, ao

estatuir o salário mínimo, a política do trabalhismo varguista²⁷ dá um passo na tentativa de resolução dos problemas do trabalhador urbano, mas estava longe de eliminar as carências decorrentes de uma sociedade desigual. Nesse sentido, vale lembrar que a remuneração do salário mínimo, ainda que bem vinda, possuía uma defasagem de tempo e valor e para que seu efeito fosse ampliado era necessário complementá-la. O rumo tomado pelo governo nessa direção consiste na adoção de políticas que melhorassem as condições nutricionais dos trabalhadores. Não se descarta, aqui, o espírito do racionalismo embutido nas ações do Ministério do Trabalho e que visavam a uma maior produtividade do operariado. Isso não quer dizer que não houvesse - da parte de alguns idealistas como, por exemplo, Josué de Castro - uma nítida preocupação com o flagelo da fome e da má distribuição de rendas. Esse é o contexto em que foi criado o Serviço de alimentação da Previdência social (SAPS).

Para além das considerações tecidas acima, outros fatores impulsionaram o governo Vargas a criar o SAPS, quais sejam: deslocamento da classe trabalhadora rural para o meio urbano em decorrência da política industrial; a politização da questão social; o desemprego conseqüente do *crack* de 1929; os riscos de desabastecimento oriundos da II Grande Guerra; expansão do assistencialismo embutido nas medidas do trabalhismo. Sua finalidade era garantir refeições dignas e baratas à emergente mão-de-obra industrial, implantando para isso, uma rede de restaurantes populares nos grandes centros. A unidade pioneira foi instalada no Rio de Janeiro. O presidente Getúlio Vargas, utilizando-se do que lhe facultava o artigo 180 da Constituição vigente em 05 de agosto de 1940, institui o SAPS pelo Decreto-Lei nº. 2478, cujo teor, se transcreve a seguir:

²⁷ Sobre a implantação do salário mínimo, já se fez uma reflexão com base nos estudos de Chico Oliveira no capítulo I.

Decreto-Lei 2478

Art.1º - Fica criado, com personalidade jurídica e sede na capital da República o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e destinado principalmente a assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões subordinados aos respectivos Ministérios.

Art.2º - Para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata, o serviço promoverá:

I – Ampla divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador de se alimentar convenientemente, bem como da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna.

II - A propaganda dos órgãos do Serviço encarregados do fornecimento de refeições aos trabalhadores.

III - A formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação.

IV - A instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores.

V - O fornecimento de alimentos, por parte das empresas, nos refeitórios de que tratam os artigos 1º e 3º do Decreto-Lei nº. 1,238, de 2 de maio de 1939.

VI - A seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços.

VII - O funcionamento dos órgãos necessários a integral execução dos seus trabalhos, conforme determinar o regulamento deste Decreto-Lei²⁸ (SENADO FEDERAL, Arquivo Legislação).

Decorrido um ano de sua criação o governo entende que, para atingir os objetivos de sua política, o Serviço de Alimentação da Previdência Social deveria exercer também uma função educativa junto à classe trabalhadora e suas famílias.

²⁸ O texto integral do Decreto-Lei nº. 2. 478 não foi incorporado ao corpo desse trabalho por não ser essencial ao entendimento do tema. Todavia, esclarece-se que foi analisado em sua totalidade.

Através do Decreto-Lei 3.709²⁹ de 14 de outubro de 1941, o SAPS é reestruturado.

Assim diz parte do Decreto assinado pelo presidente Vargas:

Art. 3º - Para consecução das suas finalidades o SAPS promoverá:

I. a instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores.

II. a instalação e ampliação dos refeitórios estabelecidos de acordo com o Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939³⁰.

III. o fornecimento de refeições nos locais de trabalho que não comportem os refeitórios previstos na lei a que se refere o item anterior.

IV. a divulgação nos meios trabalhistas, das vantagens auferidas pelo trabalhador com uma alimentação nacional.

V. a divulgação, nos meios patronais, dos benefícios que decorrerão para os empregadores, de uma alimentação adequada aos seus trabalhadores.

VI. a propaganda da necessidade de novas diretrizes na alimentação nacional e das suas profundas influências sobre a melhoria da raça.

VII. uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos e resultados³¹ (SENADO FEDERAL, Arquivo Legislação).

Das determinações do Decreto-Lei 3 709 provêm os chamados restaurantes gregários, construídos e equipados por entidades autárquicas ou paraestatais, mas

²⁹ O Decreto-Lei 2988 de 27 de janeiro de 1941 também versava sobre a reorganização do SAPS. A razão de se ter selecionado o Decreto-Lei 3.709 de 14 de outubro de 1941, consiste no fato dele ter revogado o anterior, mantendo suas determinações e ampliando-as.

³⁰ Esse Decreto-Lei, anterior ao que estatuiu a criação do SAPS, determinava que em “estabelecimentos que trabalhassem mais de quinhentos empregados, deverá o empregador reservar-lhes local abrigado, higiênico e devidamente aparelhado, onde possam fazer as refeições”. E ainda determinava que caso o espaço do estabelecimento não condissesse com a necessidade o empregador poderia conveniar com local próximo e acessível ao horário do empregado.

³¹ Retirou-se do texto completo, apenas, a parte que interessa a essa pesquisa.

administrados pelo SAPS. Além destes, havia os restaurantes fiscalizados, que eram construídos, instalados e mantidos pelo serviço público, empresas industriais, ou outras instituições, mas se inscreviam no SAPS para desfrutar do auxílio que a autarquia lhes pudesse prestar.

Em 21 de outubro de 1942, o Decreto-Lei 4.859 anexa ao arcabouço institucional do SAPS a Seção de Subsistência. O destino dessa seção era fornecer aos trabalhadores gêneros de primeira necessidade pelo preço de custo, acrescido de uma taxa de 10%, com a qual se honraria as despesas de aquisição, transporte e distribuição dos alimentos. Estes postos de Subsistência funcionariam nos próprios restaurantes ou em locais indicados pelos sindicatos e atenderiam, preferencialmente, aos trabalhadores com registro na Previdência Social, portadores de família numerosa.

Em 30 de abril de 1943, ampliando as funções do SAPS, o Decreto-Lei nº. 5.443³² estabelece o funcionamento de cursos técnicos e profissionais com vistas à formação de visitadoras de alimentação sob responsabilidade da referida autarquia. Essas escolas de Visitadoras de Alimentação – a primeira em Fortaleza, a segunda em Belo Horizonte – atuaram como embriões do preparo dos primeiros nutricionistas do Brasil.

Sobre o papel de atuação do SAPS no interregno de sua existência, vale explicitar outros serviços prestados pela autarquia, além dos já observados. No Restaurante Central da Praça da Bandeira no Rio de Janeiro, funcionavam: Biblioteca Popular; Sala de Música; Setor de encaminhamento a empregos e assistência social; Desjejum Escolar; Seção de cinema aos sábados; Consultório de Alimentação Econômica; Curso de corte e costura para filhas de trabalhadores;

³² Esse decreto-lei amplia a estrutura administrativa do SAPS, ao autorizar a criação de cursos técnicos e profissionalizantes (relativos a formação de nutricionistas e de atividades de copa, cozinha, costura, etc.)

Curso de Profissionais de Copa, Sala e Cozinha; Curso de Nutrólogos; Curso de Nutricionistas; Curso de Visitadora de Alimentação (apud CASTRO, Ana Maria de, 1977, p.221). O leque de serviços prestados pela instituição era maior e mais abrangente na capital da República, inferência que não elimina a idéia de que tenham sido efetivados em outras cidades do país, especialmente, as de maior contingente populacional. Em Juiz de Fora, por exemplo, os dados nos remetem ao profícuo exercício da Biblioteca e da Sala de Música. Há indícios de funcionamento de cursos profissionalizantes, tendo em vista, a fotografia que registra o recebimento de diploma por um grupo de pessoas nas adjacências da Biblioteca Popular Belmiro Braga. No entanto, nenhum dos entrevistados, tampouco, a imprensa local faz alusão a que tipo de curso se referiam os diplomas recebidos. Em entrevista, o senhor Laiz Veloso³³ fala da ocorrência de cursos nas dependências do SAPS/JF, mas não se lembra da especificidade de formação dos mesmos. Sua fala acrescenta, ainda, a existência na instituição de Juiz de Fora de um serviço de consultório dentário e médico para atender aos trabalhadores.

A queda de Vargas ao final do Estado Novo, o período Dutra e os subseqüentes governos dessa fase de redemocratização, não alteram os rumos da política do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Muito ao contrário, o que se observa são ações no sentido de referendar o que Vargas havia implementado, ou até mesmo, ampliar a existência dessa política. O governo Dutra dará seqüência à implantação de Restaurantes Populares sempre agregados por Bibliotecas e Salas de Música. No bojo das ações do presidente Dutra, a cidade de Juiz de Fora é contemplada com uma das mais modernas unidades do SAPS. Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, em sua vinda à Juiz de Fora em abril

³³ A foto que registra o recebimento de diplomas na Biblioteca Popular do SAPS/JF foi cedida pelo referido entrevistado e era parte de seu arquivo pessoal.

de 1951, almoça no Restaurante Popular, além de percorrer seus anexos e imprimir elogios no Livro de Registros da instituição. Como presidente da República, Juscelino estabelece através do Decreto nº. 46.912³⁴, de 29 de setembro de 1959 o regimento do SAPS. Nesse Decreto, observa-se no Capítulo I, o crescimento da estrutura da autarquia, cuja abrangência vai dos órgãos já existentes a seções de: granjas; moagem de café; serviço médico-social e dentário; salário-família; assistência social; alfaiataria; oficina gráfica; indústrias rurais; análise de alimentos; educação alimentar, etc. O referido Decreto, além de mostrar o crescimento da máquina administrativa, sugere a explicação para os comentários de políticos no Congresso Nacional³⁵ e para a fala do entrevistado Oswaldo Silva de que “o SAPS se transformara em cabide de emprego”. O Sr. Oswaldo atribui o fechamento da instituição a esse motivo. Há quem discorde dessa idéia, como o Sr. Geraldo Jacometti, que foi Gerente da Seção de Subsistência do SAPS/JF. Do diálogo mantido com o Sr. Geraldo, destaca-se:

“O SAPS era uma instituição de grande valia para a classe trabalhadora e para a cidade de Juiz de Fora. Além de fornecer comida barata e de boa qualidade incentivava a cultura através de sua Biblioteca e Discoteca. Havia filas de freqüentadores desses dois espaços. Os trabalhadores aproveitavam a hora do almoço para pegar livros e ouvir discos. As mesas da Biblioteca viviam cheias de jovens das camadas populares que, não podendo comprar livros, iam lê-los no SAPS. Dizer que tinha muitos funcionários é esquecer do tamanho da assistência que prestava pelo Brasil afora” (GERALDO JACOMETTI, ENTREVISTA).

Talvez, essa tenha sido uma das justificativas do governo ditatorial, advindo da Revolução de 1964, para o fechamento do SAPS. Um outro motivo se fundava na idéia de que a instituição abrigava, com freqüência, reuniões de sindicalistas de

³⁴ Optou-se por não inseri-lo na íntegra em virtude de sua extensão.

³⁵ Nos documentos pesquisados no Arquivo do Senado Federal e do CEPDOC há críticas ao funcionamento e à estrutura do SAPS.

esquerda³⁶. Municiado desses argumentos, além de denúncias de corrupção administrativa, o governo Castelo Branco no seu apagar das luzes³⁷, por meio do Decreto-Lei 224, de 28 de fevereiro de 1967, extingue o SAPS, transferindo seus respectivos bens, serviços e atribuições, além dos funcionários nele lotados, para outros órgãos da administração federal. Para além da extinção, o referido Decreto, criava a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), destinada a coordenar atividades de subsistência e fornecimento de refeições e transferia as atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa para o Ministério da Educação e Cultura ou, para o Ministério da Saúde. (SENADO FEDERAL, Arquivo Legislação). O governo Costa e Silva pelo Decreto Nº. 61.975 de 27 de dezembro de 1967³⁸ é responsável pela pá de cal que enterra definitivamente as atividades do SAPS criando para isso uma Comissão Liquidante do órgão.

2.2. Tributo a Josué de Castro: um cidadão do mundo



“O maior absurdo de nossa sociedade é termos deixado morrer centenas de milhões de indivíduos de fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de produção e que dispõe de recursos técnicos adequados à realização desse aumento. (...) Não podemos viver num mundo partilhado por 2/3 que não comem e, tendo consciência das causas de sua fome, se revoltam, e 1/3 que come bem – às vezes demais – mas que já não dorme com medo da revolta dos 2/3 que não comem”.

(Josué de Castro)

³⁶ Vide Depoimento Élzio Bruni, p.176.

³⁷ Esse foi o último Decreto do governo em questão.

³⁸ Também, esse Decreto foi consultado na íntegra e faz parte dos arquivos pertinentes a essa pesquisa.

Surpreender-se-iam aqueles que, desconhecendo a obra de Josué de Castro, a tomassem como referência de leitura e deparassem com a atualidade de seu pensamento e de seus pressupostos teóricos. Sabe-se que teorias científicas não são eternas e, talvez, a perenidade com que o estudo de Josué se faz atual se justifique pela essência do tema por ele abordado: a fome, um dos mais antigos problemas da humanidade. Acredita-se que, um conjunto de raros fatores torna permanente sua obra, destacando-a, entre as mais significativas contribuições para a compreensão do problema da fome, suas causas e conseqüências. A epígrafe colocada em relevo no início desse tópico, reflete o núcleo duro do pensamento de Josué, sobre quem, se destaca alguns dados da profícua existência como cientista e como ser humano.

Josué de Castro nasceu no Recife em 05 de setembro de 1908. A origem paterna: filho de Manoel Apolônio de Castro - migrante da Paraíba para o Recife em virtude da grande seca que assolou a região em fins do século XIX – um criador de gado leiteiro. A mãe era a professora recifense Josepha Carneiro. Segundo o próprio Josué:

“Criei-me nas margens lamacentas do Capibaribe cujas águas, fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança pareciam estar sempre a contar-me uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste pelas terras cinzentas do sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na seca de 1877 com toda a família e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe” (CASTRO, Josué).

Talvez esse lado do nordestino tão acostumado às carências de vida decorrentes da distribuição desigual de renda, mas ao mesmo tempo, dotado de forte espírito solidário tenha se instalado em Josué, desde os tempos em que ainda criança, brincava nos manguezais. Graduando-se em medicina, esse pernambucano terá, como tema central de seus estudos, o problema da fome, especificamente, no

Brasil e não poupará esforços para demonstrar, empiricamente, que suas teorias de erradicação desse flagelo da humanidade eram factíveis.

Seus estudos foram completados a despeito das dificuldades financeiras da família. Iniciou a faculdade de medicina na Bahia, concluindo o curso no Rio de Janeiro. Afirmou em alguns de seus escritos ter-se decepcionado com o curso de medicina, tanto o da Bahia quanto o do Rio de Janeiro, pela forma como as aulas eram ministradas. Assim, passado o encantamento inicial, o que restou foi desinteresse pela maioria dos assuntos e a forma como eram abordados no decorrer de seu curso de graduação. Segundo seus relatos, poucos professores o entusiasmaram. Paralelamente, desenvolveu seu gosto pela arte e procurou manter em seus relacionamentos o convívio com pessoas do meio cultural: mantinha correspondência com Mário de Andrade; escreveu junto com Cecília Meirelles a obra *Festa das Letras*³⁹; dedicou a Raquel de Queiroz seu livro *Geografia da Fome*.

Terminando o curso de medicina, Josué retorna ao Recife, onde atuará como médico em uma fábrica de tecidos. Ao revelar que a pecha de preguiçosos, dada aos operários pelos patrões, não era outra coisa senão a desnutrição provocada pela carência alimentar, perde o emprego. Deduz que o problema da fome tinha cunho social, não se restringindo ao Recife, ao Brasil ou à América Latina, e sim, ao mundo. Também conclui que, a dita indolência do povo mestiço tinha nome e endereço e podia ser traduzida pela palavra fome. Contrariava, dessa forma, as teorias fundamentadas na superioridade racial dos povos de origem ariana. Partindo dessas constatações, realiza, em 1932, o primeiro estudo sobre as condições de vida e saúde das classes trabalhadoras, intitulado “Inquérito sobre as condições de vida das classes operárias do Recife”. Esse estudo foi base para a

³⁹ Cartilha sobre o valor da alimentação.

realização de outros inquéritos em várias regiões do Brasil e fundamentou a instituição do salário mínimo. Tomando o caso da fome no Brasil como especificidade de seus estudos, o cientista desenvolve uma metodologia própria para a análise do problema. A base de seu método consistia em conhecer a realidade da fome em diferentes partes do país e compreender suas causas e conseqüências. Avaliava a necessidade de compreensão, ajustamento e adaptação do problema de acordo com as diferenças regionais da população brasileira. A compreensão do cerne do problema da fome, passava segundo Josué, pelo entendimento da formação e evolução cultural, histórica e social dos diversos brasis. A partir desses estudos, realizados em laboratório natural, surgem as obras “Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana” e “Geografia da Fome⁴⁰”.

Sobre a obra “Geografia da Fome”, cabe assinalar, o questionamento feito pelo autor acerca do silêncio da sociedade em torno do assunto. Josué revela em seu livro a necessidade de se quebrar o tabu sobre o problema da fome, e mais além, trabalhar, difundir, pesquisar e defender idéias de como enfrentá-lo. Visando a alcançar tais objetivos, o cientista refuta o malthusianismo⁴¹ desmistificando tabus e mitos, acerca da fome. Comparando a teoria de Malthus à de Cesare Lombroso⁴², Josué a critica, dizendo que ela condenava os indivíduos famintos – denominados por ele faminto-natos - ao extermínio individual (morrendo de inanição) ou, ao extermínio coletivo (feito pelo controle da natalidade). Demonstra, tecnicamente, ser possível alimentar toda a população mundial colocando-se em posição antagônica às assertivas de Malthus. Pondera, ainda, que a explosão demográfica é

⁴⁰ Obra que lhe rendeu reconhecimento internacional.

⁴¹ Thomas Malthus, economista inglês representante da Escola Clássica, defendia a idéia de que a população do planeta terra crescia em progressão geométrica ($4 \times 4 \times 4$), enquanto que a produção de meios para sua subsistência crescia em progressão aritmética ($4 + 4 + 4$). Essa teoria revelava a necessidade de conter o crescimento populacional, mas também a idéia de que não tendo alimentos para todos, os mais “fortes” ou os mais “espertos” é que teriam acesso aos meios de subsistência.

⁴² Lombroso acreditava na tese do criminoso nato, a partir das características genéticas do homem.

característica de regiões subdesenvolvidas e o faz com base em argumentos fisiológicos, sociais e culturais. Seu estudo sobre a fome através do método geográfico moderno tinha como preocupação central superar os limites das estatísticas com suas médias abstratas entre valores díspares relativos à miséria de um lado e a abundância de outro. Explicitou, claramente, que sua compreensão do drama da fome abrangia a análise de seus aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Josué exerceu a profissão de docente na recém criada Universidade do Distrito Federal indicado por Roquete Pinto, ocupando a cadeira de Antropologia Física. Na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil ministrou Geografia Humana e Nutrição. Orgulhava-se de ser professor e dentre as cadeiras que ocupou, ainda constam: Fisiologia, Ciência Política e Sociologia (lecionou também fora do Brasil). Um traço marcante de seu saber científico e que o torna, mais uma vez, atual, consiste na capacidade que possuía de interligar conteúdos de várias ciências. Era, por assim dizer, um adepto da interdisciplinaridade tão em voga nos dias de hoje. Avesso às especialidades, Josué procura expandir seus conhecimentos científicos em diversas áreas, indo da Geografia à Antropologia e à Sociologia. Em 1983, Celso Furtado⁴³ discursa na Faculdade Cândido Mendes em homenagem ao décimo aniversário de morte do ilustre médico pernambucano e também seu amigo particular. A fala de Celso é crucial para que se possa compreender quem foi Josué e como ele podia ser um exemplo do que Bakhtin (1988) afirmou sobre atemporalidade de um texto. Vejamos um pouco de Josué pelas lentes de Furtado:

“Esse foi o grande momento de sua vida. Foi quando ele compreende que se para uma parte da humanidade os problemas de nutrição decorriam da própria afluência, da abundância, para

⁴³ Referendado como um dos mais importantes economistas brasileiros contemporâneos.

outra parte enorme da humanidade decorriam da pobreza, da insuficiência. E ele, por esses momentos de intuição genial que alguns homens têm, percebeu que faltava um conceito no estudo dos problemas sociais, que era o conceito da fome.

Foi um dos livros (Geografia da Fome) mais marcantes do século. E havia exatamente introduzido um conceito que permitia superar as fronteiras das Ciências Sociais, unificá-las e iria representar um grande passo no caminho do que será um objetivo, muitos anos depois, que é a **interdisciplinaridade no campo das pesquisas e das ciências sociais**.

Daí o seu interesse pela geografia humana, pela economia, pela demografia. Em todos os campos atua como intuitivo com coragem intelectual, como curioso, mas como um homem vindo de nenhuma disciplina rígida das Ciências Sociais e estava aberto à improvisação e, portanto, ao exercício da imaginação do campo na forma mais ampla. Ele nos dá, portanto, uma lição das próprias limitações que nos criam **a compartimentação nas Ciências Sociais** que induzem a certos prejuízos metodológicos“ (Furtado, Celso apud Almanaque Josué de Castro, grifos meus).

Não é casual a extensa citação: ela tem o intuito de ilustrar através do pensamento de Celso Furtado o que se deduz ao analisar a vida e obra de Josué. Um cidadão à frente do seu tempo pelo caráter multidisciplinar de seu pensamento científico, cujo legado continua atual, haja vista, a preocupação de políticas públicas com o problema da fome por ele abraçado, há cerca de meio século atrás.

Demonstrando que suas teorias eram aplicáveis, empiricamente, Josué foi responsável pela implementação de políticas públicas com vistas à inclusão social. A partir de seus inquéritos sobre as condições de vida da classe trabalhadora em várias regiões do Brasil inicia outra pesquisa, desta feita, sobre a necessidade de implantação de um salário mínimo que atendesse a todas as necessidades dos trabalhadores. Seguindo os parâmetros desse estudo, Getúlio Vargas assina em 1940 o Decreto-Lei que institui o salário mínimo no Brasil⁴⁴. Concomitantemente, Josué de Castro, percebe a necessidade de complementação do salário mínimo e

⁴⁴ Não é intenção desse estudo avaliar a eficácia da política de implantação do salário mínimo, fato sobre o qual, já se refletiu de maneira sintética no capítulo I, a partir das considerações de Chico Oliveira. O que se quer evidenciar, é o empenho de Josué em minorar o problema das desigualdades sociais no Brasil

apresenta a proposta de criação dos Restaurantes Populares. A iniciativa é levada a cabo, em fins do primeiro governo Vargas, conforme já se explicitou nessa pesquisa. A coordenação dos Restaurantes Populares ficará a cargo do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)⁴⁵, chefiado por Josué. Para além de beneficiar as classes populares com esses restaurantes, outras propostas formuladas pelo médico pernambucano frutificaram tendo sido criados: o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil⁴⁶ (RJ); o projeto de iodetização do sal como proteção contra o bócio endêmico; a Comissão Nacional de Alimentação; a Comissão do Bem-Estar Social. Ainda contribuiu com o início do estudo para implantação da merenda escolar.

Em 1952, Josué de Castro é eleito Presidente Executivo da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, permanecendo no cargo até 1956, após ser reeleito. Também em 1952, recebe o Prêmio Franklin Roosevelt, da academia Americana de Ciências Políticas por sua obra Geopolítica da Fome. Em 1953, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz. Em 1954, recebe em Helsinki, o Prêmio Internacional da Paz, do Conselho Mundial da Paz. No ano seguinte, é homenageado pelo governo francês como Oficial da “Legião de Honra”. Todas essas reverências justificam o título dado a esse texto e retirado de um artigo do jornal francês Le Monde que anunciava sua morte: “JOSUÉ DE CASTRO, MORT D’UN CITOYEN DU MONDE” (JOSUÉ DE CASTRO, MORTE DE UM CIDADÃO DO MUNDO⁴⁷).

Josué morre em Paris aos 65 anos. Não estava em Paris numa viagem de turismo ou por puro diletantismo. Josué ousou sonhar com um mundo onde não

⁴⁵ Maior detalhamento sobre a criação desses Restaurantes Populares é parte específica desse capítulo.

⁴⁶ Que hoje leva o seu nome.

⁴⁷ Tradução minha.

houvesse fome de comida, conhecimento e liberdade e em que os problemas existentes no convívio social fossem discutidos abertamente. Sua ousadia lhe valeu os direitos políticos cassados, a perda do cargo de Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o exílio, atos impostos pelo golpe militar de 1964. Seu nome fez parte da lista dos primeiros 40 políticos cassados pelo golpe militar de 1964, ao lado de expressivas lideranças de esquerda como Luis Carlos Prestes, João Goulart, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e outros. Seus ideais não se arrefeceram com a mudança forçada. Em Paris, atua como Professor Estrangeiro Associado ao Centro Experimental de *Vincennes* da Universidade de Paris, onde leciona até sua morte. Idealiza e funda o Centro Internacional para Desenvolvimento (CID) órgão destinado a difundir o pensamento e as práticas da luta por uma melhor distribuição de riquezas. Preside a Associação Médica Internacional para o Estudo das Condições de Vida e saúde (AMIEVS). Porém, a saudade do Brasil faz de Josué um homem taciturno. Apesar dos convites para palestras em diversos países da América Latina e de ser agraciado com inúmeros títulos honoríficos, Josué não se refaz do golpe da cassação. Josué Montello⁴⁸, ao descrever, em seu livro de memórias, impressões acerca do encontro com o médico brasileiro exilado, que perambulava pelas ruas de Paris, capta com rara sensibilidade a tristeza do amigo dizendo:

“Nunca esquecerei o encontro que tive no *Boulevard Saint Germain*, numa fria tarde de outono, por entre folhas caídas e vento áspero, com Josué de Castro, de mãos enterradas nos bolsos laterais do sobretudo, o passo vagaroso, o olhar ensimesmado e distraído. Vinha vindo pela calçada fronteira, como se não soubesse em que se ocupar na tarde cinzenta, longe de sua pátria, longe de seus livros, longe de seus amigos. Para mim, que o conheceu extrovertido e fluente, sua figura alta e triste impressionou. Dir-se-ia que o exílio tinha-lhe tocado a fonte da vida” (MONTELLO, Josué, libretto Josué de Castro).

⁴⁸ Literato brasileiro.

O exílio afastou Josué de seus amigos, de seus livros, de seu país, da luta cotidiana por uma distribuição de riquezas mais equânime no lócus em que ocorria – o solo brasileiro. Seu trabalho lá fora, não contradisse seus princípios, muito ao contrário, ele continuou defendendo suas teses de luta por um mundo sem fome. Isso porém não era suficiente: ele precisava estar aqui, rodeado das especificidades históricas do contexto de seu país. Assim, locupletando Montello, dir-se-ia que o exílio tocou a alma de Josué e, por conseguinte, sua fonte de vida. Todavia, lembrando que os ideais de justiça e solidariedade são antigos, ousa-se afirmar que os de Josué se perenizaram, tendo sido revividos em políticas como a de Herbert José de Souza (Betinho⁴⁹) ou, como a do “Fome Zero”, implementada pelo atual governo brasileiro. Cumpre inferir sobre a validade e louvor dessas iniciativas, lembrando, porém, o fato de não estarem atreladas aos programas culturais. Nesse trabalho, no qual o SAPS ocupa lugar central, o que se quer referendar é a originalidade da idéia do incentivo à leitura, ou do interesse pelo gosto musical, acoplada à questão da fome. Nessa trilha assinala-se o potencial de sucesso de sua implementação na contemporaneidade.

⁴⁹ Sociólogo mineiro que mobilizou a sociedade brasileira com o movimento “Ação pela cidadania Contra a Miséria e Pela Vida”, cujo objetivo era desencadear políticas públicas e organização da sociedade em prol da luta contra as desigualdades sociais.

CAPÍTULO III

3. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nessa seção quer-se evidenciar o núcleo teórico balizador desse estudo, assim como, os caminhos metodológicos trilhados em seu percurso. Para tal, optou-se por uma abordagem qualitativa de cunho histórico-cultural. As reflexões a seguir procuram entrelaçar os fundamentos históricos de Thompson ao dialogismo bakhtiniano e ao que Vygotsky entendeu como crucial para o desenvolvimento humano. Também se abordará a forma como a história oral serviu de fio condutor dessa pesquisa e o processo desenvolvido no intento de clarificar as indagações que a suscitaram.

3.1. Uma visão não reducionista do marxismo

O filósofo alemão Karl Marx, fundador do materialismo histórico, estabeleceu, dentre outros conceitos, a idéia de classe como um todo mesclado de elementos objetivos e subjetivos, construídos sobre bases materiais que fundamentam a existência e as relações sociais de determinado grupo humano. Nesse sentido, todo esse conjunto de pessoas criaria maneiras peculiares e distintas sobre formas de pensar e conceber a vida, tendo, como fulcro, sua existência concreta, pois o “ser social condiciona a consciência social” (Marx, 1978, p. 397). O legado marxiano gerou de um lado, uma corrente de interpretações historiográficas, consideradas reducionistas e deterministas que observavam o fato econômico, como sendo o único determinante da história. De outro lado, coloca-se a corrente que condena o economicismo ou mecanicismo vulgar. Esses teóricos defendem a idéia

de que os fatos políticos e ideológicos possam ser explicados, apenas, pelas vias econômicas. Essa segunda corrente, abandonando a visão reificadora da teoria marxista, procura analisar a relação infra-estrutura e superestrutura, estabelecendo um elo dialético entre ambas. Há, na contemporaneidade, historiadores, filósofos e literatos, que comungam dessa segunda linha interpretativa. Para o presente estudo, além da visão bakhtiniana, tomou-se de empréstimo alguns dos fundamentos da história cultural de Raymond Williams, e da vasta produção historiográfica de Edward Palmer Thompson, procurando-se pontuar entre eles, elementos reflexivos comuns relacionados à visão marxiana não economicista.

Williams (1979) ressalta que, se de um lado, as atividades artísticas, culturais, éticas e morais de um grupo refletem sua estrutura sócio-econômica, de outro lado, elas se refratam nessa base material. Ou seja, o processo histórico, prenhe de contradições, abarca intercessões permanentes entre infra-estrutura e superestrutura. São essas intercessões contraditórias que mudam a realidade. Enterrando de vez quaisquer determinismos, Williams assim como Bakhtin, concebem o modo humano de viver como um todo social em que vários os aspectos da realidade são interdependentes e se imbricam à dinâmica das mudanças sociais. Re-valorizando a cultura, compreendem-na “no sentido de um processo integral da vida” (Williams, 1979, p. 127-28). A visão de classe e consciência de classe engendrada por esse filósofo cultural apresenta elementos inextricáveis de um mesmo processo totalizante. A emergência e crescimento de uma classe implicam na formação de elementos culturais e na formação de sua consciência, que se faz em meio à interação de práticas sociais. Sem menosprezar o caráter hegemônico da ideologia dominante, Williams opõe a ele a contra-hegemonia dos significados, valores, sentidos e experiências construídos no cotidiano das classes subalternas. A

dinâmica e complexa relação dialética entre as duas ideologias não comporta um olhar dicotômico e sim um movimento espiral em permanente devir (Williams, op. cit. p. 136-7). Encontra-se na ideologia do cotidiano explicitada por Bakhtin (1988, op. cit.) o mesmo viés compreensivo: a ideologia oficial, apesar de sua força, reflete e refrata a ideologia constituída no dia-a-dia das interações sociais. Isso porque, em sociedades perpassadas por contradições de classe social existem interesses múltiplos, em muitas vezes antagônicos, de forma que as ideologias podem responder, ora aos interesses da ordem dominante, ora discutindo-os, criticando-os e subvertendo-os (Bakhtin, 1988, p. 120-1).

Edward Palmer Thompson nasceu na Inglaterra em 1924 onde viveu até sua morte em 1993. Seu legado historiográfico desperta fascínio entre aqueles que se dedicam à pesquisa histórica. Thompson imprime a suas obras um viés literário sem se descuidar do rigor acadêmico. A despeito do grande número de admiradores e da intensa utilização de seus postulados, a teoria thompsoniana foi alvo de muitas críticas. Não é objetivo desse estudo rebater tais críticas e, sim, a busca de uma convergência entre os conceitos desenvolvidos por Thompson, Bakhtin, Vygotsky e Williams, especialmente, aqueles que tragam luz aos questionamentos levantados.

A escolha de Thompson não é aleatória, ao contrário, ela se justifica pela sua forma de interpretar o processo histórico como movimento ininterrupto que abarca contradições. Também valiosa é sua maneira de conduzir o trabalho de investigação histórica. A utilização do arcabouço thompsoniano tomou como balizas algumas pontuações das obras *A Miséria da Teoria* (1981), *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1997) e *Costumes em Comum - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional* (1998). Das miríades de idéias encontradas na obra de Thompson, destacam-se alguns de seus conceitos no intuito de clarificar e compreender o

processo de existência do Serviço de Alimentação da Previdência Social em Juiz de Fora, conquanto espaço apropriado pela comunidade local.

Contraopondo-se a uma interpretação estruturalista do marxismo, Thompson (1981, p. 93-100) em “A Miséria da Teoria” toma como balizas os escritos do jovem Marx ⁵⁰ em prol da defesa do materialismo histórico. Ao rejeitar a metáfora base/superestrutura e a simplificação economicista presente nas interpretações estruturalistas Thompson não dissociou a cultura do aspecto econômico. Ao contrário, o que coloca em relevo é uma rica concepção dialética processadora de um duplo diálogo entre o ser social e a consciência social estabelecido no devir constante entre relações materiais e idéias (ibidem, p. 189-94). Thompson re-significa o termo econômico afastando-o da costumeira interpretação reducionista ao abarcar o entrelaçamento entre relações econômicas e não-econômicas. Nesse sentido abriu caminho para os postulados de muitos sociólogos e antropólogos contemporâneos.

A visão da história como o imbricar de motivações econômicas e culturais foi adjudicada por Thompson em sua análise empreendida para compreender os motins populares de subsistência ocorridos na sociedade pré-industrial inglesa do século XVIII. A ação das massas deflagrada por homens e mulheres era permeada pela crença na defesa de direitos e costumes tradicionais contendo, em geral, um apoio implícito das comunidades em que viviam. Tais motins eram provocados pela excessiva elevação dos preços de gêneros de primeira necessidade (como o trigo por exemplo); pelas práticas abusivas dos comerciantes consideradas pela população como exploratórias; pela fome. Entretanto, a viabilização desses movimentos, se faz dentro de um consenso popular que discerne práticas legítimas e ilegítimas com base em valores, normas tradicionais, obrigações sociais e funções

⁵⁰ Ideologia Alemã; A Miséria da Filosofia; Manifesto Comunista.

econômicas, estatuídas em conjunto pela comunidade (ainda que composta por grupos sociais distintos e com interesses antagônicos). A esse conjunto de regras, estabelecidas pelo direito consuetudinário e reivindicadas pelas massas populares quando não cumpridas, Thompson chamou “economia moral” (Thompson, 1998, p. 65-66). Identificando cultura popular como distinta da cultura hegemônica, o historiador alerta:

“uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole: é uma **arena de elementos conflitivos**, que somente sob uma ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema” (ibidem, p. 17, grifos meus).

Thompson procura salientar o perigo de uma visão do termo cultura “com sua invocação confortável de consenso” desviando “nossa atenção das contradições sociais e culturais das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (ibidem, p. 17). O autor imprime ao seu conceito de cultura popular uma visão dialética: ela não se autodefine, nem é independente de influências externas e deve ser entendida a partir de contextos históricos específicos. Ressaltando a concretude da cultura popular afirma que ela se localiza “dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (ibidem, p. 17) Percebe-se em Thompson elos de ligação com determinadas construções teóricas feitas por Bakhtin em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1988). Ambos explicitam sua preocupação com a situação social mais imediata dos indivíduos. Bakhtin afirma que: “O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, suas apreciações” (BAKHTIN, 1988, p. 112). E também:

Os sistemas da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano: alimentam-se da sua seiva, pois, fora dela, morrem (...) (BAKHTIN, 1988, p. 120).

O que se depreende da aproximação desses dois teóricos é a ênfase da compreensão de ambos das especificidades históricas dos grupos sociais e a importância de analisar os eventos dentro de seu contexto característico. Dessa forma, a significação dos ganhos materiais obtidos pela classe trabalhadora brasileira e pelas populações mais pobres a partir do governo Vargas, ainda que sob a égide de um regime de governo ditatorial, ganha novos matizes. O legado getulista exerce sobre a classe trabalhadora um certo fascínio, bem como, sentimentos de admiração e gratidão, sendo alvo de disputa de vários segmentos político-partidários. Quais seriam os significados de tais sentimentos? Como se processavam as relações entre trabalhadores e ganhos materiais obtidos no período Vargas: assistencialismo, conquistas que merecem ser preservadas, manobras do populismo? São indagações que se analisadas de forma a-crítica correm o risco de gerar repostas reducionistas. Os pressupostos de Thompson e Bakhtin são elucidativos por terem no movimento dialético da história, em constante devir, um de seus pilares básicos. O que Bakhtin preconiza como o entretecer entre ideologia do cotidiano e ideologia oficial⁵¹, Thompson demonstra na análise do evento histórico como fruto dos antagonismos estabelecidos no cotidiano das relações sociais. O processo histórico é constituído nessa arena de contradições em que interagem dominantes e subordinados. As reações das camadas populares aos eventos históricos se fazem de maneiras distintas englobando motins, greves, revoltas,

⁵¹ Sobre as quais se discorrerá com mais detalhes no próximo subitem.

boicotes e até mesmo o silêncio como forma de resistência. O trabalho do pesquisador na reflexão sobre os eventos historiográficos deve ser feito

(...) “em parte decodificando as evidências do comportamento, em parte virando de cabeça para baixo os conceitos brandos das autoridades dominantes para examinar o que contêm no fundo. Sem isso, corremos o risco de nos tornar prisioneiros dos pressupostos e da auto-imagem dos governantes (...) Até a “generosidade” e a “caridade” podem ser vistas como atos calculados de apaziguamento de classe (...) **O que é (visto de cima) um “ato de doação” é (a partir de baixo) um “ato de conquista”** (THOMPSON, 1998, p. 68-9, grifos meus).

Outra importante interseção entre Thompson e Bakhtin está na ênfase dada ao sentido do discurso característico dos diversos segmentos sociais. Bakhtin mostra como uma mesma palavra pode ter sentido diferente de acordo com quem fala (lugar social) e como fala (entonação) advindo daí alterações no sentido do enunciado. Thompson toma como central, a análise de um discurso próprio da classe trabalhadora, após analisar a formação do operariado inglês. Sua reflexão procura demonstrar como os fenômenos sociais se re-significam quando observados à luz da dialética. Assim, o discurso dos trabalhadores constrói-se a partir da crítica à sociedade capitalista no processo do seu fazer-se como classe. Entretanto, esse discurso abarca elementos das interações constituídas socialmente entre operariado, jornais, clubes, sindicatos, classes hegemônicas. Num certo sentido, esse se fazer/desfazer-se da classe abriga vários discursos, por um lado rivais, por outro lado complementares. Nas peculiaridades do contexto histórico um, ou outro desses discursos, se tornou dominante. Tal constatação não implica na inexistência de um discurso proveniente da classe dominada, ao contrário, o que se apreende é a coexistência da interação de várias falas nos diferentes contextos sociais interagindo em constantes espirais dialéticas. Essa é a interpretação que se apreende quando Bakhtin diz que os sistemas da ideologia do cotidiano em contato

direto com os sistemas ideológicos vigentes “são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade”. E mais: “São capazes de repercutir as mudanças da infra-estrutura sócio-econômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras em cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos” (Bakhtin, 1988, p. 120). Sua visão desse processo demonstra que ele acontece, paulatinamente, “no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência)” (ibidem, p. 120). Dessa forma, alerta que, “as correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados” (ibidem, p. 120-1). O que está em curso nesse raciocínio é demonstrativo de como um ambiente de leitura como as Bibliotecas Populares do SAPS podia ser palco desse exercício dialético em um período histórico em que o poder centralizador do governo se fazia presente nas atividades sindicais. Em contrapartida, nas atividades sindicais e por entre as brechas estabelecidas por esse mesmo governo autoritário, havia locais em que as classes dominadas podiam se reunir para avaliar suas conquistas e ainda reivindicar seus direitos. Através da leitura e do contato cotidiano com seus pares, os trabalhadores poderiam estreitar seus laços organizacionais, a despeito de viverem em um período político em que o exercício da democracia era limitado. Considera-se fundamental analisar os fatos históricos pertinentes a existência do SAPS/JF e os benefícios dele usufruídos pelas camadas populares juizforenses à luz da clarificação feita por Thompson sobre seu entendimento de cultura popular. O historiador inglês esclarece que “as generalizações dos universais da ‘cultura popular’ se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de

contextos históricos específicos” (Thompson, 1988, p. 17). Cotejando sua visão sobre a cultura plebéia tema central de seus “Costumes em Comum” considera-se pertinente relaciona-la à análise da relação classe trabalhadora brasileira e governos ditos populistas⁵² no período enfocado pelo presente estudo. Para tal, acresce-se a epígrafe thompsoniana de que a cultura plebéia “não se autodefinia, nem era independente de influências externas. Assumira sua forma defensivamente, em oposição aos limites e controles impostos pelos governantes patrícios” (ibidem, p. 17). A contribuição dos estudos desses casos, feita por Thompson em sua obra citada, anteriormente, tem segundo ele a intenção de que “a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável” situado “dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”(ibidem, p. 17). Pinçando algumas pontuações de sua análise sobre traços característicos da cultura plebéia procura-se utiliza-los, resguardando as devidas especificidades na análise da existência de um local em que a comunidade juizforense poderia praticar o exercício da cultura popular. Tomando-se de Thompson suas reflexões sobre cultura, conclui-se pelo resultado de “uma herança importante de definições e expectativas marcadas pelo costume” (ibidem, p. 17). O autor toma “o aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos” (ibidem, p. 17). É no seio da família, junto à mãe ou avó, que a criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras ou dos ofícios que não têm aprendizado formal. Transpondo-se essa transmissão de técnicas ocorridas no seio da família ou da comunidade ressalta-se a importância de um ambiente aglutinador do serviço de refeições e, ao mesmo tempo, de leitura e lazer para a classe trabalhadora e camadas populares de

⁵² Sobre o uso do termo populismo já se esclareceu no capítulo I.

Juiz de Fora, como o era o SAPS local. Isso pode ser corroborado em Thompson através de seus dizeres destacados abaixo:

“Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade (...) As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares (...) Essa cultura transmite com vigor – e possivelmente também gera – desempenhos ritualísticos ou estilizados, na recreação ou em formas de protestos” (ibidem, p. 18).

A centralidade da obra de Thompson quanto ao discurso característico das camadas populares (plebeus, operários) sem desgarrá-lo das condições sócio-econômicas em que se produziu e a forma dialética com que imprime a análise desse processo é a ponte que o liga à arquitetura bakhtiniana. A consciência de classe para os trabalhadores, segundo Thompson, não redundava de um processo econômico, mas na articulação de um discurso próprio nascido na experiência e na re-significação do discurso dominante. É através de um vocabulário próprio, da formação de uma identidade e de uma organização conceitual peculiar, que as camadas populares se estabelecem como classe. Nessa construção os discursos pré-existentes têm influência e o movimento dialético será responsável pela frutificação de enunciados carregados de velhos e novos significados que atuarão como tijolos no edifício do sentido que compõe a estrutura social.

3.2. A fala no cotidiano social da memória: quem detém a hegemonia?

Como se reconstrói a memória de um local importante para os moradores de uma cidade? Como os moradores de Juiz de Fora teriam significado o espaço do Serviço de Alimentação da Previdência social? Teria, sua biblioteca, contribuído para

a formação de leitores? Como seria o cotidiano da cidade no período de sua existência, em termos de valores e práticas sociais no contexto da época? As possibilidades de encontro de trabalhadores em um local que era ao mesmo tempo destinado à refeição, leitura e música teriam atuado como fendas através das quais as camadas mais baixas da população pudessem organizar sua fala com certa independência do discurso dominante? Responder a essas questões é tarefa desafiadora e nem sempre fácil. O SAPS e sua instituição são marcados pela inextricável teia de relações inerentes a uma sociedade onde a contradição capital trabalho gera tensões e conflitos. No palco das relações sociais dos grupamentos humanos se entretecem subjetividades, singularidades, aprendizado, partilha, troca de experiências e saberes como fruto das interações entre pessoas.

A formulação dessas indagações municiou o desejo de compartilhar com as pessoas que vivem em Juiz de Fora a memória de um local em que a classe trabalhadora e a comunidade tinham um espaço só seu. Desfrutar e fazer dele algo significativo dependia de quem o freqüentasse para além das políticas que o instituíram. Nesse ponto, os interlocutores poderão se perguntar: de que vale reconstruir a memória de um espaço já extinto e do qual a cidade e seus trabalhadores já não mais usufruem? As lentes e os objetivos que movem a busca por entre arquivos, livros, jornais e palavras de pessoas que vivenciaram a existência do SAPS relacionam-se com o desejo de reconstruir partilhando com outros os aspectos da memória de Juiz de Fora. Não possuindo o talento de um Murilo Mendes ou, de um Jorge Luiz Borges em seus cantares e contares do cotidiano das cidades em que viveram, se envereda pelo caminho da paixão pela terra, do desejo de conhecê-la melhor e compartilhar o conhecido com quem aqui vive.

A primeira tarefa no sentido de responder às referidas indagações diz respeito ao cenário cotidiano no entorno do SAPS e sua existência. Como viviam as pessoas naquele período? Qual era o contexto histórico da época? Com certeza esse cotidiano era vivido e produzido por indivíduos diversos, cujas histórias e trajetórias se entrecruzavam de formas mais ou menos fugazes. O entrecruzar de pessoas envolve as muitas práticas e maneiras pelas quais elas se apropriam dos espaços organizados social e culturalmente. Por esse foco, procurou-se olhar tais práticas e apropriações de forma próxima ao que Bakhtin (1992) chamou de ideologia do cotidiano procurando compreender de que maneira elas fluíam na constituição do fazer histórico da realidade social em questão. Assim, o cotidiano do SAPS passou a ser abordado como um processo que, a despeito de abortado, continua vivo e repleto de possibilidades através da reconstrução de sua memória. Um processo vivo através das possibilidades emergentes dos sentidos que são produzidos pela via da interação entre pessoas de um mesmo grupo social. Benjamin, (1987) ao destacar a importância da rememoração, fala do entretecer entre passado, presente e futuro e da importância do historiador ao imprimir sua marca na narrativa, assim como, o oleiro molda na argila o vaso com características de sua arte.

Mikhail Bakhtin⁵³ segundo Beth Brait (2005) em “Bakhtin Conceitos-Chave” tem balizado uma reflexão teórica transdisciplinar na área da educação, história, antropologia, psicologia, etc, a despeito da prioridade dada ao enfrentamento dos

⁵³ Mikhail Bakhtin nasceu em 1895, em Oriol, Rússia. Formou-se em História e Filosofia. Pertencia a um pequeno círculo de intelectuais e artistas dentre os quais Marc Chagall, Volochínov (professor de música) e Medviédiev (empregado em uma editora). Os dois últimos tornaram-se alunos, amigos devotados e ardorosos admiradores de Bakhtin. Este círculo ficou conhecido como “Círculo de Bakhtin” e foi responsável pelo ideário inovador legado às artes e ciências humanas. As obras sobre as quais “não há dúvidas quanto à paternidade” (Yaguello, 1988, p. 12) bakhtiniana receberam assinaturas de Volochínov e Medviédiev, em parte delas. O professor Ivánov, amigo e aluno de Bakhtin, aponta dois motivos para que não as tenha publicado com seu próprio nome. A primeira seria a recusa por parte de Bakhtin em satisfazer as exigências de mudanças impostas pelo editor; a segunda seria sua profunda modéstia científica e a convicção de que um pensamento, verdadeiramente, inovador não tem necessidade, de ser assinado pelo autor para que sua duração se mantenha.

problemas da linguagem em sua obra. Falar de seus pressupostos com propriedade demandaria anos de estudos específicos redundando em uma profusão de textos, fato que ultrapassaria a proposta do presente estudo. Vale sublinhar, entretanto, os conceitos que atuam como fundamentos desse estudo e que se entrecruzam com a visão histórica de Hobsbawn e Thompson. Sem desprezar a riqueza arquitetônica da teoria bakhtiniana, toma-se como fulcro seus conceitos de enunciado, dialogismo, polifonia e ideologia do cotidiano. O uso dos fundamentos desse pensador russo nas ciências sociais, especificamente, entre os historiadores da nova história cultural tem sido uma recorrência. Peter Burke, em *O que é História Cultural*, descreve Bakhtin como “um dos teóricos culturais mais originais do século XX” (2005, p. 71).

Para Bakhtin (1998) as relações entre linguagem e sociedade são permeadas pela dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a partir de questões sobre a natureza social do enunciado, Bakhtin/Voloshinov (1998) interrogam: a linguagem determina a consciência e a atividade mental? Ou ainda: até que ponto, a ideologia determina a linguagem? Refletir sobre as inquições citadas à luz da perspectiva marxista foi o seu grande legado. Valorizando a natureza social da fala em detrimento de sua individualidade, Bakhtin estabelece um laço indissolúvel entre o enunciado, as condições de comunicação e as estruturas sociais. A palavra torna-se, nesse sentido, uma arena em que valores sociais contraditórios se confrontam. A comunicação verbal, indissociável de outras formas de comunicação, é prenhe de conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia. Compreender a ação física do homem é, para Bakhtin, compreender seus atos através de sua expressão sócio-sígnica. Assim, ele compreende a enunciação e a interação verbal pelo viés das relações entre linguagem-história-sociedade e entre linguagem e ideologia.

Nesse prisma, um texto, quer como objeto de significação, quer como objeto de uma cultura, tem seu sentido relacionado ao contexto sócio-histórico de sua produção. Essa compreensão traz implícito o exercício de dois pilares do pensamento bakhtiniano, quais sejam, o dialogismo e a alteridade. Para o autor, dialogia é, antes de tudo, uma concepção de linguagem e de mundo. Por isso, o discurso dialógico se dá através da interação verbal estabelecida entre enunciador e enunciatário no espaço de um texto/contexto. Nem sempre essa relação dialógica - que opera em constante movimento compreendendo sempre uma contra-palavra ao enunciado - reflete consenso, harmonia ou é desprovida de conflitos, tendo em conta as diferentes vozes sociais engendradas em um processo histórico. São essas múltiplas vozes ou, no dizer de Bakhtin, a polifonia, que regerão os embates decorrentes da tensão dialógica existente nos vários discursos sociais. O dialogismo é, sobretudo, condição para constituição da linguagem e do sentido do discurso. Contrapondo-se ao discurso dialógico, encontra-se o discurso monológico que rege a ideologia de determinadas culturas e que redundam na expressão de uma só voz. Para Bakhtin, só o dialogismo permite, em seu devir, a constituição de um Simpósio Universal e a compreensão dos fenômenos históricos e sociais. No espaço do Simpósio Universal ocorrem as lutas entre as diversas vozes sociais, contrapondo a atuação de forças centrípetas (que buscam o domínio através das palavras) e de forças centrífugas (que corroem e burlam as forças dominantes pelo riso, pela sátira) (Faraco, 2003).

A alteridade na ótica bakhtiniana pressupõe o reconhecimento do outro pelo eu, como outro que não-eu. Para referendar a compreensão de dialogismo interacional, o autor estabelece a concepção de um espaço em que interagem o “eu” e o “outro” no texto. É recorrente, em Bakhtin, o destaque dado ao papel do outro na

constituição do sentido. Por isso, para ele a palavra não é neutra e traz sempre uma perspectiva de outra voz, ou de uma contra-palavra.

Outro importante aspecto do dialogismo é o diálogo ocorrido entre diferentes textos culturais instalados no interior de cada texto. Essa intertextualidade constitui-se no entretecer de fios dialógicos, decorrentes das múltiplas vozes que polemizam entre si, se completam ou se respondem no interior do texto. Exemplos de intertextualidade são os romances chamados por Bakhtin de polifônicos e que podem ser identificados em Dostoievsky e em Machado de Assis.

Assumindo com Bakhtin (1988. p. 31-2) o pressuposto de que o conteúdo ideológico das relações sociais materializa-se pela via dos signos criados pelo homem, concebe-se ideologia como todo conjunto de reflexos e das interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem e são fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas e outras formas sógnicas. Tudo que é ideológico é um signo e sem ideologia não há signo. Segundo Bakhtin “as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem” (ibidem, p. 31) Isso quer dizer que, todo produto ideológico, assim como, os instrumentos de produção e os produtos de consumo, possui uma parte física que se insere na realidade social. Porém, o produto ideológico reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior, ou seja, possui um significado que o remete a algo situado fora de si mesmo. No momento em que o corpo físico passa a ser simbolizado através de uma imagem artístico-simbólica, ele se converte em produto ideológico ou em signo, refletindo e refratando a realidade sem deixar de ser parte da matéria que a compõe.

Colocando a linguagem no âmago das investigações sobre os questionamentos relativos à história sócio-cultural do homem, Bakhtin inaugura uma forma outra de concebê-la. Através do que chamou de crítica amorosa e rigorosa contrapõe-se tanto ao idealismo subjetivista de Humboldt, quanto ao objetivismo abstrato de Saussure (ainda que, os saussurianos considerassem a língua como um fenômeno social). Critica os saussurianos por tratarem a língua como um sistema abstrato de normas e regras, descontextualizado de sua concretude histórica. Bakhtin integra falante e ouvinte ao seu habitat sócio-histórico.

Criticará, também, a filosofia idealista e a visão psicologista da cultura por situarem a ideologia na consciência. Bakhtin (1988, p. 33-5) afirma que, a compreensão só se manifesta através de um material semiótico – como exemplo o discurso interior⁵⁴ - opondo signo a signo. A “própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade, mediante a encarnação material em signos” (ibidem, p.33). Compreender um signo consiste em aproximá-lo de outros signos já apreendidos, ou seja, “a compreensão é uma resposta a um signo por meio de outros signos” (ibidem, p. 34). Essa cadeia de criatividade e compreensão ideológicas é única e contínua, nunca se quebra e forma um elo de natureza semiótica. A referida cadeia será expandida de consciência individual em consciência individual. Na interação entre uma consciência individual e outra ocorre a emergência do signo. A consciência individual mesmo estando repleta de signos só se torna consciência, quando se impregna de conteúdo ideológico e **isso só ocorre no processo de interação social** (grifos meus). Sendo assim a “consciência individual é um fato sócio-ideológico” (ibidem, p. 35). Uma definição objetiva da consciência tem que ser, necessariamente, de ordem sociológica. Bakhtin condena o “materialismo

⁵⁴ Nesse aspecto, aproxima-se de Vygotsky que, também, colocou o discurso interior como parte do desenvolvimento do pensamento e linguagem humanos.

mecanicista ingênuo” por colocar a gênese da consciência na natureza. Condena, ainda, o idealismo e o positivismo psicologista por afirmarem que a ideologia deriva da consciência. Em seu entender “a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (ibidem, p. 35). Os signos alimentam a consciência individual, fornecendo-lhe a matéria de seu desenvolvimento. Ela, por sua vez, reflete a lógica da comunicação ideológica e da interação semiótica estabelecidas por um grupo social. O ponto de partida do combate bakhtiniano às duas correntes citadas tem em seu cerne o fato de ambas situarem a ideologia na consciência: ora como um pacote pronto legado, ora por dons naturais, ora por dons transcendentais.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* Bakhtin demonstra que os teóricos marxistas ainda não haviam colocado adequadamente o lugar da ideologia em seus estudos. Essa inadequação teria gerado uma análise mecanicista pelo fato de estabelecer uma ligação direta entre o que acontece na infraestrutura econômica e sua repercussão na superestrutura ideológica. A perspectiva do Círculo de Bakhtin centra-se na compreensão de uma dialética da ideologia⁵⁵. Rejeitam, portanto, ideologia como algo posto, ou existente apenas na consciência do homem. Ao inscrever o conceito de ideologia na perspectiva dialética, o Círculo de Bakhtin, parte dos próprios fundamentos marxistas, reconstruindo e perpassando o que a teoria explicitava. Nesse sentido, para além da ideologia oficial veiculada pela classe dominante, que pretendia impor uma visão única de mundo, Bakhtin/Voloshinov introduzem os pressupostos da ideologia do cotidiano. Entendem-na como “o domínio da palavra interior e exterior, desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de

⁵⁵ Bakhtin/Voloshinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* afirmam se recusarem a uma dialética medíocre em que não se leve em conta a instabilidade e a estabilidade, demonstrando que é no movimento que ela se realiza (1988, op. cit. p. 129).

consciência” (op. cit. p. 118). A ideologia do cotidiano pode ser traduzida como o conjunto das comunicações realizadas na vida cotidiana de um grupo social, cujo material privilegiado é a palavra. Cumpre esclarecer que Bakhtin/Voloshinov identificam na ideologia do cotidiano vários níveis ou graus. Sendo ela fruto do conjunto das comunicações sociais rotineiras, os autores defendem a idéia de dois níveis de ideologia do cotidiano sobre os quais se discorre a seguir. Em primeira instância verifica-se a existência de uma ideologia do cotidiano inferior, caracterizada por relações onde predominam o fator biológico e individual e que é marcada por interações casuais e “pensamentos confusos e informes que se acendem e apagam em nossa alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis” (op. cit.. p. 120). Esse nível, ainda não se impregna pela ideologia em razão da superficialidade das interações, portanto, não tem força de ação no plano social. À medida que as relações se adensam e se aprofundam, o meio social envolve o indivíduo, trazendo a propulsão da ideologia do cotidiano superior. O eu individual se permeia do outro social, propiciando relações que envolvem os homens, os índices de valor estabelecidos por seu grupo, as negociações interpessoais, o mundo. Este segundo nível da ideologia do cotidiano é que tem forças criadoras, capazes de perpassar a ideologia oficial, promovendo nela revisões parciais ou efetivas mudanças. As reflexões do grupo alertam, todavia, para o tom hegemônico e a forte influência no jogo social, advindos da ideologia dominante. Em contrapartida, as contradições sociais que persistem na base econômica dos grupamentos humanos provocam tensões na arena da ideologia oficial e a ação criadora, móvel, sensível e responsiva⁵⁶, vinda do cotidiano das interações, é capaz de provocar revisões e

⁵⁶ O conceito de responsividade, em Bakhtin, pode ser traduzido como o posicionamento responsável de cada ser humano na busca do nexos e da conexão entre vida e ciência. A viabilização de tal busca far-se-ia através da unidade na responsabilidade. Isso implicaria em assumir um posicionamento

mudanças. Isso se dá, paulatinamente, através de infiltrações progressivas nas ideologias instituídas pela imprensa, literatura, ciência, moral, etc. As palavras abaixo, retiradas de Marxismo e Filosofia da Linguagem, referendam o que se expôs anteriormente:

“Os sistemas da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano: alimentam-se da sua seiva, pois, fora dela, morrem” (...) (BAKHTIN, 1988, p. 120).

A tese do grupo bakhtiniano fundamenta-se na intersecção constante, pela via do processo dialético, dos antagonismos presentes nas duas ideologias. À estabilidade da ideologia oficial, opõe-se a instabilidade da ideologia do cotidiano, formando, ambas, o contexto ideológico global da produção e reprodução social. Entende-se como crucial essa reflexão na análise dos processos históricos, em que, se pretende dar conta de uma história que não seja vista de cima. A ideologia, sob o prisma do Círculo de Bakhtin, poderia ser interpretada como resultante de todo o conjunto de relações constituídas na história dos grupos humanos. Nessa história, superestrutura e infra-estrutura estão em permanente relação dialética, mediada pelo signo e pela interação social e essa coreografia, produzida socialmente, propicia a compreensão das especificidades de cada processo histórico. O SAPS/JF e seus freqüentadores são entendidos, nesse estudo, como um auditório social (Bakhtin, 1988) onde o movimento coreográfico das relações se estabelece entre o eu e o outro pela mediação sígnica dos gestos, olhares, palavras, silêncios, saberes, indícios e representações de um lugar social que merece ser lembrado. Ele

comprometido e responsivo diante da vida e das relações sociais tendo em vista a dinâmica dialógica e polifônica do processo comunicativo.

representa um espaço de singularidade em que se circunscreveram as atuações da comunidade juizforense em um contexto histórico, dotado de dinâmica e antagonismos específicos, e do qual o que interessa, essencialmente, é o sentido de sua existência. No vai e vem dessa coreografia, busca-se, através da compreensão ativa e responsiva, entender os modos de ocupação, de deslocamento, de negociação entre camadas populares e administradores públicos, emprestando a essa análise um olhar que não se prenda ao que já está cristalizado, ou sacralizado pela ideologia oficial.

3.3. O relembrar em uma perspectiva histórico-cultural

O que nos evoca a palavra memória? Faculdade mental... Lembranças... Esquecimentos.... Saudade... Tristeza... Mnemotécnicas... Instituições... Preservação... Patrimônio... Rememoração... Cognição... Processo... Lugares de memória... Compartimentos de memória... Silêncios... Ecos do passado... Memória natural... Memória artificial... Memória (auto) biográfica... Memória coletiva... Construção social... Reconstituição... Documento... Monumento...

A profusão polissêmica é, sem dúvida, herança da polifonia que a palavra encerra. Das muitas vozes que compõem a vasta epistemologia sobre memória ficam os ecos. Da interseção das lembranças construídas socialmente provém a construção de nosso saber. Na Grécia Antiga o mnemon – guardador da memória oficial e verdadeira memória viva – tinha função social, sendo que, seus relatos sobre o passado influenciavam até decisões judiciais. No movimento de passagem dos povos gregos de ágrafos para detentores da escrita, o mnemon transforma-se no arquivista ou guardador de documentos que merecessem registro. A poesia

grega identificava-se com a memória, fazendo dela um saber. Nesse sentido o poeta era considerado um homem possuído pela memória que, por sua vez, era divinizada pela mitologia. Mnemosine, a deusa da memória, presidia a poesia lírica. A incursão feita por Le Goff (1994), pela história da memória na sociedade ocidental, constrói sua gênese a começar pelos povos primitivos e vindo às sociedades contemporâneas. Não é intenção refazer esse percurso, mas algumas de suas pontuações merecem destaque. Na visão de Le Goff (1994, p. 473) está em curso uma verdadeira revolução da memória histórica, explicitada pelo caráter de multiplicidade temporal, enraizamento individual, social e coletivo, e pela interdisciplinaridade. O fermento dessa revolução da memória histórica agiria a partir dos lugares de memória coletiva, onde o relato oral é tão importante como o escrito. E quais seriam esses lugares de memória coletiva? A resposta vem da assertiva de Pierre Nora, ao afirmar que os lugares de memória podem ser

(...) os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história (NORA apud LE GOFF, 1994, p. 473).

Os lugares de memória trazem à tona muito mais que espaços geográficos delimitados. Eles evocam, sobretudo, as pessoas que por eles passaram e toda a vivência dos grupos que os habitam ou habitaram. Falar de memória é falar da história dos povos na teia de sua interatividade social. Não é casual que as rememorações estejam atraindo um sem número de pessoas e leitores. Observa-se o crescimento de interesse pela preservação dos lugares de memória, pelos relatos biográficos, pelas memórias de pessoas mais velhas. Relembrar as histórias de um

bairro, de uma cidade, de uma instituição relevante para um grupo social. Aqui caberia a indagação: e como estaria se processando a revolução da memória histórica a que se referiu Le Goff?

O início do século XX caracterizou-se no âmbito da psicologia e da sociologia pelo questionamento do enfoque reificador da memória como capacidade estritamente individual e da lembrança como processo puro da psique humana. Os pressupostos da psicologia de Barlett (apud Braga, 2000, p. 46-8) trazem em seu núcleo duro o conceito (fundamentado em Rivers) de convencionalização relacionando cultura, história e memória. A convencionalização para Barlett, na medida em que traz a influência do passado para o presente, torna-se importante para o estudo social da recordação. Assim, da mesma forma que um grupo social lida com os elementos simbólicos culturais, ele o faz com suas lembranças. O indivíduo e seu grupo decidem pela convencionalização o que é significativo e merece ser rememorado. Os estudos de Barlett emprestam à questão da memória um outro sentido: o da construção social da recordação e, paralelamente, dão o esteio para o enfoque do processo mnemônico sob o prisma cultural/simbólico.

Da tradição sociológica francesa, no primeiro quartel do século XX, emerge o herdeiro de Émile Durkheim, Maurice Halbwachs. O eixo central de seus estudos sobre a memória consiste em atrelar às lembranças do passado, mesmo que de natureza diversa - sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais - aos quadros sociais da memória. Isso significa que as relações a serem determinadas não se restringem ao mundo individual, e sim à realidade interpessoal traduzida pelas instituições sociais. São os grupos de convívio e peculiares a cada pessoa (família, escola, classe social, Igreja, profissão) que constroem a memória individual. Para Halbwachs, o instrumento socializador da memória é a linguagem.

No espaço histórico-cultural é através da linguagem que os homens se unificam e se aproximam (Hawbwachs apud Bosi, 1994, p. 53-6).

O estudo de Bosi (op. cit. p. 64) revela uma coincidência entre Barlett e Halbwachs: “o que um e outro buscam é fixar as pertinências dos ‘quadros sociais’ e das instituições e das redes de convenção verbal que conduz à lembrança”. Por sua vez Braga (op. cit. p. 59-60), ao destacar os elementos da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky em seu construto sobre a memória, afirma que, Kozulin (1990) pressupunha o acesso do semiólogo russo e seu grupo aos estudos de Hawbwachs. Em sua dissertação de mestrado, “A Constituição Social da Memória – Uma Perspectiva Histórico-Cultural”, a autora aproxima as teorias de Barlett, Hawbwachs e Vygotsky, quanto à reconstrução da memória. Esclarece, todavia que, tanto Halbwachs, quanto Vygotsky davam uma maior ênfase à constituição cultural da memória individual. Releva, ainda, a grande distinção entre Vygotsky e as duas teorias citadas anteriormente: a centralidade do signo na constituição do psiquismo.

Como o grupo soviético, aqui representado pela epistemologia vygotskyana, via a memória em um aspecto histórico-cultural? Segundo Braga (op. cit. p. 78), os postulados desse grupo concebem a memória como construção social que emerge nos processos de significação e não como uma capacidade mental pré-existente. Corroborando a reflexão de Braga infere-se que para Vygotsky (1991) a memória se adequaria ao estudo das transformações propiciadas pelos signos nas funções psicológicas básicas, pois é responsável por revelar com clareza a origem social dos mesmos. O pensamento vygotskiano insere o signo como elemento fundamental do lembrar humano por sua função ativa na memória e essa é a razão de sua assertiva: "A essência da memória humana está no fato de os seres humanos serem capazes de lembrar ativamente com a ajuda de signos" (VYGOTSKY apud COLE, 1998).

Vygotsky explica a relação entre pensamento e linguagem pela via do signo e ressalta o papel da palavra no processo mnemônico de produção de lembranças. O homem em suas manifestações sociais, quer de leitura e escrita, expressões artísticas ou elaboração de cálculos, utiliza-se do signo, demonstrando seu domínio sobre a memória e o pensamento.

Em suas contribuições acerca da memória, Vygotsky (1991, p.43) elenca dois diferentes tipos de memória. Ao primeiro, denominou memória natural, referindo-se à retenção de experiências reais baseadas em traços mnemônicos. Esse processo estruturar-se-ia na influência direta de estímulos externos determinados por estímulos ambientais e resultando na lembrança pura. Os povos ágrafos e crianças pequenas lembram, através de estímulos externos, mas o fazem de maneira orgânica.

O segundo tipo de memória seria a indireta ou mediada que, fundamentar-se-ia em estímulos artificiais ou autogerados, denominados signos. Tais auxiliares mnemônicos estendem a operação da memória para além das dimensões biológicas, podendo ser traduzido, por exemplo, no uso de agendas que as pessoas fazem para se lembrar de suas tarefas (ibidem, p.44). O desenvolvimento das operações com signos propicia ao homem novas formas de processos psicológicos cimentados na cultura. Também é importante destacar que ocorreria a transição da memória natural para a memória mediada no processo de desenvolvimento do homem (Kozulin apud Braga op. cit).

As experiências e estudos do grupo vygotskiano redundaram na concepção de signo como originalmente social e construído pela mediação e como importante vetor no processo da recordação (Cole apud Braga op. cit.). O grande salto qualitativo na evolução da espécie humana foi, sem dúvida, o domínio do sistema

simbólico da linguagem. A mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, os conceitos e formas de organização do real, nos são dados pela linguagem. As funções mentais superiores são resultado das interações gestadas no meio social e culturalmente transmitidas. Cada grupo social estrutura suas características culturais e as transmite para as gerações subsequentes, através da linguagem. Isso nos leva a inferir que a memória depende da organização e do sentido cultural que cada grupo dá à linguagem. Usando as palavras do próprio Vygotsky, no intuito de clarificar a inferência, destaca-se a epígrafe: “o significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala” (Vygotsky, apud Cole, 1998, p. 181). A fala de alguém é carregada de significados, não raro envolvidos de emoções, à espera de serem apreendidos. Na unidade pensamento/palavra o significado integra, uma e outra instância, concomitantemente. Essa é a direção dada por Bakhtin, quando afirma que, “A palavra está sempre carregada de um sentido ideológico ou vivencial” (1988, p. 95). Ou ainda: “Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída... A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (Bakhtin, 1981, p. 38).

A convivência humana regida por leis históricas e não por mecanismos naturais ou biológicos localiza-se no social pela via da significação. Os pressupostos epistemológicos de Vygotsky levam-nos a refletir sobre a força das imagens/signos na construção da memória. Levam-nos a pensar no que o sistema simbólico, criado pelos homens, pode nos revelar, transmitir, ou encobrir. Levam-nos, ainda, à reflexão sobre os esquecimentos, os silêncios e as brumas que

perpassam a capacidade de rememorar. Através da teoria da história do homem e do mundo no homem, Vygotsky nos dá ferramentas que permitem a análise das relações entre natureza e cultura, mostrando a memória, não apenas como função mnemônica isolada, mas como, um processo coletivo através do qual, os homens constroem e transmitem seus caracteres simbólicos e culturais. Ao sublinhar a emergência e o funcionamento do signo na vida mental, a partir de uma perspectiva do materialismo histórico, Vygotsky mostra, dialeticamente, que sua compreensão de como o material semiótico atua no funcionamento mental não comporta uma dicotomia entre a dimensão psicológica, a significação e o discurso. A realidade psicológica, de natureza fundamentalmente social, é necessariamente mediada/constituída por signos. A palavra, que esta prenehe de signo é, peculiarmente, um ato de significação, o que remete à memória e à história do homem atrelada ao discurso. Através dos seus discursos, palavras e signos os grupos em uma profícua interação social transmitem suas imagens, seus símbolos, suas emoções, sua história, sua memória.

3.4. Políticas públicas, memória e Biblioteca Popular

3.4.1. Trabalhando o espaço da Biblioteca Popular do SAPS/JF como locus de incentivo à leitura e escrita

“Criar é fonte de alegria para o homem, mas acarreta também sofrimentos conhecidos com o nome de as torturas da criação. Criar é difícil. A demanda criativa não coincide sempre com a possibilidade de criar e aqui surge o dizer de Dostoevskii, a tortura é que a palavra não segue o pensamento. Os poetas chamam a este sofrimento, tortura da palavra⁵⁷” (VYGOTSKY, 1987, p.49).

⁵⁷ Tradução livre do espanhol.

Vygotsky alerta no texto acima para a dificuldade que temos em expressar nossos pensamentos em palavras. Essa dificuldade se apresenta também na escrita da criança, do adolescente e do adulto. Segundo Joan MacLane, Vygotsky afirma que:

(...) “Ler e escrever devem ser algo de que a criança necessite. (...) A contradição que aparece no ensino da escrita (...) que reside especialmente no fato de que ela é ensinada como uma atividade motora e não como uma atividade cultural complexa (...) A questão de como ensinar a escrever (...) necessariamente incorpora uma segunda exigência: escrever deve ser relevante para a vida” (VYGOTSKY, apud MACLANE, 1996, p. 298).

A visão limitada da leitura e da escrita como habilidade motora pode levar crianças, jovens e adultos, a não praticá-las com prazer. MacLane ressalta seu engajamento em um programa nos Estados Unidos, cujo objetivo é efetivar ações de apoio à leitura e escrita para crianças, fora dos locais de escolarização formal. O próprio Vygotsky, referindo-se ao trabalho de criação literária desenvolvido por Tolstoi, com crianças camponesas russas, observou:

“Como conseguiu Tolstoi despertar nesses meninos que até então ignoravam por completo o que era a criação literária, essa complexa e difícil forma de expressão? Os meninos começaram a criar coletivamente: Tolstoi lhes contava e eles repetiam a seu modo⁵⁸” (VYGOTSKY, 1987, p. 61).

O que Vygotsky quer ressaltar é a linguagem como crucial para o desenvolvimento humano e para a aprendizagem. E nesse sentido, destaca-se a importância de um ambiente mediador de leitura que possibilite a criação literária. Destaca-se, ainda, a importante contribuição vygotskiana relativa à não-linearidade do desenvolvimento do homem. Para Vygotsky, o desenvolvimento humano ocorre em espiral, podendo se caracterizar por evoluções, involuções, enfim, por um

⁵⁸ Tradução livre do espanhol.

aprendizado contínuo. Assim, ele insere o sujeito no contexto cultural em que vive e define seu desenvolvimento como:

“um complexo processo dialético que se distingue por uma complicada periodicidade, a desproporção no desenvolvimento das diversas funções, a metamorfose ou transformação qualitativa de umas formas em outras, um entrelaçamento complexo de processos evolutivos e involutivos, o complexo cruzamento de fatores externos e internos, um processo adaptativo de superação de dificuldades” (VYGOSTSKY, 1998, p.83-4).

Nessa perspectiva, a existência de um ambiente mediador de leitura para a classe trabalhadora e para os demais sujeitos sociais de uma comunidade, só poderia promover seu desenvolvimento. Também converge nesse sentido a teoria já explicitada de Bakhtin, quanto à relevância das inter-relações sociais e à importância da ideologia do cotidiano no processo dialético da história. Entrecendo tais pressupostos, ao fazer histórico de Thompson, cumpre enfatizar nesse estudo o que se quer desvelar sobre o papel da Biblioteca Popular do SAPS para a formação de hábitos de leitura nas camadas populares da comunidade juizforense. Busca-se, na reconstrução de sua memória, compreender como as pessoas da comunidade local interagiram em seu espaço no interregno de sua existência. Procura-se entender se o vácuo deixado por seu abortamento foi suprido por outro tipo de política que, através da mediação da leitura, construa estratégias de cidadania.

3.4.2. Políticas públicas de leitura e cidadania

“Descalça, o corpo esquelético protegido pelo vestido roto que começava a se esfolar pelo uso, a mulher estacionou no meio fio a carroça carregada de papelão, que empurrava a muito custo. Do colo, tirou a cédula solitária. Humilde, porém com incrível dignidade, ela disparou:

_ Moço, tem livro aí de um real?

Era dia de Feira Nacional do Livro. A praça principal da cidade fervilhava com a multidão de leitores ávidos por livros. A pergunta direta pegou a todos de surpresa. Mas ela explicou:

_ É pro meu menino. Quero que ele seja alguém na vida...

Entre os mais de trezentos escritores brasileiros e estrangeiros presentes naquela Feira do Livro, em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, estavam vários ícones de nossa literatura. Mas nada, nem ninguém, seria capaz de calar tão fundo em meio aos editores, livreiros, bibliotecários e militantes da causa da leitura, quanto aquela personagem singular e anônima. Seu gesto era carregado de forte simbolismo e, com certeza, tinha muito a ensinar a todos nós que estávamos ali reunidos” (...) (AMORIM, 2004, p.185).

Os fatos acima narrados introduzem o relato de Galeno Amorim⁵⁹ sobre o Programa Ribeirão das Letras, efetivado na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, cujo objetivo central é viabilizar uma política pública de leitura e escrita como estratégia de cidadania. A operacionalização efetuou-se através da instalação de uma rede de bibliotecas públicas em associações de bairros, centros culturais, museus, escolas, igrejas, sindicatos, penitenciárias e comunidades negras. Através de campanhas públicas, feiras de livro, encontros entre escritores e leitores, mediação de contadores de histórias, buscou-se o fomento à leitura e divulgação do livro. Também se estimulou a produção de autores locais com a realização de fóruns de debates, oficinas de literatura, capacitação de agentes de leitura e até a criação de uma editora municipal. Não é difícil imaginar o resultado: o município tornou-se modelo de política pública de leitura, sendo citado em eventos internacionais; o índice de leitura aumentou em 50% em menos de 24 meses; o programa passou a ser tratado como prioritário entre as estratégias governamentais de promoção da cidadania e inclusão social; criou-se uma Lei do Livro, instituindo dotação orçamentária destinada a viabilizar as ações de incentivo à leitura; outros municípios o tomaram como modelo.

Infelizmente, o programa Ribeirão das Letras não é unanimidade de ação no Brasil. A secretária de cultura do estado de São Paulo, Cláudia Costin (2004 p.269),

⁵⁹ Galeno de Amorim Junior é professor da Universidade de Ribeirão Preto, jornalista e um dos executores do Programa Ribeirão da Letras iniciado em 2001.

em seu artigo *Leitura e Cidadania*, ressalta que a pesquisa realizada em 2001 pelo Instituto Paulo Montenegro “mostrou que apenas 26% dos adultos são capazes de ler – e entender – um livro” e que outra, realizada pela Confederação dos Trabalhadores em Educação, “relata que 60% dos professores do País não têm o hábito da leitura”. Sua reflexão retrata, ainda, a péssima colocação do Brasil na análise internacional de qualidade da Educação (PISA), na categoria *Leitura e Interpretação de Textos* e a constatação de especialistas de que nossos jovens não fazem do hábito da leitura um exercício de prazer. Também afirma ser consenso entre os especialistas a eficácia da formação desse hábito da leitura na família e na escola, ou em ambientes de seu convívio social. A razão pela qual, ilustra-se o presente estudo com os fatos acima citados, relaciona-se com um dos incômodos que o motivou e sobre o qual se falou na introdução do presente trabalho: a carência de livros e leitura por parte da população em geral. Por outro lado, tem-se consciência de que o acesso ao livro e à leitura contribui para o desenvolvimento de uma sociedade crítica, capaz de interpretar e reinventar o mundo. Sabe-se ainda que a implantação de uma política pública de leitura e escrita, como estratégia de cidadania, contribui para diminuir o fosso da desigualdade e da exclusão social. Não é sem motivo que a mãe noticiada acima afirmou, com propriedade, a razão da compra de um livro: quer que o filho “**seja alguém na vida**” (grifos nossos).

Se a leitura é ato construído socialmente, a biblioteca é o espaço em que ocorrem as interações livro-autor-leitor. Nesse sentido, ela precisa ser compreendida como um bem cultural, permeado por técnicas de escrita, memórias do saber, mediador da formação de novos conhecimentos. A eficácia de políticas públicas de leitura e escrita – efetivada através da implantação de bibliotecas públicas, comunitárias, escolares – imbrica-se em sua continuidade e permanência, bem

como na sua capacidade de dar aos sujeitos sociais condições de acesso aos bens culturais ou capacitá-los para um processo de desenvolvimento contínuo. Cabe aqui acrescentar parte do artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, caderno 2, de 07 de outubro de 2005, intitulado “Um Fundo para incentivar a leitura”, cujo autor é o já citado, Galeno Amorim.⁶⁰

”Cinco entidades que representam diferentes elos da cadeia produtiva do livro acabam de dar, certamente, um dos mais importantes passos em décadas para encarar de forma vigorosa o crônico problema da leitura no Brasil, um país onde se lê menos de dois livros por habitante por ano. Em um ato simples, mas de muita objetividade, na Câmara Brasileira do Livro, as lideranças do setor assinaram, em fins de setembro, a ata de criação do Fundo Pró-Leitura, que nasce com a nobre tarefa de ajudar a financiar as políticas públicas na área do livro, da leitura e das bibliotecas(...) Embora mantido com recursos privados, esse fundo terá um caráter público na medida em que o uso do dinheiro será definido por um conselho constituído por representantes do Estado, de organizações não-governamentais e de organismos internacionais como a Unesco, além da própria cadeia do livro. Para evitar eventuais desvios, serão apoiadas ações que constem do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) – cuja edição para o triênio 2006/2008 será anunciada em dezembro”.

Espera-se que a efetivação desse fundo frutifique pelo país, revertendo os dados registrados pelo articulista. Entretanto, mais que essa reversão de dados é preciso que as políticas públicas sejam apropriadas por quem, de fato, apreende o saber, qual seja, o sujeito historicamente constituído. As pontuações feitas estão permeadas pelo sentido da importância do papel desempenhado pela proposta do SAPS no contexto histórico de sua existência em Juiz de Fora.

⁶⁰ Galeno Amorim encontra-se, atualmente, a serviço do Ministério da Cultura coordenando o Programa “Fome de Livro”.

3.5.Os caminhos percorridos

Alguns esclarecimentos sobre o percurso desta pesquisa são colocados a seguir. O ângulo de foco que será dado ao SAPS é de uma instituição propiciadora, não só de alimentação, mas de espaço cultural. Ele será tratado como local de produção de conhecimento. Ressalta-se na análise de Gondra (2000) sobre a escrita da História da Educação Brasileira, a preocupação em desmistificar a idéia de que o processo educacional esteja enclausurado nos prédios escolares. Seria a produção do conhecimento, restrita às paredes escolares? Esse é o questionamento de Gondra, ao afirmar:

“Os estudos têm remetido fundamentalmente ao ambiente urbano e ao ambiente escolar. Nesse sentido, torna-se necessário e pertinente indagar: ao se confirmar a produção do conhecimento nesses termos, não estaríamos colaborando para manter na zona de sombra as experiências de formação que se processam fora do ambiente escolar” (...) (GONDRA, 2000, p.17).

3.5.1. A abordagem do SAPS como uma instituição educacional

Inserindo-se na análise historiográfica atual, a partir dos anos 90 do século passado, a historiografia da educação envereda-se por um novo campo temático: a História das Instituições Educacionais. Seguindo o roteiro da Nova História ou da Nova História cultural, essas novas pesquisas têm buscado a interdisciplinaridade com a Sociologia crítica e a Antropologia social. Os pontos fundamentais destas análises são, além de uma história interpretativa, a busca do olhar de dentro do processo educacional e o penetrar em sua problemática. Gatti destaca a teoria de Justino Magalhães sobre o novo campo temático:

“A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação.

Uma renovação em que novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas” (MAGALHÃES, apud Gatti, 2002, p.20).

Gatti ainda afirma que a história da cultura abrange o “aspecto da linguagem, das formas de comunicação, que envolvem as aprendizagens, as continuidades e transformações entre o oral, o escrito e a imagem, bem como a gênese e a difusão da cultura escrita e da mentalidade letrada em interação com o oral e o visual”. As colocações de Magalhães e Gatti fornecem caminhos para que esse estudo sobre o SAPS tenha como estofo a teoria-metodológica de uma instituição educacional. Busca-se compreender o papel dessa instituição na construção da identidade das pessoas que a freqüentavam e nela trabalhavam. Também se quer entender de que forma esse espaço, que era a princípio destinado a refeições, funcionava como local de aprendizado, enquanto possuidor de biblioteca e discoteca. Procura-se, ainda, dar conta do processo educacional proporcionado pela entidade à coletividade que a freqüentava. Pretende-se apreender os elementos que conferiram a esse espaço um sentido único no processo social do qual fez parte: reconstruir o processo histórico, perpassando os axiomas pré-existentes e ressignificando essa memória. Trabalhando o SAPS local, como uma instituição educativa, objetiva-se contextualizá-la e integrá-la à realidade e época histórica, vivida na cidade e no país. Realidade esta, inserida em profícuo contexto cultural para Juiz de Fora, conforme a palavra de Yazbeck:

“Nos anos 30, o processo de declínio econômico se fez visível. Contudo, a decadência da indústria não se estendeu de imediato à cultura. A educação em Juiz de Fora tornou-se um dos signos da cidade, a “Atenas de Minas”, firmado na tradição de suas escolas primárias e secundárias, laicas e religiosas” (IAZBECK, 1997, p. 9).

3.5.2. Os substratos de uma abordagem de cunho sócio-histórica

Tratar a reconstrução da memória da biblioteca popular do SAPS/ Juiz de Fora sob o prisma de uma abordagem qualitativa de cunho sócio-histórico, é atentar para o fato de que a memória se relaciona com a capacidade dos indivíduos de guardar e lembrar acontecimentos, imbricados em seu meio social. Paul Thompson recomenda, até mesmo, um breve conhecimento da psicanálise:

“A psicanálise, é o instrumento pelo qual podemos desvendar os mistérios da memória, não como psicanalistas, que requer uma formação específica... mas enquanto historiadores [cientistas sociais] aprendendo muitas coisas com ela, a respeito de seu próprio ofício - em relação a si mesmos e a seus informantes” (THOMPSON, PAUL 1992, p.199).

A afirmação de Thompson quer relevar a importância das interações eu/outro na pesquisa e ressaltar a necessária sensibilidade do pesquisador no trato com o sujeito de pesquisa. Nesse mesmo sentido, a metodologia inspirada na teoria vygotskyana imprime à pesquisa qualitativa, características próprias. O materialismo histórico-dialético, ponto nevrálgico de sua teoria, expressar-se-á em seus métodos. Vygotsky preconiza como uma das metas da pesquisa a conservação da “concretude do fenômeno estudado, sem ficar nos limites da mera descrição, ou sem perder a riqueza da descrição e avançar para a explicação” (FREITAS, 2002, p.21).

Tanto Bakhtin quanto Vygotsky consideram que todo conhecimento é construído na inter-relação social. Reafirmando sua matriz dialética, o método de pesquisa, utilizado por esses dois teóricos, pressupõe a produção de um conhecimento ou, a perspectiva de aprendizagem como “processo social compartilhado e gerador de desenvolvimento” (ibidem, p.25). A linha sócio-histórica de pesquisa postula relação entre sujeitos e, através da mediação do pesquisador, a

ocorrência de dinâmicas transformadoras. O pesquisador situa-se na pesquisa, nela interagindo, não conseguindo se manter neutro. O processo de pesquisa é uma abrangência de transformações, aprendizagens, re-significações para pesquisado e pesquisador.

Apoiando-se em Bogdan e Biklen, Freitas (2000) usa o seguinte excerto:

“um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições operacionais, variáveis, testes de hipóteses e estatística alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa”(BOGDAN e BIKLEN, apud FREITAS, 2002, p. 26).

A trajetória do presente estudo segue essa orientação metodológica, no que tange à busca da gênese da questão. O intento é reconstruir histórica e culturalmente essa política pública de alimentação e cultura buscando compreender seus aspectos transformadores no contexto de sua vigência.

3.5.3. O suporte da História Oral

Eleger a história oral como parte substantiva do suporte metodológico, é estar consciente de que, a pesquisa qualitativa opta pela peculiaridade em detrimento da generalização. Thompsom (apud Neves, 2003, p. 30) destaca a singularidade como profunda lição da história oral e de cada história de vida. O presente estudo trata de uma instituição já extinta e certamente contará com depoimentos de pessoas que vivenciaram os fatos do período de sua existência como fonte de recuperação das informações e do processo histórico em que esteve inserido. Ainda, segundo Neves (2003, p. 29), a história oral “é um procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico”. A autora reflete sobre o duplo ensinamento que o depoimento encerra: o tempo passado, focado

pelo sujeito pesquisado e o tempo presente, em que o conhecimento gerado pela entrevista é produzido. Neves, (2003, p.29), ressalta a memória como fonte principal dos depoimentos orais e as dimensões que seu processo engloba: a do tempo privado (indivíduo) e do coletivo (social, nacional, institucional). Os caminhos dessa pesquisa têm como, uma de suas âncoras, um processo rememorativo que busque o entrelaçamento entre o tempo privado e o tempo público, na história do SAPS/Juiz de Fora.

3.5.4. Especificação dos instrumentos metodológicos

O primeiro passo para a efetivação dessa pesquisa foi a realização de um estado da arte sobre o tema proposto e a expansão de leituras⁶¹ que forneceriam o núcleo teórico sobre o qual se assentariam suas bases. Começo difícil, pois, se por um lado é extensa a bibliografia sobre o período Vargas, por outro faltam dados arquivísticos relativos a existência do SAPS. Tem-se notícia que o governo pós-64, responsável pela extinção da autarquia, destruiu muito do material abrigado nas Bibliotecas Populares⁶². Alegando serem os textos abrigados pelas Bibliotecas do SAPS perniciosos, na medida em que, instruíam os trabalhadores quanto aos seus direitos trabalhistas, o governo militar queimou, destruiu e jogou fora, grande parte desse acervo. Porém, não se queima nem se apaga a memória das pessoas e esta foi a fonte preciosa de matéria-prima desse estudo. Seguiu-se à revisão bibliográfica, que engendrou o começo do trabalho, uma pesquisa arquivística, através da qual, fez-se um esboço da instituição do SAPS no Brasil e em Juiz de Fora. Aprofundando esse delineado inicial, buscou-se, no arcabouço legislativo e nos fundamentos

⁶¹E.P. Thompson, Bakhtin, Vygotsky representam a base fundamental, embora não se possa esquecer que os caminhos da pesquisa se orientaram pelas falas de Le Goff, Hobsbaw, Peter Buke, Ângela Gomes, Jorge Ferreira, Lucilia Neves, Ecleia Bosi, Raymond Willians e outros citados nas referências bibliográficas.

⁶² Essa afirmação baseia-se no depoimento de Elzio Bruni e Clodesmidt Riani.

teóricos, refletir sobre as especificidades do tema focado, inserido em seu contexto histórico.

A etapa seguinte consistiu em dinamizar a metodologia da história oral complementando-a com a análise de fontes escritas e iconográficas. Essa mescla de fontes enriqueceu o estudo em questão e, nesse sentido, assinala-se a observação de Demartini ao defender que “a diversidade de fontes, compreendendo documentos escritos, relatos orais e imagens torna-se fundamental, especialmente, pela riqueza que a complementaridade entre as mesmas pode permitir” (DEMARTINI, 2000, p. 72).

No tocante às entrevistas, optou-se por entrevistas temáticas, tendo como norte o fato de ser o SAPS uma instituição específica, já extinta, mas, cuja existência foi compartilhada por pessoas da comunidade de Juiz de Fora. Levou-se em conta o objetivo maior dessa pesquisa que é o de reconstituir, no cotidiano de Juiz de Fora, a existência de uma política pública da era Vargas e imbricações no *modus vivendi* da comunidade. O ponto de partida das entrevistas foi estabelecido a partir do conhecimento da existência de um freqüentador assíduo da Biblioteca Popular do SAPS, Fuad Yazbeck. Além dele, entrou-se em contato com o líder sindical, Clodesmidt Riani, que indicou outras pessoas relacionadas ao tema pesquisado. Em um total de 11 entrevistados procurou-se estabelecer o seguinte critério: dois representantes sindicais; duas pessoas das camadas populares; duas pessoas representando a classe média; dois ex-administradores da cidade; dois ex-funcionários da instituição; uma voz feminina. Respeitando as idiosincrasias dos entrevistados, procurou-se relevar sempre: o cuidado com o tema, as especificidades da época histórica, a idade do entrevistado e sua origem social. Cumpre, entretanto, registrar a alegria com que a maior parte deles recebeu a

pesquisa e não fora a limitação do tempo, certamente, ter-se-iam alongado os depoimentos. A adoção de uma abordagem de cunho sócio-histórico fez do momento da entrevista uma oportunidade de assumir o dialogismo bakhtiniano, exercitando a idéia de que o texto (palavra) tem sempre um contra-texto (contra-palavra). Nesse aspecto pode-se inferir que pesquisador e pesquisado não foram mais os mesmos depois da entrevista. Rememorando o vivido, o entrevistado o trouxe para o que vive hoje. O pesquisador, por sua vez, não tendo vivido essas memórias passou a tê-las como empréstimo.

As entrevistas foram marcadas por telefone e um roteiro flexível foi elaborado tendo em conta a abordagem pela qual se optou. O registro foi feito em aparelho de voz portátil. Fez-se uso de uma carta-modelo de cessão, assinada por todos os entrevistados e arquivada junto ao material da pesquisa. Com a aquiescência dos entrevistados foram feitas fotografias de cada um deles para serem exibidas nesse estudo. A transcrição de cada entrevista foi realizada logo após sua realização. Também se fez uso de notas de campo onde se registraram observações e vivências. As entrevistas foram individuais e realizadas na residência do entrevistado (com exceção de Affonso Romano de Sant'Anna que, aproveitou uma vinda sua a Juiz de Fora para deixar seu registro). As informações obtidas primaram por certa regularidade, mas ao mesmo tempo guardaram as peculiaridades de cada entrevistado. Assim, enquanto alguns se lembravam mais do Restaurante Popular, outros detinham na memória a lembrança dos livros que havia na Biblioteca Popular.

Feita a transcrição das entrevistas, partiu-se para o trabalho com as fontes escritas. Parte desse trabalho, já havia sido feita no momento de elaboração do projeto de pesquisa. A pesquisa arquivística foi iniciada por consultas ao CPDOC⁶³,

⁶³ Centro de Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

aos Arquivos da Câmara Federal e do Senado Federal. Porém, a parte substantiva que retrataria a instituição pesquisada e seu funcionamento em Juiz de Fora, foi desenvolvida em uma segunda etapa. Para tal, utilizou-se de jornais locais guardados pelo Arquivo Histórico Municipal e pela Biblioteca Murilo Mendes. O acervo do ex-presidente Itamar Franco⁶⁴ também serviu de fonte de pesquisa. Assinala-se nesse percurso, a emoção do encontro com fotos e fatos já relatados nas entrevistas. Cada descoberta era motivo de júbilo e comemoração.

A parte iconográfica foi obtida pela reprodução de fotos - via máquina digital – encontradas em jornais locais e, também, pela doação da parte de entrevistados que as possuíam em seus arquivos pessoais.

A análise dos dados contidos nas entrevistas, nas fontes escritas e iconográficas respondeu aos incômodos que provocaram esse estudo, gerando, todavia, outras indagações. Tais questões e reflexões perpassam o desenvolvimento desse trabalho e espera-se, através das considerações feitas, lançar essas instigações para estudos posteriores. Espera-se também contribuir para que as gerações contemporâneas conheçam um pouco mais da história de nosso país, nossa cidade, enfim, do grupo social por nós compartilhado.

⁶⁴ Esse acervo ainda não está aberto ao público, mas o acesso nos foi, gentilmente, facilitado.

CAPÍTULO IV

POR ENTRE RASTROS E PEGADAS: A BIBLIOTECA POPULAR DO SAPS/JF

Cante sua aldeia e será universal.

(Tostoi)

O duplo movimento da memória permite que, mesmo com os pés fincados no presente, possa-se viajar até o passado e na dialética do lembrar e esquecer, tente-se reconstruir partes de nossa infância, juventude, vida familiar, dados da história de grupos sociais, das cidades em que vivemos. Ao afirmar que “Todo mineiro carrega o seu município pelo mundo” o cronista Paulo Mendes Campos (apud MARTINS FILHO, 2005. p. 79), certamente referia-se ao apreço e ao orgulho que os mineiros nativos têm de sua origem. Não é diferente com quem nasceu ou foi adotado, viveu ou vive, em Juiz de Fora. A cidade carrega uma espécie de ímã, sugando para si, até mesmo, aqueles que aqui moraram por pouco tempo – às vezes, no período universitário. Esse aspecto acolhedor da gente juizforense e que se pode perceber pela volta constante de quem aqui residiu ou, pelos encontros calorosos na rua Halfeld é denotativo de quanto a cidade é querida por seus moradores, sejam eles filhos legítimos ou adotivos. Por isso não é tarefa fácil a reconstituição, ainda que parcial, de sua memória. Afinal, sobre a cidade já falaram as penas de grandes escritores e poetas. Entretanto, esse estudo é uma tentativa de mostrar aos que vivem na Juiz de Fora de hoje, dados de seu passado, procurando elucidar as imbricadas relações sociais construídas em seu cotidiano. Para tal, percorremos os labirintos de sua memória através de ruelas, avenidas, imagens, textos, vozes e pessoas em um processo muitas vezes carregado de emoções, lembranças,

lacunas, incertezas, descobertas, inacabamento. Buscamos luz onde, a escuridão e a névoa, embaçavam a visão, tentando recompor trilhas e pegadas da existência, na década de 50 do século XX, de uma Biblioteca Popular e um espaço de música aglutinados ao Restaurante dos Trabalhadores (SAPS).

Nesse capítulo, o movimento é duplo: de um lado as fontes escritas representadas pelos periódicos da imprensa local. De outro, as vozes de quem viveu uma história e consentiu que se registrassem suas memórias. A riqueza fica por conta dessas penas e dessas vozes... O convite ao leitor é para que mergulhe nesse passado tão presente!

4.1. ... e o SAPS é instalado em Juiz de Fora

Em 01/05/1948 data comemorativa do dia do trabalhador, o Diário Mercantil⁶⁵ é portador dos primeiros rumores sobre o acontecimento:

“O Serviço de Alimentação da Previdência Social, conforme temos noticiado, está construindo na avenida dos Andradas, no local onde funcionou a antiga Mecânica George Grande, um grande edifício no qual será instalado um dos maiores restaurantes do Brasil, destinado aos trabalhadores de todas as categorias. As obras desse restaurante do SAPS deverão ficar concluídas até o fim do corrente mês quando se espera sejam inauguradas pelo sr. presidente da República. Hoje, Dia do Trabalho, segundo nos informou o deputado Lery Santos, as obras do SAPS poderão ser visitadas, a partir das 14 horas, por todos os trabalhadores” (DIÁRIO MERCANTIL de 01/05/1948, p.3).

Alguns meses depois, em outra reportagem, o referido diário de notícias diz:

**“SAPS
SERÁ INAUGURADO NESTE MÊS O RESTAURANTE DO LARGO
DO RIACHUELO – O TELEGRAMA DO DEPUTADO LERY SANTOS**

Já há muito tempo por esforço do deputado Jarbas de Lery Santos foi obtida autorização tipo SAPS para os trabalhadores de Juiz de Fora. Sua construção que se vinha processando de forma bastante lenta já

⁶⁵ Jornal diário local.

está quase concluída. O motivo é sobretudo grato, dadas as finalidades que tem o empreendimento ou sejam, fornecimento de alimentação sadia, variada e a preços baixos aos trabalhadores. A respeito da inauguração do restaurante do Largo Riachuelo recebemos um telegrama do deputado Lery Santos, em que informa ter recebido do governo da União um comunicado segundo o qual a inauguração oficial se realizará no próximo dia 30” (DIÁRIO MERCANTIL, 19/10/1948, p. 1).

As notas, acima destacadas, nos remetem a algumas considerações. O restaurante popular que seria inaugurado em Juiz de Fora era bem vindo pela população local, mais especificamente, pela classe trabalhadora. Sua construção vinha se arrastando por um tempo maior que o esperado e detecta-se na notícia uma certa expectativa em torno do evento. Estamos em um período do pós 2ª Grande Guerra Mundial em que o abastecimento de produtos ainda não se normalizara e a alta dos preços é consequência desse desabastecimento. Os jornais de Juiz de Fora do período falam constantemente de carestia, cobrando do governo soluções para os problemas econômicos, donde se deduz que a instalação de um restaurante destinado aos trabalhadores, fornecendo “alimentação sadia, variada e a preços baixos” funcionaria como um paliativo.

A inauguração acontece conforme noticiado pelo deputado Lery Santos em 30/10/1948, sendo notícia do jornal Gazeta Comercial de 21/10/1948, com a seguinte manchete: “Solenidade de alta significação para os trabalhadores juizforenses - Inaugurado ontem o grande restaurante popular do SAPS com capacidade para 6000 refeições diárias” A solenidade contou com a presença do diretor geral do SAPS nacional, Humberto Pelegrino, do prefeito de Juiz de Fora, Dr. Dilermando Cruz, do deputado Jarbas de Lery Santos, além de outras autoridades e muitas pessoas da comunidade, especialmente, trabalhadores locais. As instalações do SAPS/Juiz de Fora eram na afirmação do deputado Lery Santos as maiores do

Brasil e continuam além do restaurante, uma Biblioteca Popular e uma Sala de Música para deleite dos trabalhadores e comunidade local.

A cidade de Juiz de Fora, no período, já não mais apresentava a pujança industrial dos anos 20/30 do século passado. Juiz de Fora não é mais nesse período a vanguarda industrial do país, mas sua economia é pujante para o estado de Minas Gerais. Observa-se nessa fase o crescimento de empreendimentos comerciais no município. Neste mesmo ano de 1948, ocorre a instalação da Agência International, conforme registro no referido jornal, destinada à “venda dos famosos caminhões International, comércio de peças e acessórios em geral” (Diário Mercantil de 11/10/1948, p. 6). O acontecimento ocupa página inteira do referido diário de notícias tendo sua importância retratada na manchete: “Acontecimento de grande alcance econômico para a vida de Juiz de Fora”. Outros empreendimentos de destaque noticiados no período são a instalação de agências bancárias e da sala de Cinema Palace de propriedade dos irmãos Vassalo Caruso.

4.1.1. Solenidade de alta significação

A esperada inauguração do restaurante popular iria mesmo se efetivar em 30 de outubro de 1948. A Gazeta Comercial de 31/10/1948, p. 6-7, destaca em reportagem a “Solenidade de alta significação para os trabalhadores juizforenses”. Estava inaugurado o Restaurante Popular do SAPS em Juiz de Fora. Ele teria capacidade para fornecer 6 000 refeições diárias e, além disso, seria dotado de uma biblioteca e uma sala de música, ambas, destinadas aos seus frequentadores e à comunidade local. As fotos seguintes registram o acontecimento que não contou com a presença do presidente Dutra, conforme antecipado em notícias. Quem veio para a inauguração foi o diretor geral do SAPS no Brasil, o major Umberto Peregrino

que transferiu à sua esposa, a senhora Eunice Peregrino, o ato de desatar a fita simbólica inaugural do “magnífico restaurante”. A reportagem de quase duas páginas do referido jornal fala da importância da conquista para os trabalhadores de Juiz de Fora e transcreve na íntegra o discurso do major Peregrino. Destaca as presenças do prefeito Dr. Dilermando da Costa Cruz, dos deputados Lair Tostes e Jarbas de Lery Santos, de autoridades locais, representantes da imprensa, das organizações de trabalhadores e “grande massa de alguns milhares de pessoas” (Gazeta Comercial de 31/10/1948, p. 6). A notícia coloca em relevo na fala do Major Umberto⁶⁶ Peregrino o fato de ser o empreendimento fruto do “desejo expresso do presidente Dutra, que, com essa medida, quis demonstrar ao operariado juizforense o interesse que dedica ao seu bem-estar” (ibidem). Sobre o empreendimento é dito que, “o restaurante popular acha-se instalado em majestoso edifício, construído especialmente para o fim, e dotado de moderníssimo e completo aparelhamento, sua capacidade é para fornecer 6.000 refeições diárias, organizadas sob estudo da moderna ciência nutricionista” (ibidem). Outras falas destacadas pela reportagem são: a do deputado Lair Tostes, representante do presidente Dutra, do deputado local Jarbas de Lery Santos e do prefeito Dilermando Cruz. O representante de Dutra faz questão de dizer que “sua excelência me honrou com a missão de trazer as suas saudações afetuosas e patrióticas aos trabalhadores de Juiz de Fora” (ibidem, p. 7).

⁶⁶ O nome do major foi encontrado como Umberto na Gazeta Comercial e Humberto no Diário Mercantil.

Figura 1

A sra. Eunice Peregrino, esposa do diretor do SAPS, desata a fita simbólica, com o que se deu por inaugurado o restaurante popular.



Fonte: Gazeta Comercial, de 31/10/1948, p. 6.

A reportagem é clara, quanto ao apoio do governador Milton Campos, às iniciativas do presidente Dutra de ampliação dos restaurantes populares em Minas Gerais. Do discurso do presidente geral do SAPS, major Umberto Peregrino, julga-se interessante recortar alguns pontos. O major ressalta o cuidado dos técnicos nutricionistas do SAPS em adequar o cardápio alimentar aos trabalhadores de cada região brasileira e às peculiaridades do tipo de trabalho exercido. Fala da necessidade em sanear as finanças do governo em decorrência da inflação do pós-guerra, das dificuldades econômicas do período e do esforço do presidente em promover o bem-estar da classe trabalhadora.

Figura 2
Discurso do major Peregrino



Fonte:Gazeta Comercial, ibidem p.7

Enaltecer os atos do presidente Dutra foi parte da fala do major Peregrino e, na oportunidade, compará-los às realizações do governo de seu antecessor, o presidente Vargas:

“E assim, sem alardes publicitários, sem aquele conhecido trombetear dipeano⁶⁷, que fazia de tudo uma dádiva pessoal do ditador, e que se esmera, sobretudo em doirar as pródigas promessas, de todos os dias,, assim silenciosa e honestamente vão-se concretizando as iniciativas do governo do Presidente Dutra” (ibidem, p. 6)

Para além da comparação, está explícita a crítica ao governo anterior. Outra questão colocada em seu discurso é a ampliação dos serviços do SAPS, destacando-a como,

⁶⁷ O major referia-se ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) criado pelo governo Vargas.

“O mais significativo, todavia, na marcha das atuais atividades, é o plano, pela própria entidade elaborado, para a sua transformação em Serviço Nacional de Alimentação, de modo que os seus benefícios possam estender-se a todos em todo território nacional, através de centros compradores, centros distribuidores, fábricas, usinas de beneficiamento, granjas de produção, laboratórios de pesquisa, centenas de restaurantes populares e ainda cursos para o aperfeiçoamento ou a formação de técnicos de nutrição” (ibidem, p. 7).

Deduz-se daí ser, no mínimo, ousado o planejamento de ampliação do SAPS. Vale sublinhar que, os efeitos do pós-guerra se faziam sentir naquilo que a população chamava de carestia, ou seja, o aumento dos preços caracterizado como inflação.

Causa estranhamento, a ausência da fala dos trabalhadores pela via de seus representantes, em uma festa representativa de suas conquistas e em que se registrou sua presença. Mas, nem tudo é festa e a palavra do trabalhador começa a se fazer notar nos dois meses seguintes à inauguração do restaurante popular. Reclamava-se do preço. A reclamação está presente na Câmara Municipal, no IV Congresso Operário de Minas Gerais, na imprensa local. No Diário da Tarde de 30/11/1948, p. 3, o vereador Lindolfo Hill⁶⁸ pede a palavra, em seção da Câmara Municipal, para criticar o preço de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) cobrado pela refeição. No dia 08/12/1948, p. 3, o mesmo jornal aborda o problema, novamente, através de dois artigos: um em que cita o fato da Câmara voltar a debater o preço da refeição no SAPS; outro em que mostra a ação do IV Congresso de Trabalhadores Mineiros no sentido de enviar ao Ministério do Trabalho reivindicações demonstrativas do abusivo preço estipulado para a refeição. Nessa última reportagem, o Diário da Tarde assume a postura de procurar “prosseguir em seu trabalho de adiantamento de assuntos de interesses coletivos, dos quais é advogado”. Tomando as referências

⁶⁸ Veemente, representante da esquerda socialista local, segundo palavras do sindicalista Élzio Bruni (depoimento dezembro de 2007).

fornecidas por representantes sindicais, a reportagem demonstra que para um salário de cerca de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) representativo da média do recebimento dos operários, as despesas com alimentação em uma família de 5 pessoas contando almoço e jantar elevar-se-iam a Cr\$ 1500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros). Tal fato era inaceitável e os sindicatos pediam providências.

O deputado juizforense Jarbas de Lery Santos em sua prestação de contas à população, conferida no Diário da Tarde de 24/12/1948, p. 2, tenta responder aos reclamos dos trabalhadores. A nota fala das dotações orçamentárias conseguidas por esse parlamentar para a cidade de Juiz de Fora e esclarece: “Igualmente já está em pleno funcionamento o restaurante SAPS, que é o maior e o mais bem equipado do Brasil. Fiz restrições, como é público e notório, ao preço atualmente cobrado pelo SAPS”. Apesar das reclamações relativas ao preço da refeição, a frequência ao restaurante popular cresceu intensamente durante o primeiro ano de vida do SAPS/JF. No dizer de Elzio Bruni ex-diretor do IAPI⁶⁹, o preço da refeição no SAPS era de Cr\$ 1, 20 (um cruzeiro e vinte centavos) o que denota divergência quanto ao valor encontrado nos jornais e permite a inferência de que ele tenha sido minorado. Também vale lembrar que a instalação do SAPS/JF ocorre no período do pós 2ª Grande Guerra, ocasião marcada por uma inflação dos preços e carestia de vida, resultando daí, a justificativa para que o preço inicial tenha sido considerado elevado. Tal constatação não implica em que, no decorrer de sua existência e atendendo às reivindicações dos trabalhadores, esse valor inicial tenha sido corrigido a menor, fato justificativo da afirmação de Elzio Bruni.

Durante esse primeiro ano de funcionamento os jornais da cidade registram reportagens quanto à relevância dos serviços do SAPS para a classe trabalhadora e

⁶⁹ Diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários e membro do PTB de Juiz de Fora

comunidade local. Em 12/10/1949 a Gazeta Comercial, em um artigo de página inteira, exalta o valor social da instituição para a classe trabalhadora. Diz a matéria de Athos Branco da Rosa:

“É uma obra cujos benefícios são de tal magnitude que para se avaliar exige uma reflexão sobre o problema alimentar brasileiro, que sem dúvida alguma tem sido de difícil solução dado a complexidade de fatores (...) Nem só a deficiência de alimentação tem sido responsável pela sub-nutrição que aflige nosso povo. A falta de orientação dietética e de conhecimentos, embora rudimentares, da ciência da nutrição, agravada pela ausência de higiene e de cuidados necessários à preparação dos alimentos são talvez ponderações mais acentuadas que o próprio pauperismo e deficiência de salários, no problema alimentar em nosso país. A organização do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) veio oferecer uma contribuição inestimável à resolução desse magno problema, que se pode equiparar ao da instrução e da defesa nacional, pelo duplo aspecto de educar e alimentar” (GAZETA COMERCIAL, 12/10/1949, p. 4).

A reportagem segue ressaltando o rigor técnico do restaurante em relação aos aspectos nutricionais, haja vista, a elaboração das refeições de acordo com as necessidades de um homem normal. Além disso, o articulista relata o depoimento de pessoas que almoçavam no local naquela data, dentre as quais destacou: Geraldo Magela de Oliveira (professor e engenheiro); Nagib Yazbeck e João Basílio (industriais); José de Oliveira (agente comercial); Cesar Dacorso Filho, James Elis, Joel Barbosa Nazareth e Cel. Rufino Alves de Souza Sobrinho (membros da Igreja Metodista do Brasil, que participavam de um Congresso Metodista na cidade); Messias Figueiredo (viajante comercial); Mário Vieira (regente de orquestra local); Marina Junqueira (assistente social do SESI); José Magela de Oliveira (eletricista); Lourenço Ribas (chauffeur); José Domingos dos Prazeres (estudante e comerciário). Destacando ter ouvido, indistintamente, as pessoas freqüentadoras do local, a matéria traduz tais impressões como elogios e entusiasmos, no que tange à implantação do SAPS em Juiz de Fora. Demonstra, ainda, através de números o

aumento crescente de refeições e a concordância de patrões⁷⁰ e empregados quanto ao alcance dessa conquista para a comunidade local.

Figura 3

Da esquerda para a direita de frente João Basílio e Nagib Yazbeck, pequenos industriais, almoçam com o comerciante José Oliveira em meio aos demais trabalhadores que freqüentavam o Restaurante Popular



Fonte: Gazeta Comercial, 12/10/1949, p. 4.

O conteúdo dessa reportagem faz emergir a reflexão da possibilidade desse espaço como ponto de convergência de diversos segmentos sociais da cidade. Nesse aspecto, os serviços do SAPS seriam promotores de interação comunitária. Lá estavam fazendo refeições, ouvindo música ou, lendo, pessoas de diversas classes sociais que, naquele recinto, eram apenas cidadãos de Juiz de Fora. Essa

⁷⁰ Havia em Juiz de Fora, já nesse período, um número crescente de pequenas e médias empresas – malharias, fábricas de papelão, etc. – cujos proprietários não poderiam arcar com o ônus da construção de um restaurante anexo aos seus empreendimentos. Para esses médios e micro-empresários, o SAPS representava uma tranquilidade na medida em que, beneficiava seus empregados. O jornal registra que essa classe não se furtou em colaborar para a manutenção da entidade em Juiz de Fora.

especificidade do SAPS remete à idéia da perda provocada pela interrupção de sua existência. Isso porque, a comunidade local deixou de ter um espaço onde se faziam, concomitantemente, refeições, aprimorava-se a cultura e usufruía-se de lazer. Confirmando a inferência anterior, destaca-se o excerto retirado das palavras de Elzio Bruni: “Nossas refeições e encontros no SAPS eram momentos de alegria, pois além da boa comida, ouvíamos música e conversávamos fora do ambiente de trabalho” (Depoimento, dezembro de 2006). As fotos encontradas em jornais e as que foram cedidas pelo Líder Sindical Clodesmith Riani, pelo chefe do SERAC⁷¹ do SAPS/JF, Laiz Velloso, e pelo gerente do Posto de subsistência Geraldo Jacometti podem balizar a idéia de um ambiente agradável, limpo, que convergia trabalhadores de diversos segmentos da indústria, comércio e serviços. Por vezes, alguns patrões, administradores políticos e dirigentes religiosos vinham se somar ao número de freqüentadores do SAPS. Também se encontrou registro de almoços familiares, alguns deles, oferecidos pelos pais como espécie de prêmio aos filhos. Tudo isso denota que, almoçar no SAPS/JF, ouvir as músicas de sua discoteca e freqüentar sua biblioteca (podendo tomar livros como empréstimo por alguns dias) promovia sensações prazerosas. Cumpre lembrar que a grande maioria da população de Juiz de Fora não possuía vitrola ou discos e os livros não eram uma aquisição material disponível para a grande massa. Assim, o SAPS convergia pessoas com a finalidade de fazer refeições, mas também, no intuito de entretenimento e refino cultural. É inevitável recorrer a Bakhtin (1998) para lembrar sua defesa de que o eu humano se forma no ambiente social. O eu se constrói em relações socializantes em permanente interação dialógica com o outro. As fotos

⁷¹ Serviço de Recreação Cultural de apoio à classe trabalhadora.

seguintes mostram trabalhadores fazendo suas refeições, as cozinheiras acompanhando o movimento e a fila em que os bandejões eram servidos.

Figura 4
Refeições no SAPS/JF



Fonte: Gazeta Comercial 12/10/1949, p. 4.

4.1.2. As comemorações

Figura 5
Festividade de posse de Laiz Velloso, como Chefe do Serviço de Recreação e Atividades Culturais do SAPS.



Fonte: Arquivo pessoal Laiz Velloso.

O primeiro aniversário do SAPS/JF foi comemorado através da exibição para os trabalhadores e comunidade local de dois filmes “Expressão e Atualidade do SAPS” e “Inauguração do Restaurante de Juiz de Fora”. Além disso, assistiu-se a uma peça teatral seguida de um baile. A festa foi noticiada pelos diários de notícias locais “Gazeta Comercial” e “Diário Mercantil”. Os registros são unânimes quanto à relevância do valor do SAPS destacando, cada um a seu modo, as peculiaridades da comemoração. O Diário Mercantil de 30/10/1949, p.3, além de noticiar a festa demonstra em números o balanço da frequência ao local. De novembro de 1948, a 26 de outubro de 1949, o restaurante forneceu 123. 812 refeições, enquanto a Biblioteca abrangeu 59. 81 leitores (48. 835 maiores e 11. 077 menores). A

discoteca, por sua vez, movimentou um volume de 11 028 discos tocados, sendo 9 095 populares e 1 933 clássicos. Essa estatística permitiu à Gazeta Comercial concluir serem “animadores os resultados de tão útil instituição, no que se refere a Serviço prestado ao público”. Nesse mesmo artigo aparecem comentários tecidos por pessoas de diversos segmentos sociais acerca dos benefícios trazidos pela implantação do SAPS para a comunidade local. Outro comentário que se pode pinçar da reportagem intitulada “Efeméride de grande expressão para o trabalhador juizforense” do Diário Mercantil (ibidem) sobre as comemorações do primeiro aniversário do SAPS/JF é o que compara suas instalações às de outros restaurantes congêneres e diz:

“O RESTAURANTE SAPS de Juiz de Fora, aliás, nada fica a dever aos seus congêneres da Capital da República e de outros grandes centros brasileiros, sendo certo que o restaurante de nossa cidade é o terceiro grande Restaurante Popular inaugurado pelo SAPS em 1948, justamente há um ano, achando-se aparelhado para o fornecimento de seis mil refeições diárias e está dotado de Biblioteca, Discoteca e, como os demais administrados por aquela autarquia, possui todos os requisitos técnicos para possibilitar ao operário uma alimentação sadia e racional”. (DIÁRIO MERCANTIL, 30/10/1949, p. 3, grifos do articulista).

Ressaltando a administração do major Peregrino frente à autarquia, o artigo desvela ser o SAPS/JF um restaurante modelar “atendendo ao fato de ser nossa cidade um centro urbano de população na sua maioria constituída de operários” (ibidem). Lendo-se as entrelinhas das notícias destacadas, acima, considera-se não ser leviano concluir, pelo entusiasmo da população local, quanto às atividades do Restaurante Popular com sua Biblioteca e sua Discoteca.

Por ocasião do segundo aniversário da existência do SAPS em Juiz de Fora uma intensa programação divulgada, antecipadamente, pelos jornais foi elaborada. O Diário Mercantil de 25/10/1950, p. 2, antecipa as atividades do festejo. Dele

constavam: a exibição de filmes⁷², a apresentação de peça teatral e um *show* de variedades. O programa desse *show* contemplava número musical dos cantores locais Geraldo Moura e Cely Nascimento; exibição do Conjunto Orquestral do Salão do SAPS; um show de calouros locais e um programa educativo intitulado “Ganhe para aprender” (ambos distribuindo prêmios em dinheiro). A existência de chamada jornalística feita, com antecedência, sugere uma festa onde a comunidade poderia participar em tom de conagração, especialmente, aqueles aos quais a instituição se destinava, ou seja, os trabalhadores locais. O programa “Ganhe para aprender” poderia servir de estímulo aos operários ou, até mesmo, aos seus filhos, quando estabelecia prêmios em dinheiro através de uma competição incentivadora da aquisição de conhecimentos⁷³.

Na Gazeta Comercial, em reportagem de destaque, comenta-se a festa iniciada com a intronização do retrato do poeta local Belmiro Braga, Patrono da Biblioteca Popular. A fala do tenente-coronel Umberto Peregrino, diretor geral do SAPS, deixa entrever que as atividades desenvolvidas em Juiz de Fora eram alegres e contavam com ativa participação de seus freqüentadores. Foi solicitado ao coronel José Epitácio Braga “filho do fulgurante poeta Belmiro Braga, que descerrasse a flâmula que vedava o quadro” (Gazeta comercial, 31/10/1950, p. 4).

⁷² Os trabalhadores assistiriam ao filme “Um dia de um trabalhador no SAPS”.

⁷³ Não se obteve o teor dessa competição apenas deduz-se que era relativa à disputa de conteúdos acerca das diversas disciplinas entre alunos.

Figura 6
Inauguração do retrato do Patrono da Biblioteca Popular, o poeta
juizforense Belmiro Braga. O descerramento da flâmula que cobria
o retrato é feito por seu filho Epitácio Braga



Fonte: Gazeta comercial, 31/10/1950, p. 4.

Além da exibição de filme para os trabalhadores conforme citado, anteriormente, a programação segue animada. No salão restaurante realiza-se “atraente *show* de autoria do técnico de propaganda, Sra. Foch Arigony e encenado, exclusivamente, com o pessoal do SAPS, sendo convidado de honra o consagrado cantor de Juiz de Fora, o senhor Geraldo Moura” (Gazeta Comercial, *ibidem*). Na seqüência, houve programas de música comandados por cantores locais abrilhantados por um *show* de calouros e exibiu-se número do conjunto orquestral do SAPS. Completando a programação, foi efetivada a disputa “quem sabe mais”, tendo sido distribuídos prêmios aos vencedores. No encerramento é apresentada a exibição de um conjunto infantil. O Jornal destaca como “verdadeiramente invulgar o número de pessoas que esteve presente às comemorações do 2º aniversário do Restaurante do SAPS nesta cidade, que emprestaram ainda, maior brilhantismo às festas” (*ibidem*). Toma-se, como relevante nestes registros, a dedução de que, a

despeito das agruras do cotidiano de trabalho da classe operária, havia também momentos de lazer e desenvolvimento de atividades culturais.

4.1.3. O incentivo à leitura e escrita

Outras notícias importantes destacadas na breve existência do SAPS/JF relacionam-se a concursos literários promovidos pela instituição. Antes mesmo de sua implantação em Juiz de Fora, os jornais locais anunciavam a realização pelo SAPS de “um interessante concurso de literatura infantil, a ser realizado entre os membros do III Congresso de Literatura Infanto-Juvenil de Escritores, que se reuniu de 11 a 17 de julho passado, no Rio de Janeiro” (Diário Mercantil, 28/10/48, p.2). Trazendo, detalhadamente, o regulamento do concurso, o diário de notícias esclarecia também sobre a premiação a ser entregue na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Em edições anteriores, do mesmo jornal, aparecem notícias sobre a realização desses Congressos de Literatura Infanto-Juvenil de Escritores. A chamada para a participação de comitivas da cidade no III Congresso ressalta o destaque de nossos representantes em eventos anteriores. Participando do conclave ao lado de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, a comitiva juizforense teve atuação relevante, segundo a notícia do Diário Mercantil. Além de referendar a posição de Juiz de Fora como fomentadora de atividades culturais, destaca-se aqui, a idéia de que o SAPS atuava não apenas como provedor de alimentação sadia e barata para as camadas mais baixas da população – ele realizava eventos incentivadores da leitura e da escrita. Os concursos literários promovidos pelo SAPS envolviam os jovens de 13 a 17 anos que tivessem participado desses Congressos de Literatura Infanto-Juvenil. Eles trazem à tona a inferência da atuação da autarquia no que tange ao despertar nos jovens de

camadas populares o gosto pela literatura, bem como, oportunizar-lhes o caminho da autoria de livros.

Um outro concurso, desta feita, realizado pelo SAPS/JF consistia na realização de um trabalho “instituído como estímulo a estudo dos problemas alimentares sob qualquer de seus aspectos (médico, sociológico, cultural, etc) e relativos à cidade de Juiz de Fora” (GAZETA COMERCIAL, 26/10/1950, p.6). Estipulando 30 páginas datilografadas em espaço dois e premiação aos vencedores, a notícia, ainda, estabelece os demais regulamentos do concurso. Guardadas as devidas proporções e as especificidades históricas, traça-se um paralelo do trabalho de Tolstói com os meninos camponeses, destacado por Vygotsky⁷⁴. A referência não tem a intenção de tomá-los como iguais, mas, de destacar a similaridade quanto ao incentivo à leitura e à escrita. O espaço da Biblioteca Popular, conquanto fomentador da leitura, exerce o papel de mediação, contribuindo para o desenvolvimento humano. Esse é o caminho teórico contido no conceito vygotskiano de mediação do processo de aprendizagem.

4.1.4. A visita do governador mineiro Juscelino Kubitschek ao restaurante do Largo do Riachuelo

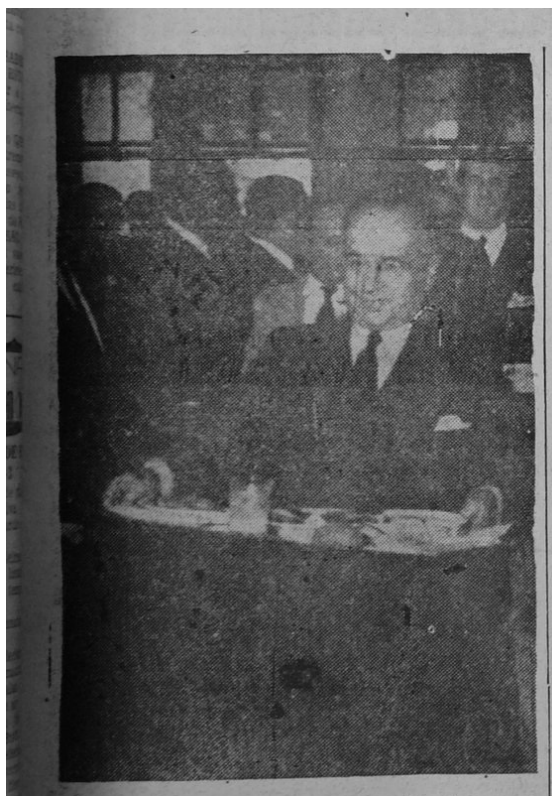
Acontecimento que, certamente, agitou a cidade e os freqüentadores do SAPS/JF foi a visita de Juscelino Kubitschek, então, governador de Minas Gerais ao Restaurante Popular. Os jornais locais deram ênfase ao evento. O Diário Mercantil, em reportagem de página inteira, acompanhou com detalhes os passos dessa ilustre visita. O fato ocorrido em 19/04/1951 - ocasião em que Getúlio Vargas já retornara à

⁷⁴ Detalhado no capítulo III.

presidência do país, conduzido pelo voto popular - é a oportunidade para que a notícia também faça referência à política varguista de benefícios para a classe trabalhadora. Diz a reportagem:

“A criação do SAPS é devida à sábia direção política de assistência ao trabalhador do presidente Getúlio Vargas, que o tem valorizado através de nossa legislação social. E, conforme se vê, num flagrante colhido em 1945, o presidente da Nação comparecia sempre ao restaurante do SAPS, onde almoçava democraticamente com os trabalhadores e acompanhava o funcionamento de sua realização pela qual sempre se interessou com carinho” (Diário Mercantil, 19/04/1951, p.1).

Figura 7
Getúlio almoça com trabalhadores no SAPS do Rio de Janeiro



Fonte: Diário Mercantil, 19/04/1951, p.1.

A data da visita de Juscelino ao SAPS/JF coincidia com o aniversário natalício do presidente Vargas e a notícia do jornal faz do evento uma oportunidade de saldar Getúlio como dotado de

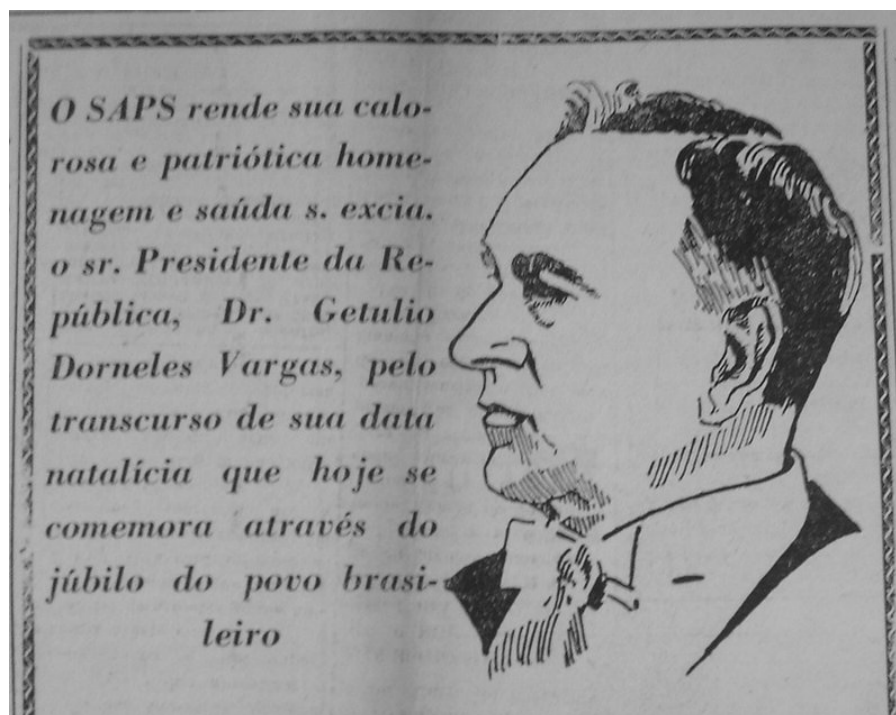
“acentuado patriotismo e um espírito público incomum, os quais no passado fizeram com que s. excia. desse novos rumos à nacionalidade, inaugurando no País uma política social do mais elevado alcance e que deu ao nosso povo lugar de destaque entre as Nações mais civilizadas do mundo, onde a legislação trabalhista veio trazer para a classe operária o reconhecimento de sua força construtora, assim do ponto de vista político como dos aspectos econômico e social” (ibidem).

Ao tratar da relação entre o presidente Getúlio e o povo de Juiz de Fora, o texto jornalístico deixa entrever uma admiração mútua, ao afirmar que,

“Em Juiz de Fora, inúmeras são as obras de vulto realizadas pelo presidente Getúlio Vargas, que certa vez, aliás, se referiu à nossa cidade como ‘a sua menina dos olhos’, por isso que o povo juizforano jamais deixou de apoiar o seu governo, com este se identificando mesmo por isto que reconheceu sempre, a elevação de propósitos com que o chefe da Nação orientava e orienta agora o País” (ibidem).

A assertiva contida nessa fala remete ao que já se ponderou sobre as relações classe trabalhadora e governo Vargas no sentido da reciprocidade e da outorga (Gomes,1988, p.195-7). A Gazeta Comercial, outro diário de notícias da cidade, também faz da visita de Juscelino uma oportunidade na qual a administração do SAPS/JF reverencia o presidente Vargas. Ao lado de seu retrato estão os dizeres:

Figura 8
Homenagem ao aniversário de Getúlio



Fonte: Gazeta Comercial, 19/04/1951, p. 4.

A vinda do governador Juscelino à Juiz de Fora e sua visita ao Restaurante Popular, inserem-se nesse contexto da política de valorização da classe trabalhadora. Não é casual, portanto, o almoço do governador em meio aos bandejões e trabalhadores locais. Em suas considerações sobre o SAPS, deixadas no termo de visitas, o governador Juscelino, segundo o jornal “entusiasmado com os serviços e a refeição ali comumente servida”, deixou o seguinte registro:

“Levo a melhor impressão da visita que acabo de realizar no Restaurante do SAPS. Nota-se que, além do espírito generoso que presidiu a sua instalação, estão os serviços admiravelmente administrados pelo gerente Álvaro Silveira. É uma obra que enaltece e orgulha a grande organização do SAPS. Como governador do Estado, deixo aqui meu cordial aplauso. Juiz de Fora, 17 de abril de 1951 – (a) Juscelino Kubitschek” (ibidem).

Nesse mesmo dia o prefeito da cidade, Dr. Olavo Costa, que já havia, segundo o Diário Mercantil, assinado um convênio com o restaurante do SAPS para

fornecer refeições aos funcionários da Prefeitura sob subsídios da administração, acrescentou ao Livro de Registros da autarquia local o seguinte comentário:

“Ao visitar o restaurante do SAPS, em companhia do senhor governador do Estado de Minas, participando do almoço, não posso deixar de consignar aqui, como governador da cidade e homem público, minha agradabilíssima impressão. Já há muito venho acompanhando de perto os grandes e reais serviços que o SAPS tem proporcionado ao povo de Juiz de Fora e é muito justo que se destaque, com justiça, a ação honesta e brilhante do seu digno gerente Sr. Álvaro Silveira. – (a.) Olavo Costa” (ibidem)⁷⁵.

O artigo sobre a visita de Juscelino ao Restaurante Popular abre margem para que a reportagem local disserte sobre os serviços da instituição a partir de sua existência na cidade. Em uma espécie de balanço dessa atuação, o jornal supracitado traz os seguintes dados acerca do movimento no SAPS, até 31 de março de 1951:

“POSTOS DE SUBSISTÊNCIA – Pessoas atendidas – 671.619 – Vendas realizadas Cr\$ 22. 309. 889,40.
RESTAURANTE POPULAR – Refeições fornecidas – 592 589 – arrecadação total Cr\$ 3. 349. 379,90.
BIBLIOTECA POPULAR – Obras lidas na Biblioteca: 20. 165 – Lidas no domicílio: 14. 221 – Jornais: 3.954 – Leitores: masculinos, 39. 068; femininos: 25. 790; menores: 14.211.
DISCOTECA POPULAR – Músicas ouvidas – 20. 898”.

Concluindo pela existência de um movimento satisfatório, tendo como parâmetro o tamanho da cidade, o jornal enaltece a clarividência do presidente Vargas na criação do SAPS. Julga-se necessário ponderar algumas questões a começar pela continuidade, nesse período, de grande índice de analfabetismo entre as camadas populares, fato que coloca Juiz de Fora em uma posição privilegiada quanto ao exercício da leitura. Também vale observar a diferença entre o número de

⁷⁵ Sobre a atuação de Álvaro Silveira como gerente do SAPS os jornais locais a avaliam como eficiente e dinâmica acrescentando a importância de seu bom relacionamento com a classe trabalhadora.

leitores masculinos e femininos, fato que remete à condição da mulher como dona-de-casa, tarefa para a qual não se exigia aperfeiçoamento intelectual. A mulher, neste período, ainda não alcançara independência e, muito menos, estava inserida no mercado de trabalho, tanto quanto o homem. Considera-se importante o número de menores leitores tomando, como paradigma, a idéia do interesse de adolescentes e crianças por atividades outras, em detrimento da leitura.

Feito esse parêntese, aberto pela própria reportagem, retorna-se à efeméride⁷⁶ representada pela visita do governador Juscelino, pinçando-se algumas pontuações destacadas na matéria jornalística. Nas fotos em que o governador aparece no interior do Restaurante Popular, o repórter destaca: “o SAPS, onde quer que exista é, também, uma escola ativa de democracia” (ibidem, p.4). Sua assertiva refere-se ao fato de o governador ter entrado na fila carregando a bandeja como todos os trabalhadores. As fotos a seguir são reveladoras dessa idéia:

⁷⁶ O termo é retirado da manchete que fala da visita de Juscelino.

Figura 9
Na fila do restaurante Popular (da direita para a esquerda o prefeito Olavo Costa,
seguido do governador de Minas Juscelino Kubitschek).



Fonte: Diário Mercantil de 19/04/1951, p.4.

O comentário jornalístico relata, como democrática, a atitude do governador valendo a inflexão de que, se esta atitude não retrata a consistência da verdadeira democracia, ela serve para tornar o político mais próximo das camadas populares. Pensa-se, nesse sentido, em como se constrói uma identificação e uma espécie de relação mais íntima entre governante e povo.

Figura 10

No alto Juscelino visita a cozinha do Restaurante Popular (da direita para a esquerda) Sr. Álvaro Silveira, diretor do SAPS/JF; Juscelino Kubitschek e Olavo Costa. Ao centro Juscelino almoça em companhia do prefeito Olavo Costa, de seu assistente militar major Nélio Gonçalves, do Dr. Infante Vieira e de Álvaro Silveira. Embaixo, Dr. João Beraldo, presidente do Banco de crédito Real de Minas Gerais; Dr. Wilson Beraldo e Sebastião Ferreira de Andrade, diretor da Fábrica-Escola Cândido Tostes.



Fonte: Diário Mercantil de 19/04/1951, p.4.

No ensejo dessa reportagem suscitou-se a importância do Livro de Registros, uma espécie de Diário, destinado a colher impressões dos visitantes sobre o funcionamento da instituição. Alguns comentários de pessoas da

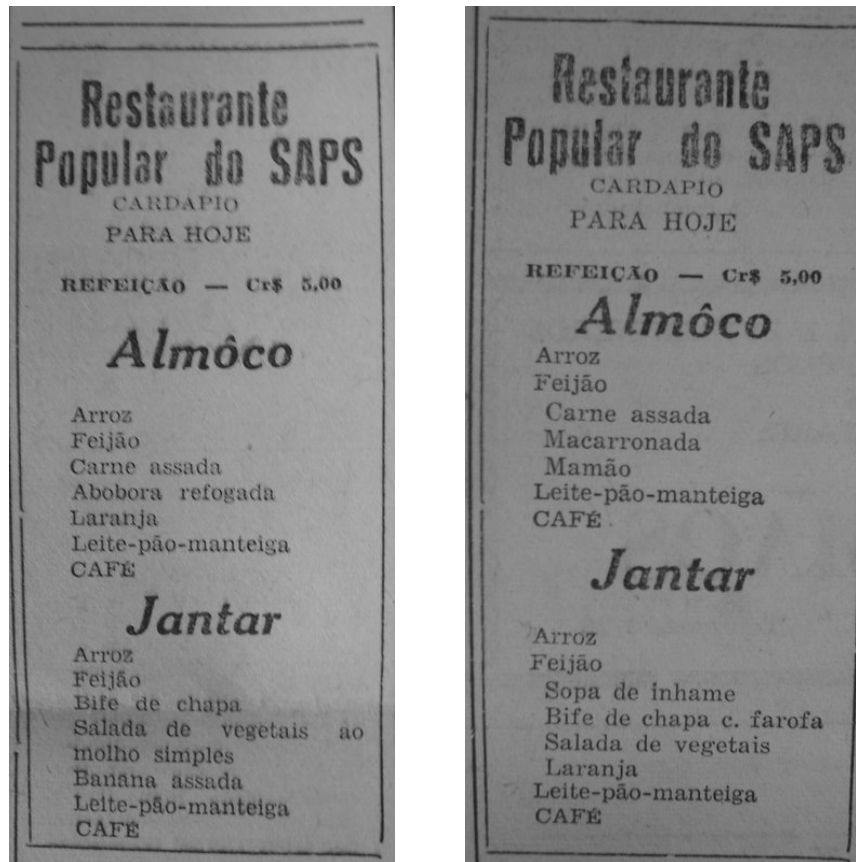
comunidade são destacados pelo jornal no intuito de demonstrar os benefícios e “a eficiência do SAPS de Juiz de Fora, sempre comprovada por nossa população, valendo ressaltar que, também, numerosas autoridades, ao visitarem as instalações do Restaurante desta cidade, têm-se manifestado entusiasmadas com as instalações e funcionamento de todos os seus serviços” (Diário Mercantil, 19/10/1951, p.4). Dentre os vários depoimentos destacados, encontram-se o do “grande educador Mr. W.M. Moore⁷⁷, reitor do Instituto Granbery” e do Dr. Henrique Moss de Almeida, chefe do serviço de saúde da 4ª Região Militar.

4.1.5. Para além das refeições, discos e livros... O relacionamento entre o SAPS e a comunidade de Juiz de Fora

Em várias edições dos jornais locais o cardápio do SAPS era publicado para que seus freqüentadores pudessem acompanhar o que seria servido. Também não poupavam elogios as referidas reportagens no que diz respeito à variedade do cardápio, ao asseio e limpeza do Restaurante Popular. Epígrafes, como, “Bom Paladar e muito asseio” e “Cardápio variado que delícia” aparecem na Gazeta Comercial de 30/10/1949, p. 2. Em inúmeras edições do já citado diário de notícias há referências ao que se ia almoçar, ou jantar, no Restaurante do SAPS/JF. À guisa de exemplo, mostra-se a publicação de dois desses cardápios diários:

⁷⁷ De acordo com pesquisa feita no Instituto Granbery, o nome completo do referido reitor era Walter Harvey Moore. Em homenagem a esse educador uma movimentada rua do centro comercial de Juiz de Fora leva o nome de Mister Moore.

Figuras 11 e 12
Cardápios publicados



Fonte: Diário Mercantil e Gazeta comercial.

O anúncio dos cardápios diários aparece seguidamente nos jornais locais, assim como, aparece o balanço do movimento. Na notícia de 20/04/1953, p. 3 da Gazeta Comercial, aparece o número de refeições servidas pelo Restaurante Popular (2.354); das pessoas atendidas no Posto de Subsistência (204); dos leitores da Biblioteca Popular (115); das músicas ouvidas na Discoteca (28, populares e 05 clássicas). Esses dados refletem o movimento de um dia de serviços prestados SAPS/JF e nos conduzem a um montante considerável, tomando por base o período enfocado. Deve-se, também, avaliar a preocupação em manter os cidadãos juizforenses informados acerca do funcionamento da instituição.

Também aparecem anúncios de fornecimento de marmitas e isso faz emergir a idéia do valioso serviço prestado à dona de casa que não contava com os atuais “*fast-food*”. Se, essa mulher trabalhasse fora de casa, a ajuda do SAPS em seus afazeres domésticos era efetiva. É interessante lembrar que a era o fogão a gás estava apenas se iniciando e a cozinha no tradicional fogão à lenha era trabalhosa e requeria disponibilidade de tempo. Por fim, há que se ponderar sobre o tamanho das famílias, no período em questão, fator de grande desgaste do tempo da mulher junto aos afazeres domésticos. O fornecimento de refeições, através do sistema de marmitas pelo SAPS vinha, portanto, em boa hora.

Outra relevância encontrada nos jornais diz respeito aos conselhos nutricionais. Com o título de **Conselho alimentar do SAPS**, diz uma nota do Diário Mercantil:

“O ‘cock-tail’ de vitaminas, feito com suco de frutas e legumes é tão saboroso e benéfico à saúde, deve ser preparado em vasilhas de louça, vidro, agate, ou matéria plástica. Os objetos para corar, ralar ou espremer as frutas e legumes empregados não devem ser de metal. É conveniente prepara-lo com pouca antecedência da hora em que será servido e o recipiente em que for colocado deve ser bem tampado, a fim de evitar o contacto prolongado das vitaminas com o ar, cujo oxigênio pode promover a destruição em parte de algumas, o que redundará na diminuição do valor nutricional do ‘cock-tail’” (DIÁRIO MERCANTIL, 06/05/1951, p. 3).

Não é casual, a transcrição do conselho alimentar dado pelo serviço de nutrição⁷⁸ do SAPS. Considera-se instigante pensar no alerta dado pelas recomendações quanto à especificação do material a ser usado no preparo dos alimentos, para que se evitasse a oxidação. Contemporaneamente, a teoria dos radicais livres corrobora essa idéia. Pensa-se na contribuição das orientações relatadas pela nota transcrita acima, em uma época onde os meios de comunicação

⁷⁸ É necessário relevar o papel do SAPS ao introduzir as primeiras ações no Brasil no sentido de criar os cursos de Nutricionismo. Para maior aprofundamento ver a Tese de Livre Docência de Anna Maria de Castro do Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 1977.

eram, em sua maioria, restritos aos jornais e emissoras de rádio. Não havia a penetração nos lares de então, dos programas televisivos – que, às vezes, mais aterrorizam que orientam quanto às normas de saúde – e essa inexistência, consiste no valor desse conselho veiculado pelo jornal.

O SAPS/JF possuía também postos de subsistência, espécie de armazéns destinados a vender gêneros alimentícios a preços módicos, para a classe trabalhadora. Em Juiz de Fora e região esse serviço contava com oito postos (três instalados em bairros juizforenses e outros cinco nas cidades vizinhas de Bicas, Rio Novo, São João Nepomuceno, Lima Duarte e Santos Dumont). É unânime a opinião de pessoas que vivenciaram esse período, quanto ao auxílio dado pela existência desses postos na minoração de gastos com o orçamento doméstico.

Confirmando o movimento em torno dessa autarquia tão bem vinda ao povo de Juiz de Fora a fotografia mostra o vai-e-vem das pessoas em horário de refeições. O prédio encravado no centro da cidade e abrigando o multiculturalismo resultante da reunião de operários de diversos setores, comerciários, bancários, estudantes e alguns médios e micro empresários, preparava-se para mais um dia de atividade. Há gente que entra, que sai, que está por vir... Isso faz do local um ponto de encontro e inter-relações entre as pessoas da comunidade local e corrobora a idéia do seu espaço como ambiente de socialização apreendida nas vozes registradas nessa pesquisa.

Figura 13

SAPS no período de sua existência



Fonte: BASTOS, Wilson de Lima. Juiz de Fora: monografia, 1955.

Figura 14

Prédio do SAPS, hoje, local de funcionamento de seção da Previdência Social.



Fonte: Arquivo pessoal.

4.2. Um cabedal de recordações

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes formas de criação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.

(BAKHTIN)

Pesquisando as leituras de operárias em uma fábrica da periferia de São Paulo no período de 1970, Ecléa Bosi (2000, p. 95-6) infere que, “a escassa cultura livresca do operário restringe-o a poucas possibilidades de eleição para suas leituras”. Prossegue, afirmando sobre o ato da leitura: “ela ainda representa um gesto mais vigoroso, de maior empenho pessoal, que a recepção de um programa de TV ou de uma novela de rádio”. Bosi elenca uma série de dificuldades atuantes no empecilho da freqüência de operários às bibliotecas. Tais obstáculos têm sua gênese na extensa jornada de trabalho, na dificuldade de transporte, na moradia distante, na falta de centros recreativos e culturais, no salário gasto na sobrevivência. As reflexões pertinentes da autora permitem-nos algumas indagações. A existência de uma Biblioteca Popular e Sala de Música, acopladas ao Restaurante do SAPS, traduzia-se em ganho para os trabalhadores e comunidade juizforense, no período em que existiu? De que forma os trabalhadores e/ou a comunidade se apropriaram desse espaço? Quem o freqüentava com maior assiduidade? Teria a jornada extensa de trabalho contribuído para que o restaurante ficasse mais vivo na memória dos trabalhadores locais, que o espaço cultural? Os filhos dos operários se beneficiaram desse centro cultural? Para onde foi o acervo da biblioteca e da discoteca após a extinção em 1967? Essas instigações já explicitadas, anteriormente, conduziram à análise da riqueza de dados que se obteve a partir das falas de pessoas que freqüentaram o SAPS e seu espaço cultural. As similaridades entre esses atores consistem em suas vivências sobre o tema e o contexto histórico, permitindo a evocação de um rememorar coletivo. As especificidades de cada um, entretanto, permeiam essa memória com uma miríade de interpretações.

4.2.1. Fuad Yazbeck, a paixão pela leitura

A virtude paradoxal da leitura é de nos abstrair do mundo para nele encontrar algum sentido.

(DANIEL PENNAC)



“Visualizo na memória que, a biblioteca do SAPS tinha de 2000 a 2500 volumes. Quer dizer, não era pequena (...) A biblioteca costumava ter um ou uma bibliotecária, que se encarregava de ir recebendo as fichas, localizar o livro e fazer os cartões de empréstimo. E havia um outro funcionário, para organizar as mesas, os livros nas prateleiras, colocando-os na ordem adequada. Para a discoteca havia um funcionário específico. E, quando havia mais de um pedido - muitas vezes, havia dois, três pedidos - as pessoas entravam em fila e eram atendidas conforme a ordem de chegada” (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

Fuad Yazbeck,⁷⁹ era um freqüentador assíduo da Biblioteca Popular do SAPS. A facilidade da vizinhança contribuía para a freqüência de suas visitas ao local. Seu pai, um pequeno industrial pertencente à classe média, sempre procurou cuidar para que os filhos tivessem acesso à educação de qualidade. Entretanto, em uma família numerosa, fato comum no contexto em questão, a compra de livros

⁷⁹ Fuad Yazbeck é economista. Foi superintendente da Receita Federal em Juiz de Fora e secretário Municipal da Fazenda na administração 1997-2000. Em sua adolescência foi assíduo freqüentador da Biblioteca Popular do SAPS, em Juiz de Fora, tendo seu nome registrado no quadro de maiores leitores da instituição. Filho de família numerosa, afirma que não teria acesso aos livros e discos de que usufruiu em sua freqüência ao referido espaço cultural

variados ou de discos⁸⁰ era algo difícil. O gosto pela leitura floresceu em Fuad, desde a mais tenra idade e ele fez da Biblioteca Popular um de seus lugares preferidos, conforme mostra o registro:

(...) “Eu sempre fui um leitor muito ávido. Sempre li muito, desde pequeno. Mas é claro que, a biblioteca me facultava uma disponibilidade, muito mais ampla, porque ficava próxima de minha residência. Enquanto meu pai podia comprar para mim, naquela ocasião, um livro por mês. Na Biblioteca, eu tinha a minha disposição 1000 livros, dentre os quais eu podia escolher e ler à vontade. Isso me fascinava” (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

Além de fazer uso constante dos livros da referida biblioteca, Fuad infere sobre sua importância para os trabalhadores da cidade. Pelo fato de ser anexa ao local em que se fazia refeições, ela proporcionava ao operariado um maior acesso ao livro, à leitura e à música. Isso porque, segundo o entrevistado, o trabalhador

“podia aproveitar seu horário de almoço para ler os jornais locais e nacionais. Na biblioteca ele podia tomar emprestados livros e revistas. O empréstimo era por 10 ou 15 dias. O fato de fazer refeições em local anexo à Biblioteca facilitava a aquisição desses livros e revistas. No horário de suas refeições também podia subir ouvir música na discoteca. Era uma forma de relaxar e adquirir um pouco de cultura musical. Esse era o propósito. Pode até parecer um tanto utópico, mas, se considerarmos que o SAPS era um programa com abrangência nacional, pensa-se que poderia ter realizado um trabalho interessante na formação educacional e cultural do operário brasileiro” (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

Cumpram assinalar o alto índice de analfabetismo no Brasil de então, fato que, não desmerece a existência de uma política de incentivo ao refinamento cultural dos trabalhadores. Para os trabalhadores, esse espaço poderia atuar como facilitador da aquisição do hábito da leitura e do despertar pelo gosto musical. As memórias que emergem de Fuad pontuam sobre os preços da eletrola⁸¹ e dos discos, quase inacessíveis, para as pessoas de baixa renda. Fuad revela que,

⁸⁰ Os discos da época eram chamados Long Play e eram caracterizados por serem grandes. Hoje eles são, popularmente, chamados de “bolachões” e estão voltando ao mercado.

⁸¹ Aparelho usado na época para execução de discos de vinil.

“Nem o disco, nem a eletrola eram baratos naquela época. A maioria das pessoas só tinha rádio. O rádio era um equipamento acessível. Naquele tempo, um operário podia adquirir um rádio, mas não tinha condições de comprar uma eletrola. Ocorre que o rádio, limitava as pessoas a ouvirem o que ele oferecesse. E na Discoteca do SAPS essa limitação não existia... O ouvinte podia fazer a sua seleção. E a Discoteca pretendia, exatamente, oferecer a possibilidade de uma seleção que atendesse a diversidade de gostos. Esse era o propósito. Também era, assim, em relação à Biblioteca. Ainda que os jornais em circulação, na época, tivessem preços mais acessíveis, as pessoas das camadas populares compravam jornal uma vez ou outra. Ninguém tinha jornal todo dia... Isso era uma coisa rara. Só a classe média ou, média alta, podia ter acesso a esse tipo de hábito. O que a Biblioteca do SAPS nos proporcionava, nesse sentido, era um luxo. Mesmo hoje, esses serviços seriam bem vindos para grande parte da população de Juiz de Fora, que não tem acesso a livros, música, ou diários de notícia” (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

Além disso, várias outras atividades de incentivo à cultura eram desenvolvidas no local, conforme já demonstrado pelos registros da imprensa e de outros entrevistados. Fuad nos fala da existência de um coral infantil:

“Havia um coral do SAPS, um coral de meninos filhos de trabalhadores. Era um coral infanto-juvenil. Eram meninos, com idades que variavam entre 7, 8 anos até 15, 16 anos. Meninos e meninas. Ocasionalmente, aos domingos o SAPS oferecia a comemoração de algum evento. Eram atividades cívicas como comemoração do 7 de setembro, ou do dia do trabalho e ou quaisquer outras datas relacionadas a história do país e da cidade. Esses eventos eram promovidos ali no salão de refeições. Por várias vezes, eu assisti apresentações desse coral infantil” (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

O relato, acima, permeado por lembranças agradáveis à memória de Fuad⁸², traz em seu cerne a relevância da iniciativa de proporcionar aos filhos de trabalhadores o desenvolvimento de dotes musicais. Contemporaneamente, vêem-se ações dessa natureza levadas a cabo por ONGS⁸³, ou por Associações de Bairro,

⁸² A notícia desse coral foi confirmada pelo depoimento de outros entrevistados como Osvaldo Silva e Élzio Bruni. Lamentavelmente não se conseguiu na imprensa dados sobre esse coral que contivessem imagens para melhor recordá-lo.

⁸³ Organizações Não Governamentais.

ou por Entidades de Classe. Isso reflete a idéia de um certo distanciamento por parte do Estado, quanto à efetivação de políticas públicas voltadas para tais finalidades.

Dotado de um gosto literário eclético, Fuad recorda que, na Biblioteca Popular do SAPS/JF, leu toda a coleção de M Delly⁸⁴ Seu gosto pela leitura era, entretanto, diversificado, conforme diz:

“Eu lia tanta coisa. Adorava ler livros de aventura, Minha idade na época me levava ao entusiasmo por Alexandre Dumas: Os Três Mosqueteiros, O Conde de Monte Cristo... Também gostava dos autores americanos que escreviam aventuras sobre o desbravamento do oeste americano. Esse tipo de literatura acerca do faroeste mais profunda que os filmes exibidos pelo cinema sobre o assunto. Era esse o gosto literário da minha época, de um rapaz, de um jovem. Mas no SAPS havia também, os clássicos Machado de Assis, Eça de Queiroz.... Lá eu conheci, também, outros autores como Júlio Verne. Era uma biblioteca bastante variada que se dispunha a oferecer livros de lazer. Ah! Havia, ainda, Monteiro Lobato, um clássico. A gama de livros sobre Monteiro Lobato era variada indo dos livros infantis àqueles em que defendia o monopólio do petróleo” (ibidem).

A paixão pelos livros rendeu a Fuad um destaque, dentre os usuários da Biblioteca Popular, do qual se orgulha como mostra seu relato:

“O que eu me lembro é que eles tinham lá, um quadro de leitores: os maiores leitores, ou os maiores freqüentadores. E numa ocasião me pediram um retratinho para colocar nesse local de honra. Assim entrei para a galeria dos leitores mais assíduos. Era um quadro que ficava na entrada. Os leitores mais assíduos tinham retrato e seu nome em destaque ali. Era uma espécie de concurso pra ver quem lia mais. Era um incentivo à leitura e o povo gostava daquilo” (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

Os dizeres citados convergem com o que já se destacou nos dados obtidos em fontes jornalísticas que destacam notícias de concursos de escritores infanto-juvenis promovidos pelo SAPS. Constata-se dessa forma que o projeto de

⁸⁴ Dois irmãos franceses autores de romances famosos mundialmente. Ambos assinavam M. Delly. Seus romances embalarão as leituras da juventude nos anos 50 e 60. A professora catarinense Dra. Maria Tereza Santos Cunha, da Universidade Estadual de Santa Catarina fez em sua tese de doutoramento um estudo sobre a obra de M Delly.

alimentação e cultura da autarquia prestava um serviço ao incentivo da leitura e escrita.

Quanto à interrupção dos serviços prestados pelo SAPS, Fuad lamenta, porque acredita que seu funcionamento poderia contribuir para uma “política de socialização do operário pela via da cultura”. Além disso, pondera sobre o fator de agregação que o local poderia encerrar. Assim sendo, na sua visão os trabalhadores poderiam se apropriar do local até mesmo para reuniões político-partidárias, aliadas à oportunidade de compartilhar refeições e lazer com seus congêneres. Nessa direção, eles poderiam, através da cultura, partilhar um mundo novo onde a sobrevivência não fosse a única demanda. Também calcado nesses pilares, Fuad lamenta que o SAPS tenha sido extinto, pois a continuidade de sua política poderia ter gerado para a contemporaneidade um “centro difusor de alimentação e cultura para a classe operária, ainda que,” o propósito político tivesse sido uma ferramenta da implantação da política trabalhista de Getúlio”.

4.2.2. Affonso Romano, um poeta



“Agosto está terminado e nos deixa a sós com nossos cadáveres (...) Ao pé da estátua de Getúlio Vargas as facções de Brizola e Ivete Vargas se cruzaram, cada uma puxando uma tibia para si” (SANT’ANNA, Affonso Romano, 1987, p. 109).

Affonso Romano de S'Antanna nasceu em Belo Horizonte, em 1937, em berço pobre. Da cidade de Juiz de Fora, onde viveu sua infância e adolescência no entorno dos anos 50, ele recorda:

“A cidade tinha umas cem mil pessoas. Como destaque no setor de comunicações havia: a Rádio Industrial, a Rádio PRB-3, o Diário Mercantil (dos Associados) e a Gazeta Mercantil (onde comecei a escrever adolescente ainda). Para entretenimento da população existia o majestoso Cine Central. Os grandes colégios eram o Granbery e a Academia de Comércio, sempre em disputa esportiva e nos desfiles de 7 de setembro” (AFFONSO, SANT'ANNA, ENTREVISTA).

Afonso trabalhou, desde cedo, para contribuir no orçamento familiar. Assim, ele afirma que “pegava marmita no SAPS para uma família que morava na rua Padre Tiago, em São Mateus”. Talvez, essa atividade lhe facilitasse o exercício da leitura, na medida em que, tendo que ir ao SAPS para pegar as marmitas, ele aproveitava a viagem para tomar livros como empréstimo. Affonso não era vizinho do SAPS e, como ele próprio diz, “era uma longa viagem, mas valia a pena”. O dizer de Affonso é sintomático daqueles que são acometidos pela paixão da leitura. O sacrifício da caminhada é recompensado por páginas vertidas em viagens, em sentimentos, em diálogo, em reflexão, em aprendizado e aumento da capacidade de compreender, tudo isso, propiciado pela leitura.

Adolescente leitor, Affonso acompanhava o noticiário político de Juiz de Fora e do país. Na sua memória juvenil “ficou a idéia de que Dilermando tinha sido um bom prefeito e que Olavo Costa era mais populista”. Também recorda que “foi por aí que Clodesmidt Riani começou sua carreira de sindicalista”. Ele afirma ter visto

“Vargas num de seus comícios. Vi, também, o Dutra em comício a que meu pai me levou na praça lá na Estação⁸⁵. Acompanhava os

⁸⁵ A Praça da Estação em Juiz de Fora é, tradicionalmente, escolhida por políticos como local para seus comícios. Também foi palco de manifestações de grevistas na Primeira República.

fatos políticos relevantes ao país, através da Rádio Nacional, da Rádio Globo e da Rádio MEC. Também os acompanhava pelos jornais do Rio. A morte do Getúlio, por exemplo, foi um trauma no país, mas, sobretudo, em Juiz de Fora, que era uma cidade de operários. Registrei num poema '24 de agosto de 1954', o que foi isto para mim" (AFFONSO S' ANTANNA, ENTREVISTA).

Ao descrever suas lembranças sobre o SAPS e sua Biblioteca Affonso ressalta:

"Era um prédio moderno, ali para os lados de onde era o Sport Club. Um enorme galpão onde era o restaurante e na parte da frente, em cima, a biblioteca. Eu a freqüentava, porque a Biblioteca Pública no Parque Halfeld era desatualizada, tinha um ar de coisa velha. A do SAPS era moderna, limpa e tinha livros mais recentes. Eu procurava sobretudo poesia, os modernistas: Cecília; Drummond; Bandeira. Também Dostoievski; Dom Casmurro; ensaios como "A poética de Olavo Bilac"; Affonso de Carvalho; "A cidade e as Serras" de Eça; "Invenção de Orfeu" de Jorge de Lima; "Panorama da poesia brasileira" de Fernando Ferreira (onde descobri a Geração 45); livros de psicologia de Mira y Lopes e o 'Jean Christophe' em cinco ou seis volumes de Romain Rolland" (AFFONSO SANT'ANNA, ENTREVISTA).

No que diz respeito à Discoteca, Affonso lembra que a freqüentou, vez por outra, deixando claro que sua preferência musical sempre foi pela "música clássica, especialmente, a barroca". Pensa que "de alguma maneira, o espaço cultural do SAPS/JF teve influência em minha formação cultural".

4.2.3. Osvaldo Silva e a vida de grandes homens



“Meu pai gostava tanto de política, que saiu de Juiz de Fora e foi ao Rio de Janeiro para falar com Getúlio Vargas. Chegando ao Palácio do Catete Conseguiu ser recebido pro Getúlio. Ele contava isso emocionado” (OSVALDO SILVA, ENTREVISTA)

Osvaldo Alves Silva tem hoje 72 anos e é advogado aposentado da antiga Rede Ferroviária Federal. Seu pai possuía uma barbearia no centro de Juiz de Fora, local de concentração masculina. Era comum, à época, que os homens fizessem a barba em estabelecimentos comerciais próprios para esse fim. Pelas palavras de Osvaldo era um negócio bem sucedido:

“Meu pai era barbeiro. Ele era dono da maior barbearia de Juiz de Fora. Foi a primeira barbearia com calista para homem, manicure. Era um salão muito bem equipado e freqüentado pela nata de Juiz de Fora freqüentava lá. Havia, na cidade, dois salões: o salão Jabour e o salão Palace, que era o do meu pai. O meu pai era metido a político.. Na sala lá de casa, tinha um retrato grande do Getúlio Vargas. Papai adorava o Getúlio Vargas. Lá em casa havia, constantemente, grande quantidade de carro de político. Isso era o dia inteiro...” (OSVALDO SILVA, ENTREVISTA).

Oswaldo se insere entre os entrevistados que moravam nas vizinhanças do SAPS. Sua fala revela:

“Eu morava na rua Barão de Cataguases - fui criado na Barão de Cataguases –Próximo a rua onde morava havia um terreno grande, que ia da Avenida dos Andradas e terminava na rua Santo Antônio. Esse terreno era alugado para circos, para parques. Eu me lembro, muito bem, que o último circo que esteve ali foi o Circo Nacional. Eu estou usando a memória, mas isso tem coisa de 60 anos. Eu não esqueço disso, porque tinha um tio de um amigo, que era policial. Na porta do circo ficavam o porteiro e um policial. Aproveitando o parentesco do meu amigo nós ficávamos na porta do Circo Nacional esperando que acabasse o movimento. O policial tio do meu amigo fazia a gente entrar para assistir ao espetáculo. Se não me falha a memória, foi o último circo ali antes da construção do SAPS: o Circo Nacional. Aí começou a construção do SAPS. Fizeram a parte da Avenida dos Andradas, de dois andares. Depois um galpão enorme, que ficava na rua Santo Antônio e era de alvenaria. Nele seriam os depósitos de alimentos. Quanto ao restaurante, ele era muito bom, muito higiênico... precisava ver!” (OSVALDO SILVA, ENTREVISTA).

Ele se lembra com detalhes da organização da Biblioteca, dos livros que leu e do funcionamento da Discoteca e do Restaurante Popular. Em sua lembrança relata:

“Os livros eram encadernados em azul. A cor do SAPS era azul e bege. Mas os livros não seguiam aquele azul do SAPS (azul claro). Eles eram quase... azul marinho. E, ali, eu tomei conhecimento de Machado de Assis, Eça de Queiroz... Naquele tempo tinha uma facilidade: a gente pegava os livros e tinha não sei se uma semana ou, dez dias para entregar. Podia levar para casa. Assinava uma fichinha e depois devolvia. Houve um livro, que era do tipo desses de auto-ajuda (nem se falava em auto-ajuda naquela época) que muito me marcou. Era de um autor americano Napoleon Hill. Era um livro grosso dividido em 6 ou 8 capítulos. Eu gostei tanto desse livro que, há pouco tempo, a Heloisa⁸⁶ viu em um sebo e comprou pra mim. Ele contava a vida dos grandes americanos como Ford, Rockfeller, todos esses grandes homens. Na minha adolescência eu fiquei encantado com aquilo - subir na vida.... Eram 6 ou 8 capítulos e eu nunca mais esquecia deles. Eu lia, depois buscava de novo, tornava a ler. Devo muito à Biblioteca do SAPS, quanto à minha predisposição para leitura” (OSVALDO SILVA, ENTREVISTA).

⁸⁶ Esposa do Senhor Oswaldo.

Em relação à estrutura física da Biblioteca ele nos fala: “tinha uns 80 metros quadrados pintados de azul, onde ficavam uns 3 ou 4 fichários. Uma moça e um rapaz atendiam a gente muito bem” (OSVALDO SILVA, ENTREVISTA).

Aprova a política varguista idealizadora do SAPS, colocando como, feliz, a junção entre restaurante e biblioteca. Ele afirma que

“Era um espetáculo o restaurante. Lindo, bem arejado, era um espetáculo! E tinha a biblioteca, que era no segundo pavimento, dando para Avenida dos Andradas. Nós íamos lá, eu estava na fase de transição para a adolescência. Foi ali que eu tomei conhecimento de obras da literatura brasileira e portuguesa, sem dúvida, os maiores destaques do acervo, apesar da existência de outras obras” (OSVALDO SILVA, ENTREVISTA).

4.2.4. José Sinfrônio, um leitor saxofonista



“Sou muito procurado para apresentações de saxofone. As pessoas se espantam em me ver, com 80 anos, tocar um instrumento de sopro” (JOSÉ SINFRÔNIO, ENTREVISTA).

José Sinfrônio da Silva, atualmente com 80 anos, começou sua vida ainda adolescente. Aos 14 anos, foi trabalhar na Companhia de Fiação e Tecelagem

Industrial Mineira⁸⁷, onde ficou até se aposentar. Formou-se em Técnico em Contabilidade; Administração de Empresas e Direito. Apaixonado por música, elegeu o saxofone como o instrumento para sua aprendizagem musical. Fez exame na Ordem dos Músicos do Brasil e, a despeito da idade, atua como integrante da Orquestra Filarmônica da cidade. Casou-se com D. Lucy e é pai de 5 filhos. Enviuvou e atualmente tem uma namorada, “mas, cada um mora em sua casa”.

O exaustivo trabalho de José não o impediu de freqüentar a Biblioteca Popular do SAPS. Também fez uso do Restaurante onde jantava todos os dias, após o expediente. Sua referência sobre o Restaurante Popular mostra que ele “atendeu muito bem à classe operária de Juiz de Fora, inclusive, a mim e aos meus colegas”. E acrescenta: “nós sempre o utilizamos para almoço e jantar, porque naquela época nós estudávamos a noite”. Nesse sentido ele ainda afirma: “o SAPS nos ajudou muito a mim e a outros mais”. A ajuda explicitada por José se devia aos serviços prestados: “uma alimentação muita boa, o atendimento bom, música, biblioteca e as pessoas que trabalhavam lá, quer dizer os funcionários nos atendiam com muita dedicação”.

Em suas recordações sobre a Biblioteca Popular do SAPS diz José:

“Olha! Eu me lembro de ter adquirido alguns livros lá. Eu devolvia, rapidamente, porque tinham aquelas datas estabelecidas em um cartão. Cada um que pegava o livro assinava. E tinha aquele cartão que ficava lá com o nome da pessoa, de onde ela era. Tudo era muito organizado” (JOSÉ SINFRÔNIO, ENTREVISTA).

Dentre as leituras feitas, à época, destaca:

“Eu lembro que li um livro de Malba Tahan. Além disso, pegava como empréstimo muitos livros técnicos usados no curso de Contabilidade – livros da Fundação Getúlio Vargas. A Biblioteca os disponibilizava. Ela ajudou a mim, e aos meus colegas, no incentivo ao gosto pela leitura e na aquisição de livros que, sendo caros, não nos eram acessíveis” (JOSÉ SINFRÔNIO, ENTREVISTA).

⁸⁷ Ele esclarece que a Cia. era a antiga Fábrica dos Ingleses e que chegou a conhecer alguns deles.

Freqüentando o SAPS, José Sinfrônio, essa pessoa sensível, apaixonada e apaixonante, não pode deixar de relevar a importância da Discoteca para os usuários do local. Recorda que:

“Em fins da década de 40, eu era solteiro e ainda estudava. Minha residência era em Francisco Bernardino. Eu tinha que vir cedo para trabalho e de lá para o curso secundário. Então, jantava no SAPS. E jantava ouvindo música. Eu gosto muito de música, tanto que toco saxofone. Ouvia no SAPS músicas como ‘*Moon Light Serenade*’ e ‘*Carinhoso*’, que estavam em voga na época” (ibidem).

A extinção do SAPS para José “fez muita falta”. Porque o trabalhador ficou sem um local como aquele que “despertava a vontade de ler, de ter gosto pela música e que, ao mesmo tempo, era restaurante” “Porque, ali, era tudo junto: você ia almoçar e podia pegar um livro, e podia ouvir música” (ibidem).

4.2.5. Leila Barbosa, uma voz feminina



“Considero da maior importância, um trabalho como esse que você está fazendo, porque enfatiza a importância da leitura” (LEILA BARBOSA, ENTREVISTA)

Leila Fonseca Barbosa representa o universo das leitoras femininas que freqüentavam a Biblioteca. Sempre ligada aos livros e à leitura, Leila lecionou no Curso de Letras da UFJF as cadeiras de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura. Tem livros publicados, é uma das coordenadoras do Museu de Arte Moderna da UFJF e pertence ao programa “Viva Leitura” implementado pela atual gestão do Ministério da Cultura. Foi freqüentadora da Biblioteca Popular do SAPS, em sua juventude, fato que justifica com os dizeres:

“Eu achava a Biblioteca do SAPS, uma das melhores de Juiz de Fora, pelo seu conteúdo. É importante frisar que, a Biblioteca do SAPS não tinha só, autores brasileiros. Os grandes autores mundiais, também, estavam em seu acervo. Alguns deles eu fiz questão de ler, especialmente, os romances famosos desses autores. Depois, tinha a vantagem de essa biblioteca ser perto da casa da minha avó e como eu a visitava sempre - gostava muito da casa da minha avó – em particular, quando chovia em Juiz de Fora Isso, porque a rua em que ela morava virava um rio. Como nós gostávamos! Começava a ameaçar chuva e eu que morava no Alto dos Passos pegava um bonde e vinha pra casa da minha avó. A enxurrada que corria pela rua era o incentivo para nossas brincadeiras com barcos de papel. Nessas vindas à casa de vovó eu aproveitava e buscava os livros da biblioteca do SAPS para ler. Tinha uma preocupação muito grande em não ultrapassar os prazos de devolução, para não precisar pagar multa” (LEILA BARBOSA, ENTREVISTA).

Oriunda de uma família onde a leitura era habitual, Leila expressa essa influência ao enfatizar: “minha família toda sempre foi muito voltada para a leitura”. E continua dizendo: “meu pai lia, minha mãe lia muito também”. A família, de um modo geral, cultivava o gosto pela literatura. Leila⁸⁸ é sobrinha neta de Belmiro Braga, o poeta juizforense que se tornou o Patrono da Biblioteca Popular do SAPS.

Quanto ao seu gosto literário, relativo ao período em que freqüentava a Biblioteca do SAPS, Leila destaca que tomou “conhecimento, por exemplo, dos

⁸⁸ Leila elegeu como tema de sua dissertação de Mestrado a vida e obra de seu tio Belmiro Braga. Esse fato a levou a interessar-se pela pesquisa sobre história da literatura em Juiz de Fora e a publicar em co-autoria com Marisa Timponi o livro “Letras da Cidade”.

autores nordestinos como, todos os livros de Graciliano Ramos”. Também leu grande parte de autores da literatura brasileira.

Em relação aos freqüentadores da Biblioteca, Leila é enfática quanto à interação social promovida nesse espaço. Segundo Leila:

“A Biblioteca Popular era freqüentada por muitas pessoas conhecidas minhas. Vários de meus colegas do ensino médio e, até mesmo, da faculdade, freqüentavam esse espaço. Mas ele era, também, freqüentado por outras pessoas, que a gente via que eram da classe trabalhadora. Muito freqüentada mesmo. Às vezes, eu já cheguei a entrar em fila pra pegar livro. Morro de pena da biblioteca do SAPS ter acabado. Porque era um local que permitia aos trabalhadores, aproveitar seu horário de almoço para buscar livros e lê-los em sua hora de lazer... Depois do almoço eles tinham tempo razoável de descanso. Nesse intervalo eles iam pra biblioteca e ficavam lendo ou pegavam livros para levar para casa. Eu achava aquilo muito interessante” (LEILA BARBOSA, ENTREVISTA).

Um fato curioso narrado por Leila e que, de certa forma, foi providencial⁸⁹ para esse estudo é referente à freqüência de seu marido, José Carlos Barbosa, à Biblioteca Popular. Eles não se conheciam, nesse período, e ambos eram usuários do local. José Carlos, também adepto do hábito da leitura, tomava sempre livros emprestados na Biblioteca. A narrativa de Leila ilustra o acontecimento:

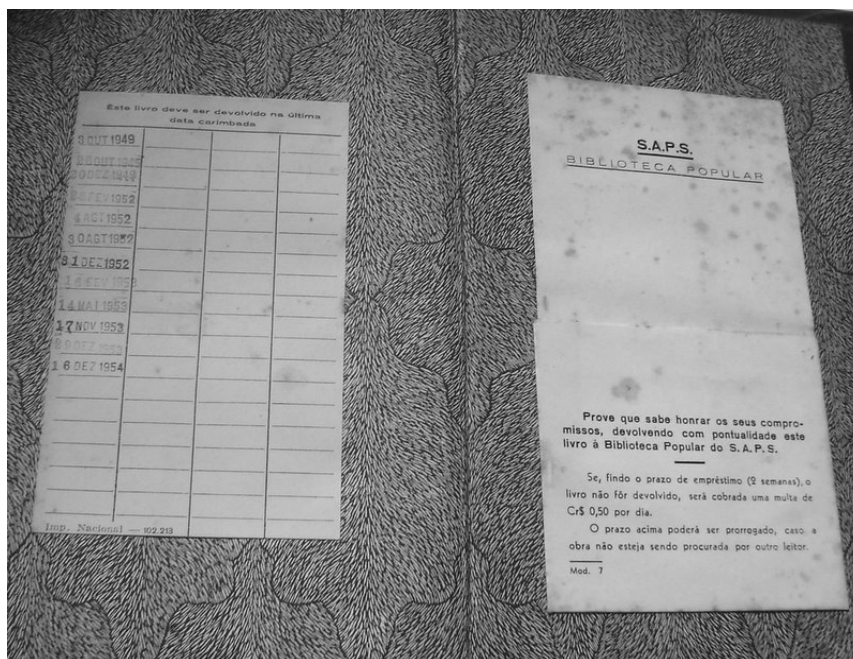
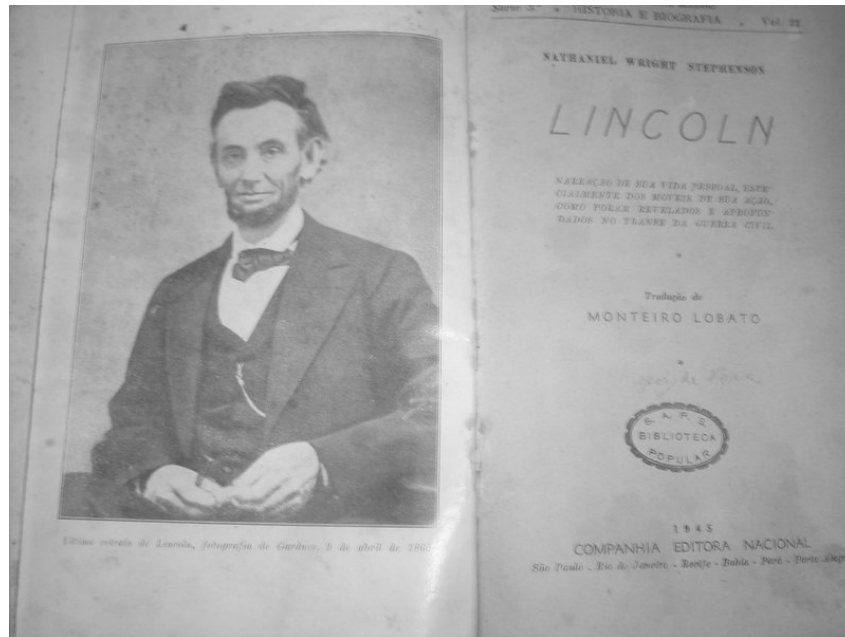
“O Zé Carlos, também, foi um freqüentador dessa biblioteca. Ele estudava na Academia, na época, e freqüentava o local com seus colegas. Ele morava por perto e isso facilitava. O Zé Carlos lia muito (acho que ele leu a biblioteca toda) e ele lembra de várias coleções. Uma das coleções que ele gostava muito era a dos grandes nomes, ou seja, os livros que contavam a vida de personagens históricas. O fato inusitado, é que ele tem um livro dessa biblioteca. Ele pegou para ler o livro, cujo teor é a biografia do Lincoln⁹⁰ Ele o trouxe para casa e segundo ele, quando foi devolver, o SAPS estava fechado. Isso ocorreu em dezembro de 1954, ano da morte do Getúlio. E esse livro ficou com ele até hoje” (ibidem).

⁸⁹ Tendo em vista que o acervo da Biblioteca desapareceu.

⁹⁰ Presidente dos EUA, cuja origem humilde despertava admiração e curiosidade entre os jovens.

Figuras 15 e 16

Foto do único livro encontrado pertencente ao acervo da biblioteca popular.



Fonte: Arquivo pessoal, Leila Barbosa.

Ocorre que, nesse período, segundo Riani, Bruni e Jacometti, o SAPS estava passando por uma reforma em sua estrutura física. Essa deve ter sido a razão, pela qual, José Carlos não tenha conseguido devolver o livro. A fotografia dele é, o único resquício, do que foi uma Biblioteca tão diversificada em conteúdo, conforme os depoimentos afirmaram.

Leila freqüentou o restaurante apesar de não pertencer à classe trabalhadora. Em seu recordar ela diz: “Cheguei também a almoçar no SAPS, porque como freqüentadora da biblioteca a gente tinha, também, acesso ao restaurante. E eu cheguei a almoçar lá, vez por outra. A comida barata e muito boa”.

Confirmando seu envolvimento em projetos de incentivo à leitura, Leila expressa seu desejo de um Brasil onde as pessoas tenham acesso à educação e aos livros. Nessa direção, ressalta o vácuo deixado pela interrupção de uma política como a do SAPS, em que a necessidade de alimentação se acoplava à necessidade cultural. E finaliza: “acho é uma pena, que nos dias de hoje não ocorra esse tipo de iniciativa governamental ou, uma política desse nível” (ibidem).

4.2.6. Os funcionários do SAPS

Quantos homens já não iniciaram uma nova era em suas vidas ao ler um livro?

(THOREAU)

4.2.6.1. Laiz Velloso: recreação e cultura



“Juiz de Fora nunca teve muitos pontos turísticos. Naquela época, o costume era pegar o bonde e ir até a Fábrica José Vaz tomar a famosa guaraná” (LAIZ VELLOSO, ENTREVISTA).

O senhor Laiz Velloso era diretor do SERAC⁹¹ (Serviço de Recreação e Cultura para a classe operária) O primeiro a ocupar esse posto em Juiz de Fora. Sua visão corrobora os artigos de jornal que enalteciam o papel do SAPS e de suas atividades culturais para a comunidade de Juiz de Fora. Em seu dizer,

“O SAPS deu forte contribuição em favor da classe trabalhadora, seja no setor de alimentação, seja no setor cultural, através da instalação da biblioteca e da sala de música. Elas eram bem freqüentadas na época por várias pessoas da comunidade local. O SAPS deixou saudades! Foi uma iniciativa governamental, que veio ao encontro da aspiração da classe trabalhadora de Juiz de Fora” (LAIZ VELLOSO, ENTREVISTA).

Confirmando dados já coletados, Laiz fala do empenho do deputado petebista Jarbas de Lery Santos, em trazer o SAPS para Juiz de Fora. Assinala a importância do SERAC, presidido naquele período, a nível nacional, por Arnaldo

⁹¹ Quando o SAPS foi extinto Laiz passou a ser funcionário do Ministério do Trabalho em Juiz de Fora. Nesse órgão galgou o posto de Delegado do Trabalho. Ele também é jornalista

Sussekini. Em Juiz de Fora, conta Laiz, ainda que os serviços fossem modestos, o SERAC desenvolveu atividades importantes. Era intuito, desse órgão, permitir chances dos trabalhadores se qualificarem. Os cursos de alfabetização de adultos e corte e costura tinham, segundo Laiz, esse viés. A interrupção da proposta do SAPS abortou tais iniciativas. A foto a seguir, cedida pelo arquivo pessoal de Laiz Veloso, mostra a entrega de certificado de um curso realizado nas dependências da Biblioteca Popular. Infelizmente, o entrevistado não tem referências sobre a finalidade desse curso. Também não se encontrou qualquer alusão a ele em outras fontes.

Figura 17
Registro de curso para trabalhadores realizado nas dependências da biblioteca popular do SAPS



Fonte: Arquivo pessoal Laiz Velloso.

A fala de Laiz não difere das demais no que tange aos benefícios trazidos pelo SAPS para Juiz de Fora. Lembrando a boa comida do Restaurante Popular -

balanceada pela orientação de nutricionistas - ele lamenta o fim da instituição dizendo:

“Na época, alegou-se que, a direção geral estava infiltrada pelos comunistas. Eu acho que, se fosse esse o motivo a direção nacional do SAPS poderia ter sido destituída, mas os serviços prestados à classe trabalhadora não deveriam ter sido interrompidos. O fechamento impediu a mim e outros trabalhadores de freqüentar o bandejão pagando um preço módico” (LAIZ VELLOSO, ENTREVISTA).

4.2.6.2 - Geraldo Jacometti: comandando o Posto de Subsistência



“Os sindicatos eram muito organizados. Eu fiz parte do sindicato têxtil, entre 1937 e 1938. Naquela época o presidente do sindicato era um trabalhador como os outros. Ele não vivia do cargo de presidente do sindicato, como é hoje. Nós reuníamos à noite, e também nos fins de semana” (GERALDO JACOMETTI, ENTREVISTA).

Quando foi criado em Juiz de Fora o primeiro Posto de Subsistência do SAPS, Geraldo Jacometti se tornou seu gerente. Ele tem hoje 85 anos de idade e está casado há 60 anos com Maura Jacometti. Suas nítidas recordações o remetem a dizer que:

“A instalação do SAPS, em Juiz de Fora, foi iniciada em agosto de 1944, com o posto de subsistência na Avenida dos Andradas. Ele funcionava anexo a fábrica têxtil Ferreira Guimarães, no Morro da Glória. E depois, em 1948, em outubro, inaugurou-se o restaurante popular, que veio atender à classe trabalhadora” (GERALDO JACOMETTI, ENTREVISTA).

A respeito dos serviços prestados pela autarquia, completa Geraldo:

“Tinha o funcionamento da biblioteca, da discoteca, que eram muito freqüentadas. Não só esses dois espaços, mas o restaurante, também. Cada freqüentador tinha um cartão e havia dois preços - um preço fixo de cinco cruzeiros⁹² e o preço de quatro cruzeiros para aquelas pessoas que compravam para o mês todo. A freqüência era muito grande. Os trabalhadores foram muito beneficiados com o Serviço de Alimentação da Previdência Social de Juiz de Fora” (ibidem).

Ao tratar do incentivo à leitura e à música, efetivado pela política de uma Biblioteca e uma Discoteca Popular, diz Geraldo:

“Eram muito freqüentadas, tanto a biblioteca, quanto a discoteca. O pessoal vinha fazer leitura e ouvir discos. Havia livros importantes na Biblioteca. Não sei o destino dado, aos livros e discos, depois que foi desativado o SAPS. Onde colocaram os livros da biblioteca e os discos da discoteca? Era uma política muito importante, pois incentivava os trabalhadores, os estudantes e a comunidade, em geral, a ler cada vez mais e a desenvolver o gosto pela música” (ibidem).

⁹² Esse preço de cruzeiros é o que aparece nos jornais da época. No entanto, Élzio Bruni afirmou que o preço era de um cruzeiro e vinte centavos. Supõe-se que essa divergência consista no fato da comparação do cruzeiro com o real. Os cinco cruzeiros daquela época tomando como parâmetro o salário mínimo vigente de cada período equivalem a, aproximadamente, 1 real e vinte centavos hoje.

Figura 18
Celebração do Natal entre os funcionários do SAPS /Juiz de Fora



Fonte: Arquivo pessoal Geraldo Jacometti.

A referência de Geraldo ao governo Vargas revela um sentimento de admiração. Esse sentimento pode ser captado em suas palavras a seguir:

“O governo Vargas foi o que mais ajudou a classe trabalhadora brasileira. Todas as leis, que hoje vigoram no país - algumas aperfeiçoadas posteriormente - foram criadas no governo Vargas. Ele era um governante voltado para o trabalhador. Getúlio tinha toda intenção de ajudar o trabalhador. Foi em seu governo que foi criada a carteira profissional, instituídas as 8 horas diárias de trabalho, e também, os institutos todos. Porque cada categoria tinha o seu instituto, que era muito bem organizado, muito bem administrado” (GERALDO JACOMETTI, ENTREVISTA).

Revolta-se ao falar do fechamento da instituição que, levou a reboque, os Postos de Subsistência, afirmando: “o trabalho do SAPS, era importantíssimo, era um trabalho patriótico da parte de seus os funcionários”. Enfatiza que, “não tinha falcatrua, o agente, em Juiz de Fora, Álvaro Silveira, era um homem muito correto, honesto, trabalhador e dinâmico”. E faz um alerta:

“O SAPS cresceu muito. Quando a instituição foi desativada possuía um acervo de **três trilhões de cruzeiros, quantia que**

representava uma fábula⁹³. O SAPS tinha restaurante em todas as capitais do Brasil e postos de subsistência espalhados pelo país todo. Tais atividades atendiam a classe trabalhadora, com preço de custo acrescido, apenas, de 10%. Isso era um ganho monetário para o trabalhador” (ibidem).

Revertendo os valores citados ao contexto monetário da época, há que se concordar com o ponto de vista defendido por Geraldo. Era um patrimônio considerável, dissolvido entre os Ministérios do Trabalho, Previdência Social e Agricultura.

4.2.7. A visão administrativa

Onde se queimam livros cedo ou tarde se queimam homens
(HEINRICH HEINE)

4.2.7.1. - O ex-prefeito Mello Reis



“Eu me lembro do árduo trabalho do deputado Jarbas de Lery Santos para conseguir a vinda do SAPS para Juiz de Fora. Ele era pai do Mário Helênio, destacado cronista desportivo, dos Diários Associados” (MELLO REIS, ENTREVISTA)

⁹³ Grifos meus.

Francisco Antônio de Mello Reis pertence a uma tradicional família de Juiz de Fora. No interstício da existência do SAPS na cidade, ele ainda não havia ocupado o cargo de prefeito do município. Buscou-se em sua fala a visão do administrador público, mas sobretudo, a do morador das adjacências da instituição em foco. Referindo-se às instalações do SAPS, na cidade, ele conta que:

“Ali, anteriormente, funcionou uma grande mecânica de Juiz de Fora, que era a Mecânica do Jorge Grande. Nesse local foi instalado o SAPS. Ele era freqüentado não só por trabalhadores, mas também, por famílias de classe média. O caráter impositivo do governo Vargas, especialmente a partir de 1937, quando da instalação da ditadura, não obscurece a série de conquistas obtidas pela classe trabalhadora no período. Apesar de ter sido uma ditadura - e agente não está aqui fazendo a apologia dela - não se pode negar as conquistas que a classe trabalhadora teve nesse período” (MELLO REIS, ENTREVISTA).

A fala do ex-prefeito da cidade permite que se compreenda o SAPS como um local de interação comunitária. Também nos remete a idéia de que, a classe trabalhadora obteve ganhos materiais no período, não obstante o caráter autoritário do governo. Mello alerta, ainda, para o caráter combativo da classe trabalhadora juizforense, afirmando:

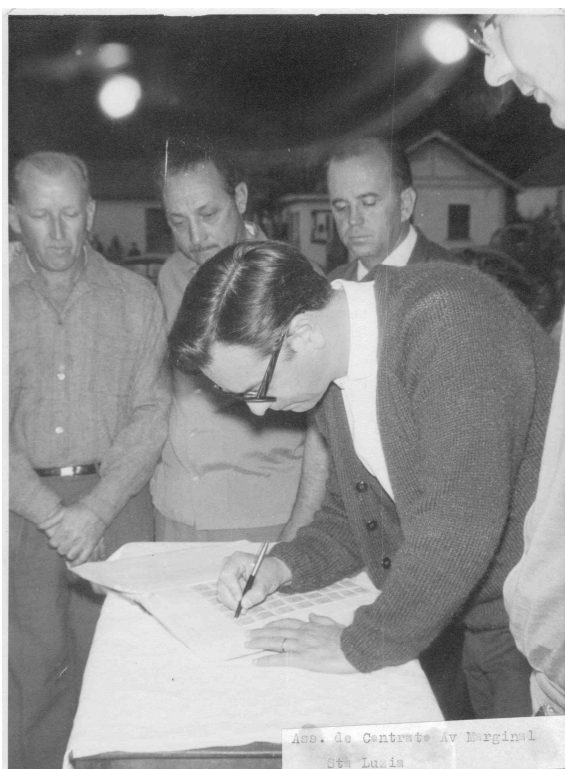
“Juiz de Fora, foi tida como uma das maiores cidades industriais do Brasil. Aqui, já havia um movimento sindical muito fortalecido, desde praticamente, o final do século XIX. A diferença que nós temos para outras cidades mineiras de grande porte - como Uberlândia, por exemplo, que até hoje ainda têm a sua economia muito pautada no comportamento rural - é essa estrutura urbana de luta de classes. Estrutura, essa, que era uma tradição em Juiz de Fora. Tanto que, Juiz de Fora sempre foi uma cidade muito politizada” (ibidem).

Sobre as instalações do SAPS, ele detalha que “eram moderníssimas, primavam pela limpeza e as refeições eram balanceadas por nutricionistas”. Coloca nesses quesitos, as razões para que “a classe média juizforense, mesmo com suas peculiaridades de burguesia, freqüentasse, assiduamente, o local”.

Atribui ao SAPS uma política paliativa, quando na realidade, os governos brasileiros deveriam efetivar uma distribuição de rendas mais eqüitativa. Concorda com o valor da instituição de políticas, como a do SAPS, mas faz uma ressalva.

Esse tipo de solução é intermediária, não definitiva. Eu acho que, quando o país tiver um equilíbrio no rendimento da sua população e as pessoas que puderem ganhar para ter, ao menos, uma vida digna, uma política como a dos restaurantes populares, não seja mais necessária”(ibidem).

4.2.7.2 - O ex- presidente Itamar Franco



“Mesmo em tempos de governo federal arbitrário, procurei fazer uma administração municipal que contemplasse aquilo que a população de Juiz de Fora reivindicava” (ITAMAR FRANCO, ENTREVISTA)

Itamar Franco era prefeito de Juiz de Fora por ocasião do fechamento do SAPS na cidade. Sua escalada política o leva a ocupar o mais alto posto administrativo do país, o de presidente da República, cargo do qual saiu com uma grande aprovação popular.

Sobre a extinção do SAPS no período em que administrava a cidade, Itamar disse ter lamentado o ocorrido. Acrescentou que a reação ao desmando do governo militar era mais velada que explícita, devido à certeza das retaliações aos possíveis protestos. São suas as palavras:

“Foi ruim, para a classe trabalhadora e para a cidade, assistir ao fechamento do SAPS. O Restaurante Popular, sua Biblioteca e Discoteca eram serviços valiosos para a comunidade. Entretanto, eu como prefeito não podia fazer nada, pois, a vigência de um governo arbitrário tolhia toda e qualquer reação. Em contrapartida, procurei dar a Juiz de Fora, uma administração que solucionasse os problemas que mais a afligiam na época” (ITAMAR FRANCO, ENTREVISTA).

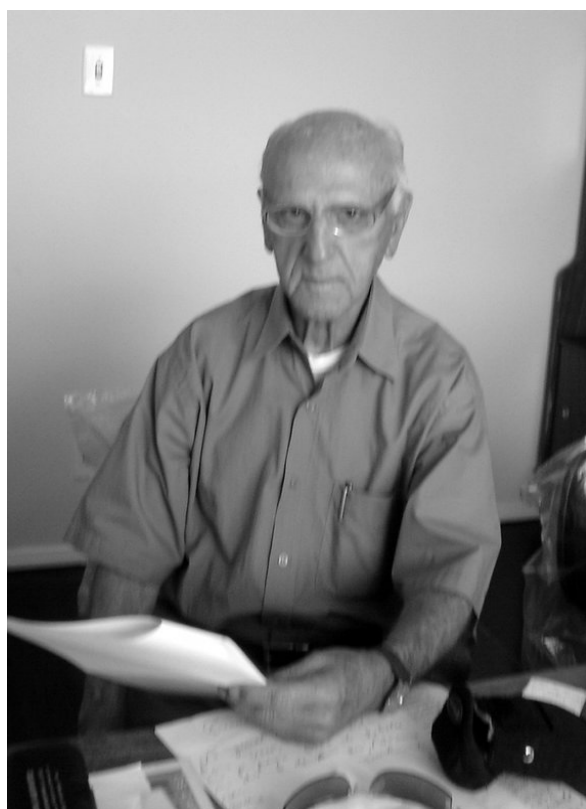
Essa tímida atitude, contraditória, aos sentimentos de revolta - que se pode ler nas entrelinhas dos artigos de jornais, ou captar com clareza nos depoimentos dos entrevistados - é compreensível. O medo da retaliação justificável pelas cenas de prisões arbitrárias, exílios e censura aos órgãos de imprensa, falou mais alto que a vontade de protestar contra a interrupção de um serviço representativo de ganho material para a classe trabalhadora e comunidade juizforense. Dessa forma, o SAPS e suas atividades saem do cotidiano de Juiz de Fora sem muito alarde, mas deixando na comunidade e em quem o freqüentou um sentimento de boas lembranças. Rememorando essas lembranças, pode-se sentir os aromas e matizes que nos tocam, quando a mente retoma os folguedos da infância ou o reviver de locais em que passamos nossa juventude. Entretanto, muito mais que aromas e matizes essa lembrança traz à baila, fatos concretos de uma política de combate à fome e à desnutrição, acoplada ao incentivo a leitura e ao gosto pela música.

4.2.8. Os representantes da classe trabalhadora

A identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo.

(LOIVA OTERO FELIX)

4.2.8.1 – Riani: um líder nato



“Nós trabalhamos, também, pra implantação do SANDU. Esse serviço prestava assistência de saúde às pessoas das camadas populares”
(CLODESMIDT RIANI, ENTREVISTA)

Clodesmidt Riani é, sem dúvida, um patrimônio da história de Juiz de Fora. Riani, no dizer de Lucília Neves é um “símbolo das lutas sindicais”. A historiadora e cientista política afirma que, “as referências ao líder trabalhista, que tinha dez filhos, que estava preso e incomunicável, impressionavam-me profundamente”. E continua: “O respeito com que meus familiares a ele se referiam também contribuiu para que sua imagem de baluarte das lutas operárias brasileiras e de deputado injustamente cassado ficasse em mim gravada”. Por essa razão, falar de uma

política pública estatuída por Getúlio, fundador do PTB - partido do qual Riani é figura exponencial – traz consigo a obrigação de consultá-lo. Riani foi parte fundamental do desenvolvimento dessa pesquisa. Além de gravar entrevistas, indicou outras pessoas que pudessem ser contatadas, forneceu fotografias e mostrou seu arquivo pessoal. Apesar disso, parafraseando Neves(2005), não se pode negar que “as marcas do passado recente estavam refletidas em sua fisionomia sofrida, em seu semblante fechado e em seus gestos contidos”. De suas atividades como sindicalista, ele recorta:

“Eu fui guindado à condição de liderança por meus próprios colegas que me pediam para resolver os problemas de classe. Isso era uma tremenda responsabilidade. Eu pensava: como é que uma pessoa igual a mim, um operário, só com o quarto ano, pode chegar de repente, a presidente do sindicato? Isso me fazia querer atuar. Veja, por exemplo, a questão do salário mínimo. Estudei muito o assunto para conseguir fazer uma boa campanha do salário mínimo. Talvez, por essa razão tenha conseguido para os trabalhadores de Juiz de Fora um salário mínimo maior que o estabelecido nas demais cidades do país. O salário mínimo era de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros), enquanto em Juiz de Fora conseguimos fixá-lo em Cr\$ 2200, 00 (dois mil e duzentos cruzeiros). Isso equivalia a uma diferença de 144%” (CLODESMIDT RIANI, ENTREVISTA).

Esse fato levou seus companheiros a indicarem-no para concorrer a uma vaga no legislativo. Segundo Riani eles disseram:

“Ah! Você tem que ser deputado. E eu respondi: não posso ser. Mesmo assim, dentro de um mês eles me puseram deputado (só tinha um mês de prazo, para arrumar as coisas). A partir daí, eles não me deixaram sair mais. No exercício do mandato fui tendo mais entrosamento com os trâmites da política. Fui conseguindo uma maior representação. A gente tinha que lidar com muitos assuntos, como deputado. Na questão da Previdência Social procuramos agir da melhor maneira possível, isto é, melhorar. Assim conseguimos trazer para a cidade o PAM Marechal⁹⁴. Nós o inauguramos com uma homenagem a Getúlio Vargas. Ele foi inaugurado em 24 de agosto de 1958 e se chamou Prédio Getúlio Vargas” (CLODESMIDT RIANI, ENTREVISTA).

Mesmo reconhecendo o período obscuro da ditadura Vargas, Riani diz que o “governo Vargas era bom, até hoje tem gente que chora sua falta e com razão” O

⁹⁴ Prédio que abrigava, no período, serviços relativos à assistência previdenciária aos trabalhadores.

líder sindical não nega a ditadura varguista, mas diz que “foi na ditadura que ele arrumou as coisas pra classe operária”.

Riani é todo orgulho ao falar do SAPS. Suas palavras contagiam, quando diz:

“Era um restaurante popular, do qual se fala até hoje com saudade. Sua localização era muito boa. Ele ficava na Avenida dos Andradas, entre a região de São Roque e o Largo do Riachuelo. O restaurante se tornou muito popular. Estava sempre cheio, sempre lotado. Havia fila, mas, não havia congestionamento, a fila corria normalmente. Ele possuía nutricionistas que cuidavam para que alimentação dos trabalhadores fosse balanceada. Depois das refeições serviam um pedaço de doce e ainda pão com manteiga e um copo de leite. Era formidável” (CLODESMIDT RIANI, ENTREVISTA)!

Figura 19

Restaurante popular do SAPS, após reforma do mobiliário.



Fonte: Arquivo pessoal Clodemidt Riani

Avalia o movimento sindical como “ativo naquela época”. Tanto assim, que “nós conseguimos ampliar o número de Postos de Subsistência na cidade”. Estes Postos vendiam gêneros de primeira necessidade a preço de custo⁹⁵ para o trabalhador. Segundo o líder sindical, Juiz de Fora contava com os seguintes Postos:

⁹⁵ O acréscimo de 10% no preço final se destinava ao custeio de transporte e pagamento dos funcionários que trabalhavam nos Postos.

o que funcionava anexo ao SAPS, no Largo do Riachuelo; o da Avenida 7 de Setembro; o de Benfica; o do Mariano; o de Santa Luzia (Bairro denominado na época por Cachoeirinha). Quanto à atuação do sindicato ele diz:

“Nós chegamos à conclusão que, administrar o SAPS, era uma questão política... Então, encabeçamos uma luta política muito bonita da classe operária, reivindicando a administração do SAPS. Nós colocamos lá, o Cacildo José Carneiro, que tinha mais de dez anos como presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Alimentícias” (ibidem).

Riani relata nunca ter ido à Biblioteca Popular do SAPS, apesar de saber de sua existência. Ele justifica o fato pela via de sua luta diária em prol das conquistas sindicais. Segundo suas palavras, esta luta era “aguerrida” e também sua preocupação maior era com o sustento material de sua numerosa família. Dessa forma, não lhe sobrava tempo para leituras. Ele diz que “estudou depois de velho, mas se formou em Direito” Não se pode depreender aqui o desapego pelo livro ou pela leitura, mas uma situação de vida em que as premissas materiais na luta pela sobrevivência falavam mais alto que outras atividades.

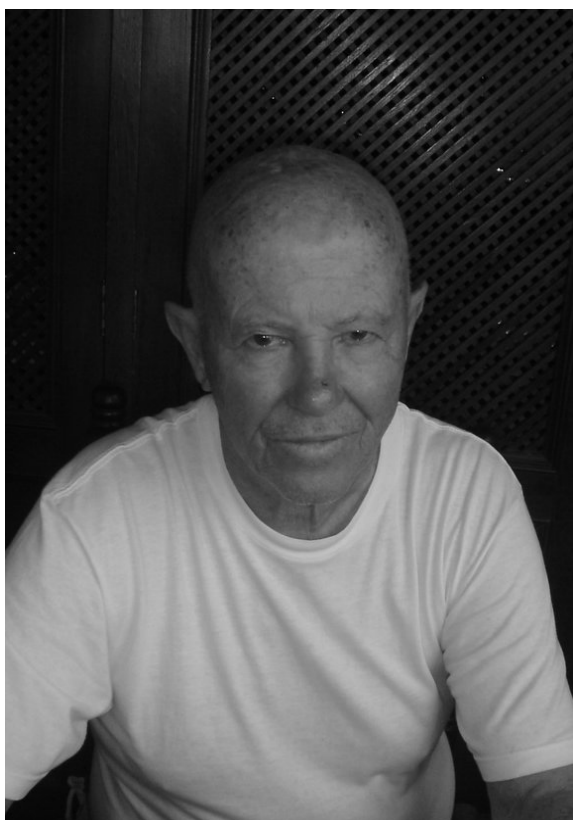
Lamenta o aborto dos serviços prestados pelo SAPS e faz algumas pontuações sobre esse desfecho dizendo:

“Ninguém sabe o que foi feito do material que havia no SAPS/JF (livros, discos, etc.). Os líderes do movimento sindical, nessa ocasião, estavam presos ou foragidos. Eu me apresentei e fui preso. Eles já estavam me procurando. Eu estava no Rio e tinha uma responsabilidade muito grande, porque era presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias e presidente da CGT. Eles estavam me procurando, terrivelmente, por causa de algumas greves e outras ações que consideravam como ameaça ao governo ditatorial. Mas, nós fazíamos tudo dentro da lei. Ao me apresentar fiquei preso, pelo período de cinco anos e oito meses. Alguns outros ficaram foragidos. Toda essa repressão fez com que o fechamento do SAPS, não pudesse ser contestado com movimentos mais fortes por parte da classe trabalhadora. Então o

SAPS acabou assim e quem trabalhava nele foi espalhado por vários órgãos do governo” (CLODESMIDT RIANI, ENTREVISTA).

A fala de Riani converge com a análise das fontes escritas encontradas em jornais da época ou, com o depoimento do Presidente Itamar. Era tempo de silêncio ou de prisão. Isso não quer dizer que os trabalhadores e a comunidade local não tenham se ressentido com a perda da instituição.

4.2.8.2 - Élzio Bruni, lucidez e paixão pelo ser humano



“Nós indicamos o nosso companheiro Cacildo José Carneiro para agente do SAPS em Juiz de Fora. Além da alimentação, da biblioteca e da discoteca, a venda de produtos alimentícios nos postos de subsistência beneficiava muito a população” (ÉLZIO BRUNI, ENTREVISTA).

Élzio Bruni é dessas pessoas cujo diálogo é envolvente e prazeroso. Mora com sua esposa na pequena cidade de Rio Novo, aproximadamente, a 80 k de Juiz de Fora. De nascimento, é juizforense de Santa Terezinha. Viveu a infância, juventude e idade adulta, também, em Juiz de Fora. Mudou-se para Rio Novo há cerca de 20 anos e lá desenvolve um trabalho em prol dos mais necessitados,

seguindo sua doutrina religiosa, o espiritismo. Assim como Riani, Élzio foi líder sindical e presidente do antigo IAPI⁹⁶, criado no período Vargas. Sua entrevista é muito rica e esclarecedora para o tema desse estudo. Lembra-se com alegria dos almoços no bandejão, falando da cozinha, dos equipamentos, da comida...

“Uma cozinha, naquela época, ultra moderna, toda a vapor. O salão era muito bonito. Os móveis eram, também, muito confortáveis, feitos de ferro. A gente encaixava a bandeja na mesinha e, ali, se comia muito bem. A alimentação era equilibrada, balanceada, devido ao trabalho de nutricionistas. Tinha arroz, feijão, carne, verduras, leite, doce e pão e café” (ÉLZIO BRUNI, ENTREVISTA).

Élzio transmite a idéia de uma hora de almoço alegre, em que o trabalhador, fora de seu ambiente de trabalho, poderia ouvir músicas escolhidas na Discoteca, anexa ao Restaurante. Ele conta que,

“Lá dentro tinha uma discoteca demonstrando que a proposta era cultural. Um radialista, conhecido na cidade (cujo nome eu esqueci), anunciava as músicas executadas. Entre uma música e outra fazia anúncios de algumas festas da cidade, mas principalmente, de assembléias dos sindicatos, comentários de conquistas trabalhistas, etc. Quando a gente passava pela portaria, se pedisse para ouvir uma música durante o almoço, ele sempre colocava. Em cima, no primeiro andar, na parte da frente do SAPS, havia o local em que as pessoas que quisessem podiam se assentar e fazer pedidos para ouvir determinadas músicas. A discoteca tinha uma coleção muito grande de Long Plays e uma diversidade de gêneros musicais” (ibidem).

Com riqueza de detalhes, Élzio relembra os serviços prestados pela Biblioteca Popular.

“Ao lado dessa discoteca ficava a biblioteca. Ela era dotada de muitos livros, uma coleção muito grande de obras que podiam ser consultadas pelos freqüentadores do SAPS. Outros que não almoçar ou jantar no restaurante - pessoas da vizinhança, e a gente mesmo à tarde, quando estava voltando para casa e tinha mais tempo - subiam lá para ler um livro. Às vezes para consultar a CLT, pois a gente estava sempre procurando estudar alguma coisa relativa aos interesses da classe operária. E era sempre muito bem atendido, porque o local possuía pessoas qualificadas para isso” (ibidem).

⁹⁶ Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

Ele se lembra ainda de um fato importante: a existência de um jornal interno do SAPS, que era distribuído aos freqüentadores e versava desde as notícias relativas às conquistas trabalhistas até fatos sociais como aniversários, casamentos, nascimentos, ou seja fatos relativos a vida da comunidade dos trabalhadores de Juiz de Fora. Diz Élzio: “tinha um jornalzinho do SAPS, se não me engano mensal, distribuído na hora da nossa entrada que colocava a gente sempre a par do que estava acontecendo”.

Em relação ao grande número de analfabetos no Brasil daquela época, fato que poderia implicar no desinteresse do operariado pelos livros, Élzio pondera:

“Juiz de Fora sempre foi muito bem aquinhoadada, no que diz respeito ao ensino primário. Havia diversos Grupos Escolares como o Vitorino Braga, o Mariano Procópio, o Central, o de São Mateus. Os bairros antigos e mais populosos tinham os seus grupos. A escola pública era muito boa nessa época. Por essa razão a biblioteca era muito procurada. Seu acervo possuía, além de livros, jornais e revistas, que serviam de consulta aos estudantes e filhos de trabalhadores. Havia, ainda, as obras ligadas aos interesses da classe operária, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por várias vezes fui à Biblioteca consultar a CLT ou ler algum comentário a seu respeito” (ibidem).

Essa fala, por si só, corrobora a idéia de ganhos materiais advindos dessa política pública e de quanto sua interrupção foi lastimável para a classe trabalhadora e comunidade local. Élzio avalia a atitude do governo militar que extinguiu o SAPS, como equivocada, pois “eles vieram o local como ponto de reunião de arruaceiros, de comunistas”. E completa: “eles fecharam o SAPS sem justificativa, como fizeram com a fusão dos institutos, deixando para o trabalhador e para o país o ônus do prejuízo”. Lamentando não existir, hoje, para os trabalhadores um programa desse tipo, Élzio afirma que “nossas refeições no SAPS eram momentos de alegria”. E ainda: “havia festas variadas; havia incentivo à música, através da formação de um

coral para filhos dos trabalhadores e incentivo à leitura, pois a biblioteca estava ali, ao nosso alcance” (ibidem).

FINALIZANDO

Não me lembro de aprender a ler; e ousou mesmo pensar que sempre soube fazê-lo. Aos três anos – idade da qual me recordo – tive a primeira e última biblioteca de toda a minha vida... Era composta de dois livros: Ai-du-du! e A cartilha de Tolstoi. Minha visão e meu tato gravaram perfeitamente ambos os livrinhos: a lombada de lona de A cartilha, a forma das letras, os desenhos... E no outro livro havia um corvo tocando uma trombeta prateada, nos galhos dum carvalho preto...

Bem mais tarde veio a escola e a professora Maria Ivânovna, da qual nada me recordo além da enorme e puída mufta⁹⁷ de veludo preto. Até que abrissem a Primeira Biblioteca Operária na cidade, em 1918, não havia livros na escola; apenas manuais. A biblioteca se constituiu a partir de livros confiscados de propriedade da burguesia local, e se localizava numa ex-penitenciária para detentos em trânsito, que abriu suas portas em outubro de 1917.

(Varlam Chalámov)

O russo autor da epígrafe, acima, Varlám Chalámov (2004, p. 75-101) - um dos maiores autores da era soviética - viveu sob tutela da ditadura socialista em seu país. Ele foi preso, várias vezes, só tendo sido libertado, após a queda de Stalin. Uma realidade diferente do contexto histórico abarcado por essa pesquisa, mas com tantos elos de ligação. Em comum com as lembranças dos depoentes, aqui destacados, uma mesma paixão: os livros e as bibliotecas. Por essa razão, tomou-se como empréstimo suas palavras, na tentativa de aproximar similaridades, em realidades históricas diferentes. A ditadura soviética não impediu Chalámov de exercitar seu gosto pela leitura. As falas dos entrevistados, dessa pesquisa, demonstram coerência com a tese de Ângela Gomes, no que diz respeito às relações classe trabalhadora/governo no interstício 1942-45⁹⁸. Nesse período, segundo a autora, é preciso “ouvir o Estado, percebendo em sua fala os ecos de

⁹⁷ Agasalho feminino habitual do vestuário de inverno russo.

⁹⁸ O corte é justificado em fundamentos políticos, quais sejam: a assunção do Ministério do Trabalho por Alexandre Marcondes Ferraz desencadeando a “invenção do trabalhismo” e a “montagem de um modelo de sindicato corporativista”; a criação do Partido Trabalhista Brasileiro.

outras vozes” (GOMES, 1988, p.27). Ouvindo-se essas vozes e seus ecos, confirma-se o pensamento bakhtiniano, em sua defesa de que:

“A palavra (e em geral, o signo) é interindividual. Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da ‘alma’, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra para o locutor apenas. O autor (o locutor) tem seus direitos imprescindíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que não seja de alguém)” (BAKHTIN, 1997, p. 350).

A escuta dessas vozes traz a compreensão da lógica, entre trabalhadores e governo Vargas, fundada nos preceitos da reciprocidade. Os trabalhadores não se submeteram nem perderam a identidade e sim, fizeram parte de um pacto com base na “ideologia da outorga⁹⁹”. Isso lhes permitiu ganhos materiais e ganhos simbólicos. Na lógica do trabalhismo, essa troca funciona nos moldes das relações familiares, especificamente, entre pais e filhos, nas quais, o modelo econômico do mercado cede espaço ao das relações afetivas. Obscurece-se o aspecto material da troca – embora ele não tenha deixado de existir – em detrimento da supremacia da idéia de generosidade. As regras da reciprocidade podem tecer em uma sociedade, a origem de grupos e de partidos. A vigência do processo de reciprocidade ocorre em sociedades marcadas por desequilíbrio econômico, em que, o grau de assistencialismo ao mais pobre, far-se-á na medida de uma maior concentração da riqueza. Através dessa dinâmica, a elite governante mantém a paz social e assegura a lealdade dos mais pobres.

Ferreira (1990, p. 3), ao analisar a cultura da classe trabalhadora no governo Vargas, demonstra a importância de não a compreendermos como “uma repetição malassimilada da cultura dominante, numa postura sempre contemplativa, nem como a oportunidade de exaltar uma suposta ‘pureza’ dos

⁹⁹ Para maior aprofundamento, ver Gomes, Ângela “Invenção do Trabalhismo”, 1988.

trabalhadores, sempre na defensiva diante das investidas ideológicas das classes dominantes”. Entendendo cultura como produto das interações grupais e intercessões ocorridas em determinado contexto social, acredita-se na validade de uma experiência de incentivo à leitura, como crucial para o desenvolvimento humano. Por essa razão, defende-se a necessidade compreender a palavra “dos de baixo” ou, como diria Bakhtin compreender “a ideologia do cotidiano”. Essa palavra e essa ideologia fogem do controle das determinações governamentais, ou do que é estatuído pela lei. No mais das vezes, ela se faz no vai-e-vem social, nas frases monossilábicas que querem dizer mil palavras, mas, especialmente, no sentido que as pessoas de um grupo deram ao processo de construção da sua história. Quando Thompson (1990, op. cit.) diz que, “O que é (visto de cima) um ato de doação é (a partir de baixo) um ato de conquista”, fornece pistas para que se compreenda o sentido dado pela classe trabalhadora à política de alimentação e cultura efetivada pelo SAPS. As pontuações, a seguir, sintetizam o que se tomou como crucial na compreensão do sentido dado à política em questão.

O serviço prestado pelo SAPS/JF, quer pelo Restaurante Popular, quer pela Biblioteca, quer pela Discoteca, era muito bem visto pela classe trabalhadora e população local. Isso se traduz pelo elevado índice de freqüência a esse espaço, conforme demonstram os relatos orais e as fontes escritas. Além disso, as palavras de elogio, quanto à existência e funcionamento da instituição, são unânimes tanto nos dados orais, quanto nos escritos.

No que se refere à apropriação do local pela classe trabalhadora, como um serviço que era seu, cumpre assinalar que os trabalhadores o fizeram, assumindo sua administração¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Essa inferência se apóia no depoimento de Riani, p. 167.

Os serviços prestados pelo SAPS atendiam aos demais estratos sociais da comunidade juizforense. A presença de diversos segmentos sociais desvela esse espaço como ponto de convergência de reuniões comunitárias. Os relatos destacaram que, famílias oriundas de diversas classes sociais viam como “uma festa almoçar no SAPS”. Ressalta-se, no período em questão, não existirem na cidade, os chamados restaurantes de comida a quilo¹⁰¹ e, nem, o restaurante universitário. Tais registros explicam o grande índice de aceitação do SAPS.

O ponto crucial das considerações, aqui, tecidas relaciona-se com a constatação da eficácia da proposta da Biblioteca Popular. Atestando essa eficácia, destaca-se a localização do prédio em que funcionavam esses serviços: uma região central, próxima das grandes e pequenas indústrias e do centro comercial de Juiz de Fora. O trabalhador podia utilizar-se do intervalo, após o almoço ou jantar, para freqüentar a Biblioteca. Além disso, havia a ocorrência de concursos literários e destaque em quadro de mérito para os maiores leitores. Não minimizando o contexto brasileiro da época, marcado pelo grande índice de analfabetismo, louva-se a iniciativa de uma política pública de leitura.

Também se lembra que, em interregnos onde direitos civis e políticos não são respeitados, o livro torna-se temido pelos governos instituídos. Por isso, é louvável o acervo diversificado, que a Biblioteca Popular do SAPS possibilitava à comunidade. O número de leitores, de acordo com as estatísticas encontradas, era elevado, considerando-se o contingente populacional da cidade no período. Nessa direção, o espaço do SAPS pode ser considerado propiciador de capital cultural¹⁰². Também se pode sublinhá-lo, como um micro contexto de práticas e interações sociais permissivas de ampliação de hábitos culturais, para quem, não possuísse

¹⁰¹ Será que esses restaurantes *fast-food* contemporâneos têm nutricionista como tinha o SAPS?

¹⁰² No sentido defendido por Bourdieu.

em âmbito familiar, oportunidade de adquiri-los (LAHIRE, 2002). As falas de entrevistados como Fuad Yazbeck, Osvaldo Silva, José Sinfrônio, Élzio Bruni, Laiz Velloso e Leila Barbosa, corroboram a inferência anterior. Suas vozes revelam como o ambiente de leitura da Biblioteca Popular, alimentou sua paixão por livros.

Não menos merecedora de aplausos, é a iniciativa de uma Discoteca Popular, inserida ao local de refeições. Almoçava-se e jantava-se, ouvindo música. Instalada ao lado da Biblioteca, a Discoteca permitia o despertar do gosto musical, oferecendo às camadas populares a possibilidade de ouvir estilos variados de música. Esse é um dos grandes ganhos dessa política e que foi perpassado pelas vozes ouvidas.

Por fim, é necessário registrar que, tanto os dados escritos quanto os orais, avaliam a política implementada pelo SAPS, em Juiz de Fora, como um dos benefícios do legado getulista¹⁰³ referente à legislação social. Esse reconhecimento, não obscurece seu repúdio ao período ditatorial do governo Vargas. Para as pessoas ouvidas, a política do SAPS, equipara-se às iniciativas governamentais diuturnas como, o programa “Fome Zero” ou, os atuais “Restaurantes a um Real” ou, ainda, à instituição de “Cotas para ingresso na Universidade”. Não por acaso, a atual gestão da prefeitura de Juiz de Fora, tem projeto de construir um Restaurante Popular no centro da cidade. Todavia, não se tem informação de que esse projeto contemple uma Biblioteca Popular e uma Sala de Música.

A extinção do SAPS é analisada como uma perda, e esse sentido é perpassado pelos relatos orais e pelas fontes escritas.

¹⁰³ Independentemente, da instalação do SAPS ter ocorrido em Juiz de Fora no governo Dutra, o mérito é atribuído a Vargas, conforme já se assinalou na introdução.

Tomando como basilares as considerações de Celso Furtado, em sua obra “O Longo amanhecer”, as palavras finais são reflexos de sua análise sobre o processo de globalização, em curso na economia. Em simbiose com o mundo globalizado, a onda neoliberal prega a existência de um Estado mínimo e ausente das atividades econômicas. O Brasil dos últimos anos embarcou, economicamente, nessas premissas. Essa situação gera, dentre outras conseqüências, o que Furtado chamou de “uma massa de jovens (...) que não consegue penetrar no mercado de trabalho” (Furtado, 1999, p. 94). O período do pleno emprego da década de 50, do século passado, hoje é considerado sonho. Furtado alerta para a necessidade de termos como meta a solidariedade social. Ele diz:

“Quando comecei a estudar economia, a solidariedade social tinha reconhecida importância, porque todos estavam de acordo para desenvolver o Brasil. E desenvolver o Brasil era desenvolver o mercado interno. Hoje em dia, o que é desenvolver o Brasil? (...) Como é possível definir racionalidade se a economia se internacionalizou, se não há mais o marco nacional?” (FURTADO, 1999, p. 95).

A análise furtadiana de crise do Estado Nacional, como vetor de aceleração do processo globalizante, não deve ser desprezada. Nesse aspecto, compreende-se a construção da imagem de Getúlio pela classe trabalhadora. O estado Vargas se contrapunha às políticas neoliberais. A ausência de direitos civis e políticos não apaga as conquistas sociais das camadas populares. A população percebia a existência da “solidariedade social”, colocada a serviço da construção do desenvolvimento nacional.

Segundo Furtado, o economista hindu Amartya Sen¹⁰⁴ atribui à gênese política e não à gênese econômica, os problemas da extrema pobreza e,

¹⁰⁴ Agraciado, em 1998, com o Prêmio Nobel de Economia.

conseqüente, subnutrição das populações menos favorecidas. Ao implementar a idéia de Josué de Castro, viabilizando a política do SAPS, o governo Vargas, deu um passo em direção a mudanças. É provável que, a extinção dessa política esteja relacionada a sua não complementaridade traduzida por mudanças estruturais mais profundas em nossa organização social. Não se pode deixar de registrar, entretanto, a urgência dessas mudanças. É necessário que, a sociedade civil se organize e se indigne, com o desemprego, com a violência, com a infância e a velhice desprotegidas. A solidariedade social no sentido furtadiano precisa ser cultivada. Só assim, as singularidades de possuir solos aráveis não aproveitados, abundância de fontes de energia e mão-de-obra disponível, farão do Brasil, um país mais justo.

Figura 20
Juiz de Fora em fins da década de 50 do século XX.



Fonte: Arquivo Itamar Franco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Galeno. *Livros para todos*. In PINSKY, Jaime (org.) *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Maria Ermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Forense-Universitária, 1997.

BAQUERO, Ricardo. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRAIT, Beth, (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural*. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2002.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940. *Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)* Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> >. Acesso em 26 de março de 2005.

_____. Senado Federal. Decreto-Lei 2.988, de 27 de janeiro de 1941. *Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> > Acesso em 24 de abril de 2006.

_____. Senado Federal. Decreto-Lei 4.859, de 21 de outubro de 1942. *Cria uma Seção de Subsistência no Serviço de Alimentação da Previdência Social, e da outras providências*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> > Acesso em 24 de abril de 2006.

_____. Senado Federal. Decreto-Lei 5.443, de 30 de abril de 1943. *Amplia a estrutura e finalidades do SAPS*. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/legbras> >. Acesso em 26 de março de 2005.

_____. Ministério da Previdência Social. Decreto-Lei n.229, de 28 de fevereiro de 1967. *Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)* Disponível em: < <http://www.previdenciasocial.br> >. Acesso em 05 de julho de 2004.

BUFFA, Éster; NOSELLA, Paolo. *A Escola Profissional de São Carlos*. São Carlos: EDUFSCAR, 1998.

BURKE, Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Anna Maria. *Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política*. Rio de Janeiro: Tese para o concurso de livre docência em Sociologia: Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 1977.

CHALÁMOV, Varlan. *Minhas Bibliotecas*. In: RIBAS, Martha; SILVEIRA, Júlio. *A Paixão por Livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

CERRI, Cláudio; SANTOS, Ana Cláudia. *Fome: história de uma cicatriz social*. Disponível em < <http://www.aleitamento.org.br/arquivos/fome.htm> > acesso em 22 de março de 2005.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A "Europa dos Pobres": a belle-époque mineira*. Juiz de Fora, EDUJF, 1994.

CLARETO, Sônia Maria. *Etnografias e Pesquisas Interpretativas: Crises da Modernidade e Enfrentamento de seus Impactos* (no Prelo) Juiz de Fora, 2004.

CLARO, Adriana Thomazotti. *Textos e contextos das políticas públicas para leitura no Brasil: o lugar da literatura infantil*. São Paulo: Tese de Doutorado defendida no PPGE do Departamento de Sociologia da USP, 2005.

COSTIN, Cláudia. *Leitura e Cidadania*. In PINSKY, Jaime (org.) *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares D. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DARTON, Robert. *História da Leitura*. In: BURKE Peter. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

DINIZ, Eli . *O Estado Novo: Estrutura De Poder, Relações De Classes* in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*; v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Para entender a relação escola-família - uma contribuição da história da educação*. São Paulo Perspec. v.14 n.2 São Paulo abr./jun. 2000.

_____, *Arquivos Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

_____, *Dos pardieiros aos palácios: Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2000.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *História do Brasil*. 8ª ed. São Paulo, Ed. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FERREIRA, Jorge Luiz. *A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. Cadernos de Pesquisa, Julho 2002, no.116, p.21-39.

_____. *Narrativas de Professoras: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio-histórica*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

_____. *Uma Teoria Social da Aprendizagem e do Desenvolvimento*. Texto utilizado no Programa de Pós Graduação em Educação da UFJF, 2005.

_____. *Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto*. São Paulo/Juiz de Fora: Ática/EDUFJF, 1994.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL/PETROBRÁS. *Josué de Castro: por um mundo sem fome*. Almanaque Histórico. Projeto Memória, Mercado Cultural.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CPDOC. *Lindolfo Collor e Alexandre Marcondes Filho: Ministros do Trabalho na Era Vargas*. Disponível em <<http://www.cpdoc/fgv.br>>. Acesso em 14 de julho de 2004.

FURTADO, Celso. *O Longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GATTI, Décio Júnior. *A história das instituições educativas: inovações paradigmáticas e temáticas*. In: ARAÚJO, J. C. S.; CATTI, D. J. (org.) *Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora, EDUJF, 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1988.

GONDRA, José G. *A leveza dos Bits: História da Educação e Novas Tecnologias*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Arquivos Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

GUIMARÃES, César. *Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília*. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.) *República no Catete*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, v. 1.

HOBSBAWM, E.J. *A outra história; algumas reflexões*. In: KRANTZ, Frederick. *A outra História: ideologias e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

JUNIOR, Galeno de Amorim. *Livros para Todos*. In: PINSKY, Jaime (org.) *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

LAHIRE, Bernard. *Reprodução ou Prolongamentos Críticos? Educação & Sociedade*. Ano XXIII, n. 78. Trad. Alain François. Campinas, abr/2002.

LE GOFF, Jacques.(org) *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____ *História e Memória*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o passado*. Revista Projeto História, N. 17, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *“O 18 Brumário de Luís Bonaparte”*. In: *Os Pensadores/ Karl Marx*. São Paulo, abril Cultural, 1978.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *Como se escreve a história de sua cidade*. Belo Horizonte: ICAM, 2005.

MCLANE, Joan B. *A escrita como um processo social*. In MOLL, Luis C. *Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas sócio-históricas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MEIHY, J. C. S. *Manual de História Oral*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MONTENEGRO, Antônio. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida. *PTB: do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo: Marco Zero. 1989.

_____. *Memória e História: Potencialidades da História Oral*. Revista ArtCultura, Jan-Jun/2003, vol.5, nº. 6, p.27-38.

_____. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (org). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora (1930/1970)*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 1976.

PENA, Maria Valéria Juno. *Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla B (orgs). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e Classe Operária*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*; v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROMÃO, José Eustáquio. *Educação e Cidadania*. In: PINSKY, Jaime (org) *Práticas de Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Política e Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

SAVIANI, Demerval. *O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional*. In: SAVIANI, Demerval e outros. *História e História da Educação*. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

SILVEIRA, Julio e RIBAS, Martha (org.). *A Paixão pelos Livros*. Trad. Julio Silveira. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais*. Cadernos CEDES. Campinas, nº 50, p. 26-40, 2000.

SOLA, Lourdes. *O Golpe do Estado Novo*. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1968.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ *A miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____ *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, Vol. I.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, Luiz J. Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.) *República no Catete*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, v. 1.

VINÃO FRAGO, Antônio. *El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico*. Contemporaneidade e Educação. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro, nº 7, 2000.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Memória, Cultura e Poder Na Sociedade Do Esquecimento: O Exemplo do Centro De Memória Da Unicamp*. In FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *A Construção do Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____ *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____ *La imaginacion y el arte en la infancia (ensayo psicológico)*. Colonia Del Carmem (México): Hispanicas, 1987.

_____ *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). *As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

_____, *Um Projeto Modernizador: O Grupo Escolar Numa Cidade de Vocação Industrial*. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1853-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

Depoimentos:

BARBOSA, Leila Fonseca, Juiz de Fora, 2006

BRUNI, EZIO, Rio Novo, 2004 e 2006.

FRANCO, Itamar Augusto Gautiero, Juiz de Fora, 2006.

JACOMETTI, Geraldo, Juiz de Fora, 2006.

REIS, Francisco Antônio de Mello, Juiz de Fora, 2006.

RIANI, Clodesmidt, Juiz de Fora, 2004 e 2005.

SANT' ANNA, Affonso Romano de, Juiz de Fora, 2005.

SILVA, José Sinfrônio, Juiz de Fora, 2006.

SILVA, Osvaldo, Juiz de Fora, 2006.

VELLOSO, Laiz, Juiz de Fora, 2005.

YAZBECK, Fuad, Juiz de Fora, 2005.

Arquivos:

Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira e José Rangel: Livro de atas de Leitura (1930-1943); Livro de atas de auditórios (1930-1943); Livro de registro de Matrículas (1939-1940).

Arquivo Histórico de Juiz de Fora: pesquisa nos Jornais “Diário Mercantil” e “Diário da Tarde”.

Biblioteca Municipal Murilo Mendes: jornal A Gazeta Comercial

Arquivo Presidente Itamar Franco: jornal A Gazeta Comercial.

Acervo Histórico – CPDOC - FGV – Rio de Janeiro.

Arquivo de Legislação do Senado Federal.

Arquivo de Legislação da Câmara Federal.

Outras fontes consultadas:

O Estado de São Paulo de 07 /10/2005, caderno 2.

Jornal da USP, Caderno Educação. < [http:// www.usp.br](http://www.usp.br) > acesso em 30/01/2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)